



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ERIKA SURUAGY ASSIS DE FIGUEIREDO**

**AS ARENAS DO ESPORTE: A DISPUTA DOS RUMOS DA  
POLÍTICA NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS E NA PRODUÇÃO  
DO CONHECIMENTO EM UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO**

Salvador  
2013

**ERIKA SURUAGY ASSIS DE FIGUEIREDO**

**AS ARENAS DO ESPORTE: A DISPUTA DOS RUMOS DA  
POLITICA NAS CONFERENCIAS NACIONAIS E NA PRODUÇÃO  
DO CONHECIMENTO EM UM PERIODO DE TRANSIÇÃO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Linha Teoria Marxista, Pedagogia Socialista, Educação Física e Esporte, como requisito para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Orientadora: Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel

Salvador  
2013

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Figueiredo, Erika Suruagy Assis de.

As arenas do esporte : a disputa dos rumos da política nas conferências nacionais e na produção do conhecimento em um período de transição / Erika Suruagy Assis de Figueiredo. – 2013.

145 f.

Orientadora: Profa. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

1. Esportes – Política governamental – Brasil – Pesquisa. 2. Esportes e estado – Brasil – Congressos – Pesquisa. 3. Esportes – Brasil – Congressos – Pesquisa. I. Taffarel, Nelza Zulke. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 796.0981 – 23. ed.

# ERIKA SURUAGY ASSIS DE FIGUEIREDO

## AS ARENAS DO ESPORTE: A DISPUTA DOS RUMOS DA POLITICA NAS CONFERENCIAS NACIONAIS E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM UM PERIODO DE TRANSIÇÃO

Tese de Doutorado apresentada como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 22 de abril de 2013.

### Banca Examinadora

---

Dr<sup>a</sup>. CELI NELZA ZULKE TAFFAREL (Orientadora – UFBA)

---

Dr. CLÁUDIO DE LIRA SANTOS JÚNIOR (UFBA)

---

Dr<sup>a</sup>. ELZA PEIXOTO MARGARIDA (UFBA)

---

Dr. EDSON MARCELO HÚNGARO (UNB)

---

Dr. WELINGTON ARAÚJO SILVA (UEFS)

---

Dr<sup>a</sup>. ROSEANE SOARES ALMEIDA (Suplente – UFBA)

---

Dr. FRANCISCO MÁURI DE CARVALHO FREITAS (Suplente – UFES)

*Aos trabalhadores do Mundo, aos  
trabalhadores do Brasil, em especial, à  
trabalhadora Maria do Socorro Suruagy  
de Assis, minha mãe.*

## AGRADECIMENTOS

À minha Mãe, por todo o amor, toda a luta para garantir meu sustento e pela compreensão nas ausências, distâncias e saudades.

À Celi Taffarel, pelo exemplo de coragem, intelectual, pela confiança em mim depositada e por não me deixar fraquejar. Camarada, sigamos firmes, como você sempre diz “A luta é pra vencer!”

Ao meus familiares, pelo incentivo em todo o caminho trilhado, respeito e admiração.

Ao Movimento Docente, em especial, aos lutadores do Comando de Greve de 2012, pelo aprendizado, pela força e pela explicitação das contradições, luta de classe, motor da história.

Aos companheiros da Rede LEPPEL, pela interlocução, debates, aprendizado, cooperação e espaços formativos ímpares.

Ao Jardim, as companheiras da época de Diretório Acadêmico da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco, pela amizade duradoura e pela torcida.

Ao Movimento Estudantil, em especial, aos estudantes do Diretório Acadêmico de Educação Física da UFRPE pelo empenho e determinação em levar adiante a luta pela emancipação humana. “A Educação Física é uma só!”.

Às colegas de trabalho, Meninas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pelo apoio e incentivo.

À Banca Examinadora, pelo rigor e atenção na leitura do trabalho.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação e Biblioteca da Faculdade de Educação da UFBA, pelo apoio, atenção e cuidado.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar essa linguagem emprestada. (MARX, 1852)

## RESUMO

A presente tese está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha Teoria Marxista, Pedagogia Socialista, Educação Física, Esporte da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Trata do Esporte e delimitou como objeto de investigação a política, em especial, as disputas travadas no interior das três Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2006, 2010) e, do conhecimento sobre política do esporte produzido em dissertações e teses entre o período dos anos 1996 a 2011. A pergunta síntese respondida pela investigação foi quais as contradições na política de esporte no Brasil que se expressam a partir do governo Luís Inácio Lula da Silva, nas conferências nacionais de esporte, na produção do conhecimento (dissertações e teses)? Quais as tendências da política de esporte e, quais as possibilidades de superação dessas contradições, considerando as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora nesse momento de transição do modo de produção? A hipótese de trabalho confirmada na investigação é que no modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, onde as forças produtivas pararam de crescer, novos mecanismos de organização do Estado e da política são engendrados, intensificando a contradição entre capital e trabalho, verificáveis nas conferências nacionais do esporte e na produção do conhecimento. Em particular, na política do esporte, expressa pela contradição entre o esporte para poucos, na forma de domínio/detenção dos meios de produção e reprodução e, o esporte para todos, na forma de socialização, universalização, democratização dos meios de produção e reprodução desse patrimônio cultural da humanidade e direito social. A explicação das contradições entre Capital-Trabalho, acirradas no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva possibilitaram apontar tendências e possibilidades para a política de esporte no Brasil, compreendidas como importantes no processo de transição para o modo de produção comunista, sendo este o objetivo central atingido na presente investigação. Defendemos, portanto, a partir de uma análise rigorosa dos documentos e das referências bibliográficas que a política do esporte no Brasil é decorrente de determinações econômicas, expressa na forma do esporte mercadoria resultante da apropriação privada dos meios de produção que se choca com as reivindicações da classe trabalhadora expressas na forma do esporte patrimônio cultural da humanidade e direito social – apropriação coletiva dos meios de produção, reivindicações estas inclusas enquanto reivindicações imediatas num programa de transição ao comunismo.

**Palavras-chave:** Política de Esporte; Conferências; Produção do Conhecimento; Transição.



## ABSTRACT

This thesis is embedded in the Post-Graduate Education in Line Theory Marxist, Socialist Education, Physical Education, Sport, Faculty of Education, Federal University of Bahia. This Sports are identified as an object of research policy, in particular, disputes waged within the three National Conferences on Sport (2004, 2006, 2010) and knowledge about the sport policy in theses and dissertations produced between the period of years 1996-2011. The synthesis question answered by research which was the contradictions in sport policy in Brazil that are expressed from the government Luís Inácio Lula da Silva, the national conference of sport, in knowledge production (theses and dissertations)? What are the trends in sports and politics? Where the possibilities of overcoming these contradictions, considering the objective and subjective conditions of the working class in this time of transition of the mode of production? The working hypothesis is confirmed in research that the capitalist mode of production in its imperialist phase, where productive forces stopped growing, new mechanisms of State organization and politics are engendered by intensifying the contradiction between capital and labor, in verifiable national conferences of the sport and the production of knowledge. In particular, in the sports policy, expressed by the contradiction between the sport for a few, in the form of domain / ownership of the means of production and reproduction, and sport for all in the form of socialization, universalization, democratization of the means of production and reproduction this cultural heritage of humanity and social law. The explanation of the contradictions between capital and labor, bitter in the Government of Luís Inácio Lula da Silva allowed to identify trends and opportunities for political sport in Brazil, understood as important in the process of transition to the communist mode of production, which is the main objective achieved in this study. Therefore advocate from a rigorous analysis of documents and bibliographic references to the politics of sport in Brazil is due to economic determinations, expressed in the form of sports goods resulting from private ownership of the means of production that clashes with the claims of working class expressed in the form of sports cultural heritage of humanity and social rights - collective ownership of the means of production, these claims included immediate demands while a transition to communism program.

**Keywords:** Politics of Sport; conferences; Production of Knowledge; Transition.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>O método de investigação</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>CAPITULO I: MODO DE PRODUÇÃO, ESTADO E ESPORTE</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>CAPITULO II: ESPORTE, CONFERÊNCIAS NACIONAIS E LUTA DE CLASSES</b>	<b>45</b>
<b>3.1</b>	<b>Política social</b>	<b>45</b>
<b>3.2</b>	<b>Os governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff</b>	<b>49</b>
<b>3.3</b>	<b>O Ministério do Esporte</b>	<b>53</b>
<b>3.4</b>	<b>Sujeitos envolvidos na política de esporte</b>	<b>56</b>
<b>3.4.1</b>	<b>Os Partidos Políticos (PC do B e PT) e Gestores</b>	<b>56</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Entidades Esportivas: Comitês, Confederações, Federações e Clubes</b>	<b>59</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Os Empresários e Corporações</b>	<b>62</b>
<b>3.4.4</b>	<b>As Organizações não-governamentais</b>	<b>63</b>
<b>3.4.5</b>	<b>Os Produtores: atletas, trabalhadores e praticantes</b>	<b>64</b>
<b>3.4.6</b>	<b>Os Consumidores</b>	<b>67</b>
<b>3.5</b>	<b>A origem das conferências no Brasil</b>	<b>68</b>
<b>3.5.1</b>	<b>As Conferências Nacionais de Esporte</b>	<b>72</b>
<b>3.5.1.1</b>	<b>I Conferência nacional do esporte (2004)</b>	<b>74</b>
<b>3.5.1.2</b>	<b>II Conferência nacional do esporte (2006)</b>	<b>81</b>
<b>3.5.1.3</b>	<b>III Conferência nacional do esporte (2010)</b>	<b>89</b>
<b>4.</b>	<b>CAPITULO III: ESPORTE E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO</b>	<b>98</b>
<b>5.</b>	<b>CAPÍTULO IV: A DISCUSSÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DA POLITICA DE ESPORTE NO BRASIL NUM PERÍODO DE TRANSIÇÃO</b>	<b>128</b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>138</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>141</b>



## 1. INTRODUÇÃO

No momento em que defendo a presente tese estão sendo construídas de norte a sul do Brasil monumentais arenas. São os estádios de futebol nos quais ocorrerão a Copa das Confederações e a Copa do Mundo da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*), nos anos de 2013 e 2014 respectivamente. Com investimentos orçados em R\$ 10 bilhões em 15 estádios sendo 12 deles palcos para os jogos da Copa, a construção destas arenas está consumido milhões de recursos públicos.

Segundo dados oficiais<sup>1</sup> os gastos em algumas das Arenas são: 1) Arena Pernambuco (São Lourenço da Mata – Região Metropolitana de Recife), palco de apenas cinco jogos da Copa, o estádio está orçado em R\$ 529,5 milhões, sendo R\$ 397,1 milhões de financiamento federal; 2) Arena da Amazônia (Manaus), o projeto está orçado em R\$ 515 milhões e terá R\$ 375 milhões de financiamento federal; 3) Arena Estádio Nacional (Brasília), com investimentos totais serão da ordem de R\$ 1,015 bilhão; 4) Arena Beira Rio (Porto Alegre), os investimentos chegarão a R\$ 330 milhões, sendo R\$ 235 milhões de financiamento federal; 6) Arena Maracanã (Rio de Janeiro), o projeto está orçado em R\$ 808,4 milhões, sendo R\$ 400 milhões de financiamento federal; 7) Arena Corinthians (São Paulo), curiosamente única a colocar o nome de um clube que recebeu 90 milhões de isenções fiscais, está orçada em R\$ 820 milhões, onde R\$ 400 milhões serão financiados pelo governo federal e; 8) Arena Fonte Nova (Salvador), o investimento total é de R\$ 591,7 milhões, dos quais R\$ 323,6 milhões de financiamento federal.

A tese não tratará das arenas no sentido arquitetônico do termo, mas, sim, das arenas<sup>2</sup> do esporte, enquanto espaços de confronto entre opositores, de luta, *locus* onde são travadas as disputas que indicam os rumos da Política Nacional de Esporte (PNE). Os espaços de luta são diversos, mas delimitamos a Arena das Conferências Nacionais de Esporte e a Arena da Produção do Conhecimento sobre a política de esporte no Brasil. A investigação destas Arenas nos permitiu explicar algumas das determinações e nexos existentes na PNE, para sim reconhecer possibilidades históricas para o rumo da política de esporte em um período de transição.

---

<sup>1</sup> Dados extraídos da página <http://www.copa2014.gov.br/pt-br> em 25 de março de 2013.

<sup>2</sup> Entendida aqui como uma das definições dadas pelo Dicionário Houaiss (2001, p. 282), “local de debate, de desafio, de luta”.

O estudo insere-se nos esforços coletivos da Rede LEPEL - Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer<sup>3</sup> para responder as problemáticas significativas na área das Políticas Públicas, inter-relacionadas com os problemas afetos à Epistemologia, Formação de Professores e Prática Pedagógica. Dessa forma, compreendemos esta tese, sobre a política de esporte, como uma contribuição ao debate travado com os demais pesquisadores e interlocutores, em busca de apreender o real, por via de aproximações sucessivas, para melhor intervir na realidade.

O esporte é uma atividade própria dos seres humanos. Do ponto de vista ontológico, o homem torna-se humano a partir de sua atividade vital, o trabalho, ação intencional que se desenvolve em determinadas relações de produção. O esporte, assim como o homem e a cultura em geral, é historicamente determinado e desenvolvido socialmente em relações de produção. É fruto das necessidades e relações humanas cujo grau de complexidade se amplia à medida que se desenvolvem as forças produtivas e a fartura, se impõe a vida em conjunto, desde os processos de colaboração aos de disputas e exploração. É, portanto, *manifestação da cultura corporal* que no modo de produção capitalista é alienado e alienante, mas que pode dar sentido à vida e contribuir para a humanização dos homens e mulheres. Trata-se de um patrimônio cultural, um direito social<sup>4</sup> que deve ser acessível a todos nas suas múltiplas possibilidades de expressão, não apenas na forma de subproduto da indústria cultural para ser consumido, mas para serem produzidos como valor-de-uso<sup>5</sup> com vistas à emancipação.

O jogo, o esporte, a cultura corporal, pôde ao longo do tempo se firmar como algo essencial para humanização dos homens e mulheres, presentes nas mais diversas culturas, épocas e regiões, um saber que foi sistematizado. Por isso, o identificamos como elemento cultural que precisa ser assimilado, criticado, superado.

---

<sup>3</sup>A LEPEL hoje se constitui na Rede LEPEL que desempenha atividades de ensino-pesquisa-extensão com instituições da região nordeste (UEFS, UFS, UFAL, UFRPE e UFPB), nacionais (Unicamp, UFSC) e internacionais (Intercâmbios com Universidades Européias).

<sup>4</sup>Engels (2012) nos alerta que, na obra “O socialismo jurídico”, para que a classe operária possa transformar as relações sociais é preciso romper com a ideologia jurídica, tendo em vista que todas as representações do homem – jurídica, políticas, filosóficas, etc. – derivam, em última instância do modo de produção da vida e troca dos produtos. Portanto, não podemos encerrar a luta da classe no terreno jurídico, legal, no terreno do direito, onde por antecipação a luta já está ganha pela burguesia. Para conquista do direito é, necessário por vezes, subverter a ordem, sair da legalidade.

<sup>5</sup> Com base na teoria do Valor de Marx (2002) é aquilo que é produzido para o uso imediato do produtor, para satisfazer suas necessidades.

Na atualidade, o esporte encontra-se inserido num processo contraditório de produção e reprodução no modo de produção capitalista, na sua fase imperialista<sup>6</sup>. Assim, como as demais produções humanas e a força de trabalho do profissional do esporte, sob o capitalismo são transformadas em mercadoria<sup>7</sup> (valor-de-troca). A produção material decorrente do esporte é apropriada pela classe dominante, privatizada, que neste processo, com base na propriedade privada, desenvolve a alienação, separando o produtor do produto do seu trabalho, onde o imperativo é a relação entre coisas, entre mercadorias.

Enquanto mercadoria, principalmente na versão do esporte espetáculo, é um dos fenômenos mais consumidos da atualidade, principalmente, pela criação de novas mercadorias dele derivadas. Pesquisadores, como Gouguet e Bourg (2005), vêm demonstrando a sua participação em diversos ramos da economia, com produtos para prática esportiva, venda de ingressos para espetáculos esportivos, os próprios eventos, canais de TV, etc. Podemos afirmar que existe uma grande “indústria” esportiva que movimenta a economia capitalista (GOUGUET e BOURG, 2005).

O esporte contemporâneo está cada vez mais integrado ao modo de produção capitalista, constituindo as forças produtivas<sup>8</sup> porque se refere, também, as relações homem-natureza, hoje controladas pelo capital, na sua fase imperialista de destruição das forças produtivas. Isso fica evidente nos dados<sup>9</sup> que demonstram as barreiras e limites para o acesso ao esporte, colocadas pela falta de acesso as mercadorias necessárias para prática e; privatização dos espaços e meios de produção necessários a realização da prática esportiva.

O esporte, juntamente aos mercados que o cercam na atualidade, passa a atuar tanto no equilíbrio da crise do capital, na medida em que concorre para o controle da queda da taxa de lucros, como faz parte de uma importante e necessária estratégia ideológica, na busca pelo controle e alienação das consciências (PENNA, 2011).

---

<sup>6</sup> Para Lenin (2007) é a fase que consiste na concentração cada vez maior da produção em grandes monopólios e do capital financeiro em poucos países. Fase de guerra de pilhagem e rapinas pelo mundo.

<sup>7</sup> Ancorada na teoria do valor de Marx (2002), podemos entender que a mercadoria é o como e o que se produz para o mercado, isto é, o que se produz para a troca, venda e não para o uso imediato do produtor.

<sup>8</sup> Que são os meios de produção (terra, máquinas, natureza, etc.) e a força de trabalho: o próprio trabalhador.

<sup>9</sup> Apresentaremos os dados no capítulo II, com base no Censo IBGE (2003).

Constitui-se, portanto, num grande mercado de bens e serviços esportivos, inclusive o “Dossiê Esporte”<sup>10</sup> aponta dados que o esporte incide sobre o “Produto Interno Bruto (PIB) do Esporte”, mesmo considerando as controversas das pesquisas<sup>11</sup>, segundo um estudo recente publicado pelo jornal britânico Financial Times, o PIB esportivo mundial, no ano de 2006, chegou próximo aos 100 bilhões de dólares, levando apenas em consideração as transações diretas. Valor equivalente ao PIB da Argentina ou de países produtores de petróleo (Venezuela, Malásia ou Emirados Árabes Unidos).

Considerando, porém os efeitos diretos e indiretos do esporte, só o PIB americano do setor ultrapassa 234 bilhões de dólares, segundo estimativa da consultoria IBCI (veja tabela na próxima página). O mercado esportivo mundial deve crescer a uma taxa média de 6% entre 2004 e 2009, segundo o estudo do Financial Times. Os Estados Unidos, país que, sozinho, corresponde à metade do mercado esportivo mundial, devem crescer a uma taxa ligeiramente maior. (IPSOS MARPLAN, 2006, p. 129)

Esses dados reforçam o já defendido por outros autores, Penna (2011), Melo (2011), Carvalho (2011) sobre o processo de mercadorização e mercantilização do esporte.

Para Penna (2011, p. 15) o esporte assume uma nova funcionalidade no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas contemporâneas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, fortalecendo “a sua aparência unificadora da sociedade”, aparentemente é uma unanimidade, impermeável a qualquer ideologia ou crítica, mas de fato assume o ideário burguês, para impor sua visão de mundo como única e verdadeira, tenta inculcar seus códigos, valores e modo de vida através do esporte<sup>12</sup>.

Máuri de Carvalho (2011), em livro intitulado “*Esporte em democracia: Gênese do político*” trata do papel social do esporte, da formação política da sociedade, onde demonstra que o atual grau de desenvolvimento do esporte, nas bases em que está assentado, é antes de tudo, uma mercadoria e acessível a poucos. A maioria terá que se contentar com os subprodutos da indústria cultural esportiva, que vai da indústria

<sup>10</sup> Dossiê Esporte – um estudo sobre o esporte na vida do brasileiro, elaborado pela IPSOS Marplan-Media Research. Empresa francesa que faz pesquisa sobre encomenda. Os dados podem ser questionados, mas nos aproximam ao que queremos demonstrar, o processo de mercadorização do esporte.

<sup>11</sup> Alguns autores questionam os números e no caso do estudo sobre econometria realizado por Junqueira (2011) que não se consegue comprovar estatisticamente a hipótese de que a realização de Jogos Olímpicos ou de Copa do Mundo de Futebol da FIFA traz crescimento do PIB.

<sup>12</sup> O Esporte é difundido como neutro. Mais ainda, a atual forma de manifestação do esporte seria, do ponto de vista burguês, a única forma possível. Quando se sabe que por trás das aparências de *fair play*, esconde-se todo um conjunto de relações de dominação e exploração, como por exemplo, nos contratos dos atletas/trabalhadores do esporte.

alimentícia, vestimenta, calçadista, do material esportivo, da especulação imobiliária e da indústria de construção civil, aos serviços em geral, até as comunicações, a mídia.

Os megaeventos esportivos (Jogos Olímpicos e Copas do Mundo, Copa das confederações, Jogos estudantis/universitários mundiais, entre outros) são os momentos de maior movimentação financeira desse setor. Onde uma pequena parcela de empresário e instituições como a FIFA, COI (Comitê Olímpico Internacional) exigem dos países sede concessões ao capital privado – entradas, bebidas, etc. É possível identificar as exigências desses grupos, vide mudanças nas legislações locais e isenções de impostos para que os eventos esportivos ocorram nos países sede. Como recentemente ocorreu no Brasil, onde as leis – como o “Estatuto do Idoso” que garante a meia-entrada nos jogos para os idosos e o “Estatuto do Torcedor” que proibia a venda de bebidas alcoólicas nos estádio – sejam desrespeitadas em favor dos interesses do capital internacional.

Contraditoriamente, existe a luta dos trabalhadores pelo acesso a esse patrimônio cultural e depois direito social, expressa no início do século XX com a realização dos Jogos Operários em contraposição aos Jogos Olímpicos, para que os trabalhadores e pessoas de todas as “raças” pudessem participar, na luta pela profissionalização dos atletas e até a resistência atual para manter os campos de futebol de várzea nas cidades. Seja na condição de espectador ou praticante do esporte, desenvolveram-se ao longo da história diversas lutas para que o esporte fosse reconhecido como um direito social. Hoje no Brasil temos inscrito na Constituição Federal o esporte como “direito de cada um” e o lazer como direito social, onde o esporte também pode ser incluído, contudo, o acesso a esse direito ainda é para poucos, mesmo que o Estado, historicamente, tenha lançado mão do esporte e da educação física para manutenção dos interesses da burguesia.

O esporte, em especial, as políticas públicas não estão dissociadas das contradições próprias do modo de produção capitalista, a principal delas a contradição entre capital-trabalho - a produção coletiva e apropriação privada – desencadeia contradições em todos os âmbitos da vida. A burguesia – no contexto da crise dos anos 70/80, crise do petróleo que gerou como corolário a derrocada do *welfare state* - para dar continuidade ao seu processo de dominação orientada, a partir dos Organismos Internacionais, a retoma do liberalismo instaurando um novo modelo de gestão do



Estado, que no Brasil inicia-se na “Era FHC”<sup>13</sup>, tendo como principal mentor Bresser Pereira, ministro do MARE- Ministério de Administração e Reforma do Estado. Modelo privatizante, para destruição dos direitos trabalhistas, mas que contraditoriamente, precisa para tal da colaboração dos trabalhadores. Com *slogans* de participação política e democratização do acesso aos bens culturais, apropria-se das reivindicações históricas dos trabalhadores<sup>14</sup>, entre eles o esporte, para subordiná-los aos interesses do capital.

Para tratar dessa contradição, delimitamos como marco temporal para início da investigação o ano de 2003, o início do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva até os dias atuais, período em que encontramos as evidências mais avançadas das relações econômicas, políticas e culturais no âmbito do esporte, o que nos permite apontar tendências e possibilidades para política de esporte, numa correlação de forças que coloca de um lado os interesses da classe trabalhadora pela democratização do acesso ao esporte e pela participação na definição dos rumos da política e, por outro o do capital em manter sua dominação, expandir mercados, entre os quais o mercado esportivo.

Como parte desse processo contraditório estão os esforços em alçar o Brasil a um país olímpico e a realização de megaeventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol, Jogos Militares, Olimpíadas, etc.), a criação de um ministério próprio do esporte, o aumento do fomento à produção do conhecimento na área das políticas públicas de esporte, com a criação da Rede CEDES<sup>15</sup>, realização de 3 (três) Conferências Nacionais de Esporte.

Nesse contexto, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, no mesmo ano de sua posse, em 2003, institui o Ministério do Esporte, destacando como missão —formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Referência aos dois mandatos presidenciais do neoliberal Fernando Henrique Cardoso que ficou popularmente conhecido por FHC.

<sup>14</sup> Sobre a apropriação pela burguesia da reivindicação de acesso à educação superior, consultar Figueiredo (2011)

<sup>15</sup> A Rede CEDES — Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer — foi criada em 2003 como ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNDEL). Foi integrada ao conjunto de ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) direcionadas para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. Nos últimos anos, com a extinção da SNDEL e as prioridades políticas do Ministério com os Megaeventos esportivos, vem perdendo espaço na política desenvolvida pelo Ministério. Saber mais informações em: <http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp> Acesso em 09 de março de 2013.

<sup>16</sup> Medida Provisória nº. 103, de 01 de janeiro de 2003.

O Ministério do Esporte irá estruturar-se com base na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, mais conhecida como Lei Pelé<sup>17</sup>. Nela o esporte é reconhecido a partir de três manifestações: *Desporto educacional*, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação; *Desporto de participação*, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social e *Desporto de rendimento*, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais.

O Ministério foi constituído, em 2003, por três secretarias e seus respectivos departamentos: 1- Secretaria Nacional de Esporte Educacional, composta pelo – a) Departamento de Esporte Educacional e de Identidade Cultural e b) Departamento de Esporte Universitário; 2- Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, composta pelo – a) Departamento de Política Social de Esporte e Lazer e b) Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte; 3- Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, composta pelo – a) Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento e b) Departamento de Excelência e Promoção de Eventos.

Essa organização inicial do Ministério dos Esportes sofreu modificações em 2011, já no início do governo da presidenta Dilma Rousseff, essa (re)estruturação organizacional, instituída através do Decreto nº 7.529 datado de 21 de julho de 2011, estabelece a configuração do ministério da seguinte forma: 1 – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, composta pelo – a) Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e b) Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; 2 – Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, composta pelo – a) Departamento de Futebol Profissional e b) Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor; 3 - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, composta pelo – a) Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento e b) Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos. E mais a Secretaria Executiva órgão de assistência direta e imediata ao Ministério.

---

<sup>17</sup> Destacamos que a Lei Pelé foi formulada no governo de FHC. Que, portanto, assumiu nuances do social-liberalismo tendo como centralidade a modernização das relações esportivas. Entre outras coisas ela constitui um forte ataque a “Lei do Passe” – Lei Nº 6.345, de 2 de setembro de 1976, instituída pela ditadura militar, no governo de Ernesto Geisel – que fazia com que as relações entre jogadores de futebol (trabalhadores) e clubes (proprietários) se dessem no marco referencial do feudalismo.

Entendemos que essas modificações na organização do Ministério são sintomáticas e apontam para uma reconfiguração da própria política a ser adotada pelo ministério, colocando em questão à própria missão inicialmente estabelecida, no sentido de afirmar o esporte e lazer como direitos sociais.

A nova dinâmica do esporte no capitalismo contemporâneo em nível planetário e as suas repercussões na organização e na forma de produção da política de esporte no Brasil ganham centralidade, onde estudos e pesquisas também passam a privilegiar essa temática – Penna (2011), Carvalho (2011), Melo (2011), Castelan (2010), entre outras que apresentaremos no capítulo II. Nessa produção, destacamos dois elementos que contribuíram para pensar o fenômeno: democratização do acesso ao esporte e os megaeventos esportivos. Ambas expressas também nos documentos das conferências de esporte.

As conferências nacionais de esporte (CNE) foram instituídas pelo Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, com a pretensão de configurarem-se como espaço de debate, formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer para o país. Foram realizadas 3 (três) conferências nacionais:

I Conferência – temática “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” – Junho de 2004.

II Conferência - temática “A criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer” – abril de 2006.

III Conferência Nacional de Esporte – “POR UM TIME CHAMADO BRASIL”  
Tema: “Plano Decenal de Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” – junho de 2010.

Numa breve análise, que aprofundaremos no capítulo correspondente a discussão sobre as conferências, só pelas temáticas escolhidas já podemos caracterizar uma modificação nos rumos da política de esporte no Brasil dos últimos anos.

Na perspectiva de elucidar alguns dos principais sujeitos da política de esporte no Brasil hoje, apresentaremos a composição do Conselho Nacional de Esporte que:

[...] é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministério de Estado do Esporte, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem

como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

Sendo a atual composição do Conselho Nacional de Esporte<sup>18</sup> a seguinte:

Nº	Entidade	REPRESENTANTE	
		Titular	Suplente
1	Ministro de Estado do Esporte	Aldo Rebelo	Luis Manuel Rebelo Fernandes
2	Secretaria Executiva do Ministério do Esporte	Luis Manuel Rebelo Fernandes	Em andamento
3	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento	Ricardo Leysler Gonçalves	Marco Aurélio Ravanelli Klein
4	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	Afonso Barbosa	Antonio Fernando Máximo
5	Secretaria do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor	Luis Antonio Paulino	Joel Benin
6	Representante do Comitê Olímpico Brasileiro – COB	Marcus Vinícius Simões Freire	Agberto Guimarães
7	Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB	Andrews Parsons	Mizael Cardoso
8	Representante da Comissão Nacional de Atletas – CNA	Cyro Marques Delgado	Danilo Glasser
9	Representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer	Márcia Beatriz Lins Izidoro	Rogério Romero
10	Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer		Luiz Carlos Orro
11	Representante dos Clubes Sociais	Edson Garcia	José Wilson de Souza
12	Representante do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF	João Batista Andreotti Gomes Tojal	Sérgio Kudsi Sartori
13	Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE	Leonardo Tartaruga	Edson Marcelo Húngaro
14	Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira – CDMB	General de Divisão Fernando Azevedo e Silva	Coronel Carlos Henrique Teixeira
15	Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – ONED	Paulo Rogério O. Sabioni	Mauzler Paulinetti
16	Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF	Weber Magalhães	Em andamento
17	Representante do Desporto Nacional	Ana Beatriz Moser	Em andamento
18	Representante do Desporto Nacional	Hortência de Fátima Marcari	Em andamento
19	Representante do Desporto Nacional	Antônio Moreno Neto	Em andamento
20	Representante do Desporto Nacional	Francisco Radler de Aquino Neto	Em andamento
21	Representante do Desporto Nacional	Em andamento	Em andamento
22	Representante do Desporto Nacional	Em andamento	Em andamento

<sup>18</sup> Quadro retirado da página do ME [www.http://www.esporte.gov.br/conselhoEsporte/membros.jsp](http://www.esporte.gov.br/conselhoEsporte/membros.jsp) . Acesso em 12 de Fevereiro de 2013. Ainda na página o ME só encontramos ata das reuniões do CNE até o dia 11 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conselhoEsporte/reunioes.jsp>. Levanta-se a questão: ou as reuniões não estão ocorrendo ou não há publicidade na página do ME? Como fica o “controle social”?

O processo de investigação apontou que é preciso aprofundar o debate, estudos e pesquisas sobre a função da política de conferências e conselhos, tendo em vista que para manutenção do capitalismo hoje, mais do que em outros momentos históricos, é necessário a colaboração da classe trabalhadora<sup>19</sup>, educá-la para o consenso, no processo de formulação e implementação da própria política, aparentemente democrática e popular, mas essencialmente de interesse do capital.

Com base no exposto sobre a política nacional de esporte, buscamos responder ao seguinte problema: Quais as contradições na política de esporte no Brasil que se expressam a partir do governo Luís Inácio Lula da Silva, nas conferências nacionais de esporte e na produção do conhecimento (dissertações e teses)? Quais as tendências da política de esporte e, quais as possibilidades de superação dessas contradições, considerando as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora nesse momento de transição do modo de produção?

Nossa hipótese de trabalho é que no modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, onde as forças produtivas pararam de crescer, novos mecanismos de organização do Estado e da política são engendrados, intensificando a contradição entre capital e trabalho, verificáveis nas conferências nacionais do esporte, na produção do conhecimento e nos megaeventos. Em particular, na política do esporte, expressa pela contradição entre o esporte para poucos, na forma de domínio/detecção dos meios de produção e reprodução e o esporte para todos, na forma de socialização dos meios de produção e reprodução desse patrimônio cultural da humanidade e direito social. A explicação das contradições possibilita apontar tendências e possibilidades para política de esporte no Brasil, compreendidas como importantes no processo de transição para o modo de produção comunista.

Portanto, nosso objeto de estudo foi a política do esporte no Brasil, a partir do primeiro governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em especial, expressa nas conferências, na produção do conhecimento e nos megaeventos esportivos.

Nosso objetivo geral foi explicar como a política do esporte no Brasil, a partir do governo Lula, expressa a contradição capital-trabalho, por via da contradição entre o esporte para poucos (na forma do esporte mercadoria que ganha centralidade no período

---

<sup>19</sup> A colaboração de classe ocorre por mecanismos complexos, sustentada pelo argumento que não existe alternativa (There Is No Alternative – TINA), máxima de Margareth Thatcher, ex-primeira ministra do Reino Unido ligada ao Partido Conservador. Apontam que a única saída é colaboração entre o capital e o trabalho, usando do Estado através das conferências e conselhos para integração da classe trabalhadora aos interesses do capital. No capítulo I retornaremos ao assunto.

de crise do capitalismo – apropriação privada) e o esporte para todos (na forma do esporte patrimônio cultural da humanidade e direito social – apropriação coletiva).

Os objetivos específicos foram:

- Explicitar as relações e nexos existentes no modo de produção, estado, luta de classes e esporte;
- Esclarecer as relações existentes entre a política das conferências, a produção do conhecimento e dos megaeventos, balizadores das tendências para a produção e reprodução do esporte no Brasil;
- Levantar possibilidades para a política de esporte no Brasil em um período pré-revolucionário de transição para o modo de produção comunista, com base nos conteúdos contraditórios identificados na produção e reprodução de um bem cultural.

Nesse sentido, defendemos a seguinte tese: A política do esporte no Brasil é decorrente de determinações econômicas, expressas na contradição capital–trabalho, por via da contradição entre o esporte para poucos (na forma do esporte mercadoria que ganha centralidade no período de crise do capitalismo – apropriação privada) e o esporte para todos (na forma do esporte patrimônio cultural da humanidade e direito social – apropriação coletiva). O esporte para todos tem sido utilizado desde a década de 1960<sup>20</sup> como *slogan* para iludir o povo, mas, contraditoriamente, deve ser apropriado pelos trabalhadores como patrimônio cultural, nas suas múltiplas dimensões, para elevação da consciência de classe e, incluso na perspectiva de direito social num programa de reivindicações para transição ao comunismo.

### **1.1.O método de investigação**

As concepções sobre a política social, nela incluímos a política de esporte, expressam perspectivas teórico-metodológicas distintas. Cabe então desde o início explicitar que partimos do entendimento que toda a análise de processos e relações

---

<sup>20</sup> Quando utilizamos o termo Esporte para Todos (EPT), não nos referimos ao Movimento EPT lançado na época ditadura civil-militar, na década de 1960, ler mais em Tubino, disponível em: <http://www.tubino.pro.br/Movimento%20Esporte%20para%20Todos.pdf>. Acesso em 07 de março de 2013. E discutido por Kátia Brandão Cavalcanti em seu livro “Esporte para todos: um discurso ideológico” (1984). Na tese entendemos o esporte para todos como patrimônio cultural da humanidade que deve ser apropriado pela classe trabalhadora, sem diluição das fronteiras de classe social e ilusão de sua viabilidade nos marcos do modo de produção capitalista. O avanço em direção ao Esporte para Todos, dar-se-á junto a cada passo na apropriação coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores.

sociais é permeada de política e de disputa de projetos de sociedade, defendemos que cabe então ao pesquisador tomar partido na luta de classe. Partimos, portanto, da compreensão que não existe neutralidade científica e assumimos o compromisso com as transformações sociais que permitam contribuir para superação do modo de produção capitalista, com fim da propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem sobre o homem.

Nesse sentido, a análise das políticas sociais, em particular de esporte, compreende-as como processo e resultado de relações contraditórias e complexas que ocorrem entre o Estado/sociedade civil, inseridos no processo de luta de classes, de produção reprodução do capitalismo.

A política de esporte encontra-se inserida na totalidade social, sofrendo determinações econômicas, políticas e culturais. Para que possamos reconstruir no pensamento esse processo social, ora em análise, faz-se necessário ir além das aparências do fenômeno, o que Kosik (2002) denomina de “mundo da pseudoconcreticidade”.

O percurso metodológico que realizamos, buscou apreender que o fenômeno indica a essência e também a esconde, já que a essência revela-se de maneira parcial no fenômeno. Buscamos descobrir a essência do fenômeno, mas numa perspectiva materialista histórica dialética, o que pressupõe situá-la historicamente, na realidade social mais ampla, complexa e contraditória.

Fizemos essa opção por entender que toda prática social, no caso em particular, a política de esporte, situa-se num dado projeto histórico de sociedade, sustenta teorias do conhecimento e teorias pedagógicas que estão subjacentes às práticas e a produção do conhecimento (TAFFAREL e SANTOS JUNIOR, 2009, p. 11). Nesse sentido, questionamos a política do esporte no Brasil, explicitando nossa posição, permeada de intencionalidade histórica comprometida com a construção de outra política de esporte vinculada às tarefas necessárias para uma transição rumo ao socialismo.

A posição teórico-política assumida nesse trabalho ganha vitalidade pelos fatos<sup>21</sup> que vêm demonstrando a atualidade do materialismo histórico dialético, do marxismo,

---

<sup>21</sup> A crise estrutural do capital, nas lutas dos explorados no oriente médio e Europa, ataques á direitos e conquistas da classe trabalhadora sem precedentes em escala mundial, inclusive nos países imperialista. Barack Obama, presidente do EUA, anunciou no início do ano de 2013, demissão de professores, cortes drásticos nos gastos públicos, 85 bilhões de dólares, que ameaçam produzir 750 desempregados, etc. A orientação do FMI é de demitir 50 mil professores em toda Europa para salvar o setor financeiro.

para explicar, compreender e intervir no real concreto, por isso a produção do conhecimento nessa perspectiva aponta a necessidade/possibilidade de superação das contradições imposta pelo modo de produção capitalista.

Nesse sentido para Cheptulin (2004, p. 286) a contradição é a fonte do desenvolvimento da força motora, que faz avançar e condiciona a passagem do objeto (formação material) de um estágio de desenvolvimento para outro.

[...] assim, o conhecimento choca-se, em seu desenvolvimento, com a necessidade de descobrir as contradições, os aspectos e as tendências contrários próprios de todas as coisas e fenômenos da realidade objetiva (CHEPTULIN, 2004, p. 286).

Desse modo, a contradição foi a categoria central do método de análise da pesquisa, na qual realizamos o esforço nessa tese de captar as contradições, expressas na política de esporte, à luz do que nos propõe Cheptulin:

Ao contrário do materialismo metafísico, o materialismo dialético não somente reconhece a existência das contradições, mas acredita que a contradição é uma condição universal da existência da matéria, uma forma universal do ser. Segundo o materialismo dialético, qualquer que seja a formação material considerada, quaisquer que sejam os domínios que focalizamos, descobrimos necessariamente a presença de aspectos e de tendências contrários, a unidade dos contrários, e a presença de contradições. Em particular, para toda a sociedade, a contradição entre a produção e o consumo é um fato, para a sociedade de classes, há também a contradição entre as diferentes classes; para o pensamento, há a interação da análise e da síntese. (CHEPTULIN, 2004, p. 300)

Podemos situar dessa forma os dois momentos da pesquisa, o da investigação e o da exposição. O método - na tradição marxista, não pode se reduzir a técnicas de pesquisa - trata-se de uma relação entre sujeito e objeto, que permite ao sujeito que conhece apropriar-se das características do objeto, apreender as suas múltiplas determinações, reproduzir no pensamento o movimento do real concreto.

Em relação ao percurso da coleta dos dados, realizamos uma pesquisa bibliográfica/documental, na qual os caminhos percorridos foram semelhantes aos de



uma pesquisa bibliográfica, a partir da exploração das fontes, leitura do material, elaboração das fichas e tabelas, análise das fichas e tabelas e conclusão.

No primeiro momento realizamos a exploração das fontes bibliográficas e documentais delimitadas a partir do objeto de investigação, a saber: 1. Bibliográficas - livros, revistas, periódicos, dissertações, teses; e 2. Documentais - a) Leis, Medidas Provisórias e Projetos de Lei relacionados ao tema; b) Textos disponibilizados na página do Ministério do Esporte, das universidades, grupos de pesquisas e outros órgãos; c) Dados estatísticos sobre Esporte (INEP, IBGE, etc.); entre outros.

Os procedimentos investigativos nos permitiram construir um banco de dados sobre a produção do conhecimento na área das políticas públicas de esporte, com as teses e dissertações (Banco de dados da Capes) e sobre os documentos e resoluções das conferências nacionais de esporte, campo empírico da pesquisa.

No segundo momento, analisamos os dados buscando estabelecer nexos, relações e contradições na política de esporte no Brasil, possibilitando identificar as determinações fundamentais do problema de pesquisa. Nosso trabalho de análise buscou superar a aparência, a primeira impressão acerca do fenômeno, esclarecer aspectos ainda não perceptíveis, apreender a realidade concreta.

A exposição da tese para uma melhor visualização do resultado do processo de investigação está organizada em três capítulos:

### **CAPITULO I – MODO DE PRODUÇÃO, ESTADO E ESPORTE.**

Os dados empíricos da presente tese serão submetidos à análise teórica considerando as categorias Modo de produção, Estado e Esporte. Estes são os três principais conceitos que permitirão a análise e a síntese apontando possibilidades. Portanto, o capítulo explicita as relações e nexos existentes entre o modo de produção, o Estado e o esporte, com base nos conceitos clássicos do marxismo.

### **O CAPITULO II - ESPORTE, CONFERÊNCIAS E LUTA DE CLASSES**

Caracteriza a política de esporte no Brasil, a partir do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, demonstrando empiricamente os rumos resultantes dos conflitos e confrontos no processo, apontando tendências (reacionarismo ou a revolução), na produção e reprodução da política de esporte no Brasil com base nas Conferências.

### **O CAPITULO III – PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E POLITICA DO ESPORTE: DAS PREMISSAS TEORICAS ÀS PROGRAMÁTICAS.**

Explica a base teórica da produção do conhecimento sobre a política de esporte no Brasil, explicitando os nexos e relações entre as bases teóricas e as premissas programáticas para o processo de transição ao comunismo.

### **CAPITULO IV - AS POSSIBILIDADES DA POLITICA DE ESPORTE NO BRASIL NUM PERÍODO DE TRANSIÇÃO**

Apresenta possibilidades para a política de esporte em um período de transição para o modo de produção comunista, com base nos conteúdos contraditórios identificados na produção e reprodução de um bem cultural chamado esporte e tomando como referência a necessidade de humanização do ser humano.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contendo a síntese, em forma de tese, sobre o processo de democratização, universalização do esporte, enquanto patrimônio da humanidade compondo o programa da revolução, com as reivindicações mínimas, parciais, transitórias e históricas da classe trabalhadora.

## 2. CAPÍTULO I – MODO DE PRODUÇÃO, ESTADO E ESPORTE

O presente capítulo trata da explicação das relações e nexos existentes entre o modo de produção, a luta de classes, o Estado e o esporte, com base nos conceitos clássicos e na compreensão marxista que permite problematizar este complexo.

Para análise da política de esporte partimos do entendimento de Marx, que as relações sociais de produção não podem ser separadas das forças produtivas. Nesse sentido utilizaremos as explicações de Marx sobre as formações econômicas, mesmo que de maneira sintética, pois nos permitem entender essas relações, indissociáveis, como regularidades da história humana.

Os estudos de Marx (1964)<sup>22</sup> sobre as formações econômicas possibilitaram a conclusão de que diferentes divisões sociais do trabalho correspondem a diferentes formas de propriedade. A primeira delas é propriedade tribal, ela é a fase não desenvolvida da produção, quando muito ocorre a plantação de alimentos, vive-se do extrativismo, caça e pesca. Fase de grandes extensões de terras incultas. Pouco desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Com o desenvolvimento das ferramentas para caça e cultivo, agricultura e pecuária, damos início à produção de excedente, possibilidade da exploração do homem pelo homem, onde se erguem as primeiras sociedades de classe: as escravistas e as asiáticas. O modo de produção asiático está baseado numa forma primitiva de exploração, onde a classe dominante dos países asiáticos, e também das civilizações americanas (Maias e Astecas), apropriava-se da riqueza produzida nas aldeias, propriedade comum, por meio da cobrança de impostos. O processo de exploração vai desenvolvendo formas mais complexas de relações sociais. Podemos destacar **o Estado** que vai recolher os impostos por meio da força militar e **o Direito** para evitar que as classes sociais com interesses antagônicos se digladiassem.

Com a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, é que se possibilita o surgimento de uma nova forma propriedade, a propriedade comunal e estatal da antiguidade, incluindo a propriedade sobre os escravos. Nesse período, surge também a propriedade privada, mas subordinada à propriedade comunal urbana, que é a principal forma de propriedade da época. A divisão social do trabalho já é um pouco mais desenvolvida.

---

<sup>22</sup> Cf. Eric Hobsbawm. Karl Marx, Formações econômicas pré-capitalistas – Introdução. 5º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1986.

Com um período longo de transição, desenvolve-se a terceira forma de propriedade que é a feudal, em decorrência da dissolução do império romano e não desenvolvimento das cidades, decorrente de baixa população. Nesse contexto, a zonal rural é o local de retomada da organização social, retomando-se a propriedade comunal, mas agora dos senhores feudais e a classe explorada os servos e não mais os escravos. Em convivência com a forma de propriedade da cidade que era o trabalho privado dos indivíduos, o artesanato em pequena escala. A divisão social do trabalho ainda é pouco desenvolvida.

Com a complexidade da divisão social do trabalho, divisão cidade e campo, avanço da produção e do comércio, produto da evolução feudal, das cidades/burgos é que ocorrer a transição do feudalismo para capitalismo. Transição possível à medida que as formas de propriedade existentes vão se transformando em capital industrial ou comercial, constituição do mercado mundial.

A vasta expansão do comércio, como resultado da descoberta da América, da conquista da rota marítima para Índia, e a importação maciça de produtos de além mar, especialmente ouro, causou impacto tanto na posição da propriedade territorial feudal quanto na classe trabalhadora. A conseqüente transformação das relações de classe, a conquista, a colonização 'e sobretudo a ampliação dos mercados, cuja possibilidade de se tornar um mercado mundial agora se concretizava cada vez mais' abriram uma nova fase no desenvolvimento histórico (HOBSBAWM, 1986, P. 33).

Esse momento histórico pode ser caracterizado como uma fase progressista do capitalismo, no qual ocorre o desenvolvimento rápido e complexo das forças produtivas, marcado pela expansão do mercado, transformado em mercado mundial, onde ainda predominava a concorrência.

Já no início do século XX, Lenin pode explicar, em *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, as transformações ocorridas no modo de produção capitalista por cinco traços os fundamentais:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão alto de desenvolvimento que origina os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial leva ao surgimento, baseado nesse 'capital financeiro' da oligarquia financeira;

- 3) a exportação de capitais adquire uma importância cada vez maior em relação a exportação de mercadorias;
- 4) formam-se associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e;
- 5) é completada a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2007b, p. 104).

O modo de produção capitalista em sua fase imperialista caracteriza-se por ser: 1) monopolista; 2) parasitário ou em decomposição e; 3) agonizante. Nesse sentido é que considera o imperialismo a ante-sala da revolução socialista. Demonstrou que na época imperialista se forma o sistema capitalista de economia mundial, crescendo a exploração dos países coloniais e semi-coloniais pelo capital financeiro das metrópoles. Por isso, só a luta internacional da classe operária conjunta com a luta de independência das nações do jugo do imperialismo pode levar a destruição do modo de produção capitalista. Já que o capitalismo monopolista de Estado que une os monopólios e o Estado para salvaguardar os interesses dos capitalistas e especuladores demonstra cada vez mais sua incapacidade de superar a crise do sistema.

O monopólio entra em contradição com a concorrência e a dominação do capital financeiro, especulativo, ocorre um processo de financeirização da economia onde:

[...] Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram- e continuam nascendo- no setor produtivo. Eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcelas dos lucros cedidas ao capital de empréstimos, sob a forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos créditos ao consumidor, por fim, depois de quarenta anos de trabalho, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadoria, mas cuja natureza se modifica ao entrarem na esfera financeira, tornando-se massas em busca da rentabilidade máxima. [...] A esfera financeira em si não cria nada (CHESNAIS, 1996, p. 241).

Podemos afirmar que a atual crise do sistema capitalista parasitário encontra bases explicativas na obra *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* de Lenin (2007b) e na constatação feita por Trotsky em 1938 no “Programa de Transição” que as forças produtivas pararam de crescer. Para sobreviver o capitalismo necessita cada vez mais destruir as forças produtivas, homem e natureza, apenas na aparência continua a

desenvolver as forças produtivas, mas na essência é a sua mais profunda degeneração, destruição e aniquilação, em escala mundial nunca antes vista<sup>23</sup>. A reprodução do capital só é possível, contraditoriamente, com base na destruição das forças produtivas. Mesmo que da exploração da principal dela, a força de trabalho, retire a mais-valia.

Essa breve exposição permite-nos demonstrar que o desenvolvimento do humano (o Estado, a política, a cultura etc.) encontra-se relacionado com o modo de produção. Para explicação da origem e desenvolvimento das práticas sociais, das relações estabelecidas entre os homens, é necessário entendê-las condicionadas à produção da própria vida. São das atividades humanas para garantir a existência que surgem o jogo de caráter lúdico, o treino, o rendimento até as formas como conhecemos hoje. Portanto, aquilo que somos depende das condições materiais de produção.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência da sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse um único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida, reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. Essa produção só aparece com o aumento da população. Esta pressupõe, por sua vez, o intercâmbio dos indivíduos entre si. A forma desses intercâmbios se acha, por sua vez, condicionada pela produção (MARX e ENGELS, 2001, p. 10-11).

Todos os fenômenos sociais devem ser explicados pensando essa totalidade, na qual os homens são artesãos de sua própria história, mas não fazem a partir das suas

---

<sup>23</sup> “Aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente para serem consideradas saudáveis. Isso significa que uma em cada sete pessoas no planeta vai para a cama com fome todas as noites”. (Fonte: FAO, 2012). A FAO é a Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e a Agricultura. Disponível em: <https://www.fao.org.br/oqvpssf2012.asp> Acesso em 18 de abril de 2013.

ideias e desejos, mas das condições objetivas herdadas das gerações anteriores. Essa reflexão aplica-se plenamente as políticas de esporte.

Eis, portanto, os fatos: indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas. E cada caso isolado, a observação empírica deve mostrar nos fatos, e sem nenhuma especulação nem mistificação, a ligação entre a estrutura social e política e a produção. (...) A produção das idéias, das representações, da consciência, está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX e ENGELS, 2001, p. 18-19).

Nesse sentido, para Marx, a produção e a troca dos produtos são a base onde se ergue toda a ordem social burguesa. O esporte, em particular a política de esporte, sustenta-se também sobre esta base. O que nos impõe a dizer que para compreender a política de esporte é preciso explicar sua relação, seu entrelaçamento com a vida real.

Para explicitar essa relação é preciso de um método, Marx e Engels construíram um referencial teórico revolucionário que parte da exposição de fundamentos, das lições da história e da realidade objetiva. Método que nos revela a conexão entre a produção material da existência humana e a produção das suas ideias. Por isso, diante do exposto, o modo de produção é uma categoria central para as explicações que apresentamos nessa tese.

O modo de produção depende primeiro da existência concreta dos homens, essa existência é condicionada pelo estágio de desenvolvimento e organização das forças produtivas e pelas relações de produção. Portanto, o primeiro ato histórico é do produzir e reproduzir os meios de existência, que se dá através do trabalho. Sem trabalho, não há a existência humana, sua produção e a história.

O trabalho assume um duplo sentido na existência dos homens. O primeiro é a compreensão do trabalho, como atividade vital humana, fundante do ser social, entendido aqui do ponto de vista ontológico. É através do trabalho que o homem realiza um intercâmbio orgânico com a natureza, na medida em que a transforma é também transformado. O segundo é que sob o julgo do capitalismo, o trabalho apresenta-se como trabalho alienado.

O trabalho alienado é fruto de relações de produção nas quais o processo produtivo como um todo e as forças produtivas estão sob a propriedade privada da burguesia, e no qual o trabalho realiza-se condicionado e determinado pelos interesses do burguês, na condição de proprietário dos meios de produção. No conflito de interesses que vai determinar a luta de classes no seio do capitalismo, está a explicação para a produção histórica do tempo livre do trabalho explorado e todas as políticas e projetos para este tempo que se delineiam a partir de então. É a luz da luta de classes subjacente ao modo de produção capitalista, no qual os projetos da burguesia e da classe trabalhadora serão sempre antagônicos e conflitantes, que devemos buscar a explicação para a problemática do lazer. Nesta direção, assume centralidade para a compreensão da problemática do lazer a análise do modo de produção capitalista. É a categoria modo de produção que permite compreender a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais o trabalho para a produção da existência se dá alienado; a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais a fruição do tempo livre (e nele, o lazer) aparece, ao mesmo tempo, como continuidade (na forma lazer alienado, reduzido ao consumo obsessivo de práticas, objetos e símbolos) e possibilidade de ruptura (na forma da constatação da condição miserável na qual vivem os homens no modo capitalista de produção). Nesta configuração, evidencia-se que apenas revolução do modo de produção pode suprimir o trabalho alienado, e todas as formas de fruição do lazer dele decorrentes (PEIXOTO, 2007, f. 282-283).

Concordamos com Peixoto (2007) da centralidade da categoria Modo de Produção, mesmo sendo defendida pela autora no âmbito dos estudos sobre o lazer, entendemos que tal formulação pode ser aplicada ao esporte e sua política, tendo em vista, principalmente o papel do esporte que é alienado dos seus produtores e alienante, utilizado pela burguesia para disseminação dos seus interesses, inclusive como mecanismo de controle do tempo livre dos trabalhadores. Sua produção e reprodução se dão na totalidade das relações contraditórias e dialéticas, na arena da luta de classes, por meio das relações sociais estabelecidas, com a apropriação privada.

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas esses indivíduos não como aparecem



nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência *real*, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade. (MARX e ENGELS, 2001, p. 18).

Nesse sentido, entendemos que estamos inseridos no modo de produção capitalista, sustentada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do homem sobre homem, na sua fase imperialista, que segundo Lenin (2007) é a fase que consiste na concentração cada vez maior da produção em grandes monopólios e do capital financeiro em poucos países. Fase de guerra de pilhagem e rapinas pelo mundo.

O capitalismo encontra-se em meio a uma crise sem precedentes na história da humanidade, tal momento da economia mundial tem desdobramentos na intervenção do Estado (ajustes estruturais e reformas) para garantir o processo de produção e reprodução do capital. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil tem o 3º pior índice de desigualdade do mundo. Ainda temos um grande índice de concentração de renda (3,35% das propriedades com mais de 2.550 hectares detêm 61,57% das terras), aumento da precarização do trabalho e grande percentual, quase 50%, população economicamente ativa, na informalidade (BOSCHETTI, 2012).

Partimos do entendimento de que para explicar as políticas em curso, faz-se necessário compreender o modo de produção, do qual tratamos anteriormente, o papel do Estado numa sociedade de classes, quanto à democracia como expressão do poder político. No caso deste estudo, a política de esporte tendo como marco referencial o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até os dias atuais, em particular, a política elaborada com base nas conferências e na produção do conhecimento.

Para tal, valemo-nos de estudos já realizados anteriormente, com base no materialismo histórico dialético, enquanto teoria e método, utilizando principalmente as obras de Marx, Engels e Lenin, que tratam da questão do Estado, da Luta de Classes e da Democracia, para compreender o fenômeno da política no atual contexto histórico. Diante do ecletismo em moda, do reformismo e oportunismo de toda ordem, julgamos importante nessa tese retomar os clássicos para a análise, reafirmando a vitalidade dos seus argumentos explicativos. Buscando ser vigilante e recusando-se a cair na armadilha da transição gradual do Estado burguês ao socialismo.

Lenin escreve, logo depois das “Teses de Abril”, o livro “O Estado e a Revolução” que se constitui, guardadas as peculiaridades da época em que foi escrito, num instrumento teórico valioso para combater o que chamou, no prefácio da 1ª edição, de “elementos de oportunismo”. Para o autor, o conjunto dos elementos característicos da corrente oportunista são: a) a conciliação de classes através do estado; b) a falsa crença de que o sufrágio universal irá manifestar e impor a vontade da maioria dos trabalhadores; c) negação da necessidade da *quebra da máquina governamental (burocracia, exército permanente e polícia)* pelos trabalhadores quando da ocasião da tomada do poder; d) realização do “programa democrático” após a vitória do proletariado (K. Kautsky); e) a conquista do poder político pela aquisição da maioria do parlamento e a transformação do parlamento em governo soberano (K. Kautsky); f) negação da ditadura do proletariado.

O ponto de partida do autor é de que “o Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes”. Para tanto, faz um levantamento de várias passagens da obra de Marx e Engels para que seja possível explicitar o desenvolvimento das concepções fundamentais do socialismo científico sobre o Estado. **Nessa concepção, O Estado é compreendido não como algo externo à sociedade, mas, sim, fruto das relações inconciliáveis das classes.** Engels, tomado como base do pensamento de Lenin, entende que o Estado é antes um produto da sociedade quando essa chega a um determinado grau do seu desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e que está dividida em oposições irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2004, p. 176-177).

A compreensão de que o Estado é o poder para corrigir as contradições do sistema da propriedade privada dos meios de produção trata-se para Lenin de uma interpretação inescrupulosa da obra do Marx, pois para ele o Estado é um órgão de dominação de classe e não de conciliação; é um instrumento de submissão de uma classe sobre outra (LENIN, 2007, p. 25).

A idéia de conceber o Estado como órgão para resolução de conflitos sociais entre as classes, ou grupos sociais, categoria esta mais utilizada hoje nas questões afetas

às políticas sociais, continua sendo propagada pelos defensores da democracia. Para Lenin “essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado é um órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)” (LENIN, 2007, p. 26].

A compreensão de que o Estado burguês é um instrumento de dominação de uma minoria sobre uma maioria, de uma classe sobre a outra, torna-se imprescindível para que a classe trabalhadora entenda que as desigualdades sociais só poderão ser superadas com a tomada do poder pelos oprimidos e a subsequente destruição desse Estado. Isso não significa entender o estado separado da sociedade civil, dicotomicamente, essa relação existe e é inequívoca, contudo o Estado é um produto histórico, fruto da luta da burguesia pelo poder, arquitetado para manutenção dos interesses do capital.

Como disse Marx na Mensagem do Comitê Central à liga dos Comunistas, em 1850: Para nós não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova (MARX, s/d).

A classe dominante, para a manutenção da sua condição e do regime da propriedade privada, constitui, através do Estado, um poder coercitivo, que crescerá na medida em que a luta de classes se agrave. Hoje, o Estado também lança mão do poder persuasivo. Portanto, de maneira geral, o Estado está sempre a serviço da classe que detém o poder econômico, que não abrirá mão de exercer o domínio político para que possa criar novas formas de oprimir e explorar a classe dominada, utilizando a educação para isso. Em resumo, “o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado” (ENGELS, 2004, p. 178-179). Tal entendimento sobre o papel do Estado numa sociedade de classes é base para explicar as disputas pelo poder político e pelas políticas sociais, em todos os âmbitos, inclusive no esporte.

Os mecanismos de utilização do Estado para os interesses do poder econômico são diversos, não escapam das investidas dos capitalistas, o executivo, o legislativo e o judiciário. O Luiz Gonzaga Belluzzo<sup>24</sup> (2013, p.49) que não é do campo marxista<sup>25</sup>, na

---

<sup>24</sup>Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Filiado ao Partido Popular Socialista (PPS) e ex-presidente do Clube Palmeiras.

<sup>25</sup>No sentido *strictu*, aqueles que continuam assumindo a necessidade de revolução do modo de produção capitalista, ou seja, sem a mutilação do seu conteúdo revolucionário.

Revista Carta Capital<sup>26</sup>, descreve a situação do Estado brasileiro contemporâneo de maneira bem ilustrativa, no artigo “A democracia oligárquica”.

A impotência política dos governos esconde o segredo da dominação oligárquica: a ocupação do Estado e de seus órgãos de regulação pelas tropas das finanças e dos interesses corporativos graúdos (...).No atual funcionamento das democracias parlamentares do Ocidente, como disse Luciano Cânfora, o sistema trata de limitar a eficácia dos organismos eletivos que acabam por assumir funções periféricas ou de mera ratificação diante dos poderes oligárquicos, sobretudo no campo da economia e das finanças, enquanto a mídia de massa cuida de obstruir a capacidade de compreensão da opinião pública. Na visão de Cânfora, as forças populares e seus partidos não foram capazes de antecipar o recurso mais eficaz da economia capitalista, a diversificação e a fragmentação crescente das classes em escala nacional e internacional. Os poderosos são unidos e internacionalistas, prontos para enfrentar por meio de governos considerados democratas, a seu serviço em qualquer emergência; os outros não dispõem de coligação internacional, nem de partido nem de perspectiva. Só os cínicos ou néscios ignoram que as tropas da Economia, essa degeneração da metafísica ocidental, transformaram os estados numa caricatura da República, em um mercado de influências e transações suspeitas. Essa engrenagem controla o estado por dentro e precisa produzir as condições que a ajudem a reproduzir a si própria. (BELLUZO, 2013, p.49)

Por certo, numa sociedade capitalista, a melhor forma de estruturação desse poder político é a democracia, já que os trabalhadores têm a maior possibilidade de organização. Contudo, por tudo exposto, compreendemos como necessário a derrubada dessa democracia, ou seja, do Estado burguês, para a instalação da democracia dos trabalhadores, a “ditadura do proletariado”<sup>27</sup>, ou, como bem disse Lenin (2007, p. 79), a “indispensável ditadura provisória da classe oprimida”. Temos clareza, pela condição de classe da burguesia, que não poderá ser por via pacífica, nem por via de reformas<sup>28</sup> e, provavelmente, não se dará pelas mudanças liberais ou nos mecanismos de gestão do estado, com a participação da sociedade civil (Conferências, Organizações não-governamentais – ONG’s, etc), nem muito menos na adoção de políticas sociais, mas sim, considerando o grau de desenvolvimento da luta entre as classes.

---

<sup>26</sup> Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-oligarquica> Publicado em 15/03/2013. Acesso em 21 de novembro de 2013.

<sup>27</sup> O período da ditadura do proletariado é entendido por Lenin como o de preparação das condições que tornarão possível a plena realização do comunismo.

<sup>28</sup> Que até certo ponto podem contribuir, como é o caso da Reforma Agrária no Brasil. O que Lenin chamaria de reforma revolucionária (LENIN, 2007, p.66)

Para compreender este processo de luta entre as classes antagônicas, faz-se necessário explicitar o que entendemos por classe. Tal conceito é de grande importância na obra de Marx e possibilita um grande debate entre os marxistas, mas, vamos nos ater, tendo em vista o objetivo do estudo, na ênfase à relação que se estabelece entre a classe e a posição que os agentes sociais ocupam na esfera produtiva e, por conseguinte, na ideologia e na política. São duas as classes fundamentais que existem na organização da sociedade capitalista: a dos proprietários dos meios de produção da vida e a daqueles que só têm a sua força de trabalho para vender, lembrando que, dentro das classes, há camadas intermediárias, estratos, grupos, categorias etc.

Segundo Florestan Fernandes, o conceito de classe social está historicamente relacionado ao modo de produção capitalista. Para o autor a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo (FERNANDES, 1978, p. 33).

A partir dos argumentos de Florestan Fernandes, Limoeiro (2005, p. 9) afirma que as classes sociais se organizam para preservar, fortalecer ou superar um determinado modo social vigente, portanto, uma sociedade dividida em classes a explicação dos grandes movimentos e transformações da história encontram-se nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais. Por isso, suas teorizações [de Florestan Fernandes] sobre o capitalismo dependente nunca abstraem o sistema de classes das formações capitalistas, quer estas sejam dependentes, autônomas ou hegemônicas (FERNANDES, 1978, p. 9).

Guardadas as especificidades, o sistema de classes está articulado nacional e internacionalmente, sendo fundamental compreender o movimento mais geral do capital, os motivos da heteronomia de países como o Brasil e a consequente necessidade de organização das classes para manutenção ou superação do *status quo*. Por isso, o conceito de Capitalismo Dependente (FERNANDES, 1978), a partir de sua análise sobre a América Latina, inserido na luta de classes, desmascarou a dominação imperialista e da burguesia das nações latino americanas que cooperam entre si para manutenção do *status quo*.

A luta de classes continua adquirindo no contexto atual um papel central, tendo em vista a tamanha desigualdade provocada pelo capitalismo, pela propriedade privada,

que conseguiu produzir uma quantidade imensa de riquezas, porém num processo de destruição das forças produtivas<sup>29</sup>, em que a produção é social, coletiva, e a apropriação é individual, privada. Assim também o é no campo dos esportes.

Segundo Lenin (1979, p.40), “a primeira força produtiva de toda a humanidade é o trabalhador. Se ele sobreviver salvaremos e restauraremos tudo”. Neste sentido, o desfecho dessa luta é decisivo para história da humanidade. Diante deste contexto e para melhor analisar o papel do Estado e das políticas sociais, em especial para o esporte, uma questão foi levantada: o que devemos fazer para nos livrarmos do jugo do capitalismo?

Neste momento da história da luta de classe, para forjarmos uma saída positiva para a humanidade é preciso, como diria Lenin (1979), quebrar as ilusões, não “desviar” da essência do problema, por causa de *slogans* que, como “lobos vestidos de cordeiros”, propagam a “liberdade”, a “igualdade” e a “democracia”, em especial no nosso estudo, propagam a participação política e democratização do acesso ao esporte. *Slogans* que, no atual contexto, significam a “liberdade” do capital, do proprietário a obrigar o trabalhador a vender a única mercadoria que possui que é a sua força de trabalho, a “igualdade” de condições para competir no mercado de trabalho, e a “democracia” burguesa para defender seus interesses.

Diante do uso indiscriminado do termo democracia e da crescente negação da existência de classes sociais<sup>30</sup> e, portanto, da luta de classes, vale ressaltar:

Não devemos esquecer que a democracia existe apenas quando os homens livres e pobres, formando a maioria, se assenhoreiam dos meios de produção e do Estado. Talvez por isso, Aristóteles não tenha se limitado a indicar três formas históricas de governo, mas tratou também de enfatizar o processo de corrupção que nelas poderia ocorrer: a monarquia em tirania, a aristocracia em plutocracia e a democracia em demagogia (CARVALHO, 2011, p.73).

Para Lenin, a essência do problema é exatamente a urgente necessidade de superação da sociedade de classes, “a emancipação do trabalho da opressão do capital” (1979, p. 27). Isso só será possível pela revolução, não pacífica, abolição do Estado burguês, instalação da “ditadura do proletariado”, apropriação do Estado e dos meios de

---

<sup>29</sup>Que são os meios de produção (terra, máquinas, natureza, etc.) e a força de trabalho: o próprio trabalhador.

<sup>30</sup>Quando se admite a existência de classes sociais é na perspectiva de que elas têm de colaborar entre si e não que existam interesses irreconciliáveis entre elas.

produção pelos trabalhadores. Enfim, a constituição da democracia dos trabalhadores, até que seja desnecessária a existência do Estado.

Com o reconhecimento da inevitável luta de classes, afirma: A humanidade só pode atingir o socialismo através da ditadura do proletariado. Ditadura é uma palavra crua, séria, sangrenta e terrível, e tais palavras não devem ser atiradas levianamente. Quando os socialistas lançam tal *slogan* é porque sabem que a classe dos exploradores só cederá em resultado duma luta desesperada e sem piedade e tentará disfarçar o seu domínio por meios das mais variadas palavras agradáveis (LENIN, 1979, p. 30).

Os *slogans* que tanto Lenin combateu na época da Revolução Russa aparecem nos dias atuais propagados pelos liberais, social-democratas e até por setores “socialistas”, mesmo que com variações, com o idêntico objetivo de “iludir o povo”. Tais palavras de nada servem para os explorados se não estiverem a serviço da emancipação do trabalho sobre o capital.

Os *slogans* que exaltam uma assim dita democracia geral, uma democracia para todos, para toda a nação, fora das classes, mas de fato uma democracia burguesa, só podem servir aos interesses dos exploradores; enquanto subsistir a propriedade privada da terra e dos outros meios de produção, a república mais democrática continuará a ser, inevitavelmente, uma ditadura burguesa, uma máquina para oprimir a imensa maioria dos trabalhadores por um punhado de capitalistas (LENIN *apud* FERNANDES, 1989, p.154).

Sabemos que existem muitas formas de organização do poder, desde os regimes autocráticos, muito vigorosos na América Latina, durante a década de 1960, até outras formas mais modernas de democracia política. Neste sentido, entendemos que existe aparentemente uma diferença entre o exercício do poder político de maneira democrática ou despótica, mas a essência dos dois poderes é a mesma. Marx e Engels (1995), no “Manifesto do Partido Comunista”, nos esclarecem que o poder político é o poder de organização de uma classe para oprimir a outra, em sua essência.

Portanto, observamos, ao longo da história, que a estrutura capitalista pode se articular com ordenamentos políticos diversos. Isto ocorre na medida em que os ordenamentos políticos possíveis não colocam em risco o que é fundamental no sistema: a propriedade privada dos meios de produção e, conseqüente, apropriação da mais-valia<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> É o quantitativo de trabalho apropriado pelo capitalista e não pago, mas realizado pelo trabalhador, fruto da duração prolongada ou da intensificação do processo de trabalho. (MARX, 2002, Cap. V)

Ilse Gomes Silva (2003), no livro “Democracia e participação na ‘reforma’ do Estado”, falando sobre modelos de democracia, trata da democracia participativa, gestada na Europa nos anos de 1960, frente às grandes mobilizações (sindical e popular). Para autora, este modelo surge face ao resultado do Leste Europeu<sup>32</sup>, na busca de uma maior participação nas políticas governamentais. O que deveria funcionar como uma democracia direta na base e de maneira representativa nos outros níveis (parlamentar, etc.), sendo assumida por alguns governos da dita “Nova Esquerda”. A autora compreende da seguinte maneira: A democracia participativa inova ao ampliar os espaços de atuação para além da escolha do governo e colocar na agenda política formas de autogestão ou de democracia direta, mas conserva o interesse de controle.

De certa forma, não rompe com a noção de que a política deve ser para os ‘especialistas’ ou de que as classes populares somente estão aptas a participar se forem ‘educadas’ de modo a não oferecer riscos ao poder das classes dominantes (SILVA, 2003, p. 22).

Entendemos que existe uma mudança na forma, contudo o conteúdo permanece o mesmo. A democracia participativa na aparência resolve o impasse do aumento da socialização da produção da vida frente às restrições da participação da massa de trabalhadores nas decisões políticas, por “incorporar” a reivindicação dos trabalhadores no que se refere à participação política. Porém, mesmo assim, a democracia participativa é restrita, como bem explicita Netto (1990): Entretanto, o que a análise das formações econômico-sociais capitalistas demonstra insofismavelmente é que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um *limite absoluto*: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na *igualdade social real*, ou seja, na igualdade em faces dos meios de produção – a estrutura capitalista só é compatível com a *democracia-método* (NETTO, 1900, p. 76). Essa igualdade frente à apropriação dos meios de produção é chave para entender o processo de democratização do esporte que não pode se dar apenas por via de participação em conferências, conselhos e em projetos de cunho “social”.

Compreender isso, não quer dizer que se tenha de abrir mão da democracia em quanto método, mas trata-se de entender como Oliveira (1991, p. 78) que se constroem

---

<sup>32</sup> Dentre vários aspectos podemos ressaltar o processo de desvirtuação e destruição das conquistas da revolução de outubro. Além, da implementação do stalinismo, da teoria do socialismo em um só país, que levou à burocratização da antiga União Soviética e, posteriormente, ao seu fim.



“regras através do conflito, do reconhecimento das alteridades, da relevância dos sujeitos coletivos, que abrem espaço para a relevância do indivíduo”. E não participando de em espaços de negociações, formulação de falsos consensos e colaboração entre as classes sociais que tem interesses antagônicos.

A participação é fundamental nas esferas de conflito, greves, mobilizações, embates políticos. Participação sem ilusões, levando em consideração que “se todos os homens tomam realmente parte na gestão do Estado, o capitalismo não pode mais manter-se” (LENIN, 2007, p.118).

Os problemas democráticos não devem ser desprezados pelos revolucionários e suas organizações, a crítica a democracia burguesa deve ser fundamentada sob a base do movimento real da classe que nos países de capitalismo dependente, e na atualidade também nos países imperialistas, que se apresenta por via das aspirações democráticas, não resolvidas pela burguesia, num movimento dialético.

São de extrema atualidade as posições de Lenin sobre a democracia no texto “Uma caricatura de Marxismo e o ‘economismo imperialista’” escrito entre agosto e setembro de 1916, o autor afirma:

O socialismo é impossível sem a democracia, em dois sentidos: 1) o proletariado não pode realizar a revolução socialista se não se preparou para lutar pela democracia; 2) O socialismo vitorioso não poderá manter sua vitória e levar a humanidade para o desaparecimento do Estado sem realizar completamente a democracia.

Lenin considera que é impossível derrubar o capitalismo com reformas democráticas, só com a revolução das bases econômicas de uma sociedade isso é possível. Porém, atenta que o proletariado será incapaz de lutar pela revolução econômica se não lutar pela democracia e afirma:

A solução marxista para a questão da democracia consiste na utilização pelo proletariado, que realiza sua luta de classe, de todas as instituições e aspirações democráticas contra a burguesia, a fim de preparar a vitória do proletariado sobre a burguesia, com o objetivo de derrubá-la. (LENIN apud A VERDADE, 2013, p. 39)

Compreendemos que nessa articulação entre as reivindicações democráticas e a revolução proletária, faz-se necessário deixar claro o projeto histórico de sociedade que se quer construir, balizador da luta política, entendida como essencial, numa sociedade dividida em classes, para que os trabalhadores avancem na conquista de suas

reivindicações e na transição para o modo de produção comunista. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores, por meio de suas organizações (partidos, sindicatos e movimentos sociais de luta), necessita incorporar e superar: 1 - ampliação da democracia burguesa, ou seja, conquista de alguns direitos no âmbito do capitalismo; 2 - a luta política pelo poder do Estado, ainda que se avance para um Estado Proletário em vias de extinção.

Qual o significado da luta política, da luta concreta dos trabalhadores, na transição do capitalismo ao comunismo? Para elucidar melhor a questão, mesmo situada no contexto pós-revolução, vale refletirmos sobre as considerações de Trotsky na introdução do texto “O homem não vive só de ‘política’” inserido na obra “Questões do modo de vida” escrita em 1923. Podem ser úteis hoje na luta política, revolucionária.

Em que consiste nossa tarefa hoje, o que nós devemos aprender em primeiro lugar, para qual sentido devemos tender? Precisamos aprender a trabalhar bem – com precisão, com limpeza e com economia. Precisamos desenvolver a cultura do trabalho, a cultura da vida, a cultura do modo de vida. Após uma longa preparação e graças à alavanca da insurreição armada, derrubamos a supremacia dos exploradores. Mas não existe alavanca que possa de um só golpe elevar a cultura. Um lento processo de auto-educação da classe operária e, paralelamente do campesinato, é aqui necessário. (TROTSKY, 2009, p. 08)

A colocação de Trotsky evidencia que devemos considerar a construção da cultura, no caso em questão da cultura esportiva, como tarefa política e que não podemos deixá-la nas mãos da burguesia. Essa é uma tarefa da classe trabalhadora, na obra de sua emancipação econômica, política e cultura. Seguiremos com as contribuições de autor no que diz respeito à compreensão sobre a política.

Quando Lenin afirma que a nossa tarefa de hoje não são tanto políticas como culturais, é preciso entender sua terminologia, a fim de não interpretarmos erroneamente seu pensamento. Num certo sentido, a política domina tudo. O conselho de Lenin de transferir nossa atenção do domínio político para o cultural é um conselho político. Quando um partido operário, em um determinado país, decide que é necessário num dado momento colocar em primeiro plano as exigências econômicas e não as políticas, essa decisão tem um caráter “político”. É perfeitamente evidente que a palavra “político” é aqui utilizada em dois sentidos diferentes: em primeiro lugar num sentido amplo, materialista-dialético, englobando o conjunto de idéias diretivas, dos métodos e dos sistemas que orientam a atividade da coletividade em todos os domínios da vida social; em segundo lugar, num sentido

restrito, especializado, caracterizando certa parte da atividade social, intimamente ligada á luta pelo poder e oposta ao trabalho econômico, social etc. (TROTSKY, 2009, p. 10).

A citação permite elucidar o entendimento sobre a política no seu sentido amplo e restrito. Isso não que dizer que esteja propondo a mudança de foco da classe, mas que concomitantemente precisamos cumprir as tarefas políticas para revolução e estabelecer a democracia dos trabalhadores, que consiste em ter as condições subjetivas para tal, construir o partido internacional dos trabalhadores para orientar as atividades políticas para superação do atual modo de produção capitalista, que se da por meio de lutas concretas pelas reivindicações dos trabalhadores, entre elas o acesso a cultura, onde insere-se o esporte.

Em *Miséria da Filosofia*, Marx (1847), já destacava que a luta entre as classes é uma luta política e explica assim:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, em face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...], essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.<sup>33</sup>

De acordo com Leon Trotsky (2009), no comumente chamado de *Programa de Transição*, programa de fundação da IV Internacional<sup>34</sup>, afirma que a ponte entre o programa mínimo (reforma do quadro da sociedade burguesia) e o programa máximo (socialismo) é realizada por um *sistema de reivindicações transitórias*.

Apoiamo-nos nessa teoria para defender a luta por *direitos sociais*, políticas sociais, disputas nos marcos dos ordenamentos legais. São lutas que possuem um conteúdo de classe e se articulada com a luta mais geral, histórica dos trabalhadores, a tomada do poder do Estado, assumem assim uma importância fundamental para

<sup>33</sup> <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/04/luta-class-luta-polit.htm>

<sup>34</sup> A 1ª Internacional em 1864 participaram dela Marx e Engels e desapareceu por conta de desacordos internos e da repressão após a derrota da Comuna de Paris em 1871. A 2ª Internacional (internacional Socialista) foi criada em 1891 no contexto de desenvolvimento do movimento operário, com Engels ainda vivo. Após defender a primeira guerra mundial em 1914, faliu politicamente e houve a ruptura de Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. A 3ª Internacional (Internacional Comunista) é fundada em 1919 com o impulso da Revolução Russa. A burocratização do partido comunista da URSS e da 3ª Internacional decorreu da fundação da 4ª Internacional com o intuito de continuar a luta iniciada em 1864 e construir o partido revolucionário.

transformação da sociedade capitalista. A luta pelo esporte pela sua capilaridade e movimentação nas massa pode encaixar-se plenamente no bojo das reivindicações transitórias.

Trotsky (2009) aponta que a tarefa do *período pré – revolucionário, de transição*, é superar a contradição existente entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda. Nesse sentido, o sistema de reivindicações transitórias possui o objetivo de ajudar as massas nas suas *lutas cotidianas* a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o *programa da revolução socialista*.

O referido autor faz alusão a particularidade dos países coloniais ou semi-coloniais. Isso determina a natureza atrasada desses países, o Brasil é um destes, os quais vivem sob condições de domínio mundial do imperialismo.

Nestes países há um *desenvolvimento desigual e combinado*<sup>35</sup> que significa a convivência de formas econômicas mais primitivas e mais avançadas. As formas de expressão desse desenvolvimento determinam a política do proletariado. Nesse sentido, nos países, como diria Florestan Fernandes, de capitalismo dependente ou atrasados, o proletariado deve combinar a luta pelas tarefas mais elementares da *independência nacional* e da *democracia burguesa*, como a reforma agrária, por exemplo, com a luta socialista contra o imperialismo mundial.

Dessa forma, não se justifica a conciliação de classes com a burguesia nacional, que por sua vez é subordinada ao imperialismo. Nem tampouco a tese da revolução por etapas. A história, com a Revolução Russa, possibilitou que Trotsky formulasse a teoria da revolução permanente, que consiste na concepção de Marx:

[...] uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes (TROTSKY, 2007, p. 5)

É sob essa perspectiva, sem ilusões no Estado burguês, nem na conciliação de classes que colocamos como importante a luta para inscrever os direitos sociais, dentre os quais o esporte. Defendemos que a luta pela universalização do esporte possui toda a

---

<sup>35</sup> Elaboração de Trotsky acerca dos países que tardiamente chegaram ao capitalismo industrial, com base nas formulações de Lenin sobre o *desenvolvimento desigual*.

atualidade nos países de capitalismo dependente e se coloca lado a lado com as demais reivindicações, por está associado à luta pelo tempo livre e pelo seu poder de mobilização das amplas massas. Mesmo sabendo que o esporte expressa a cultura dominante, de um dado período histórico, que é a cultura da classe dominante. Contudo, cabe-nos compreender o fenômeno com base nas categorias totalidade, contradição, realidade e possibilidade.

Por isso, é necessário considerar o esporte para além da sua expressão alienada, enquanto mercadoria no atual modo de produção capitalista, ou seja, considerá-lo também do ponto de vista ontológico, fruto das necessidades humanas, como *manifestação da cultura corporal* que dá sentido a vida e contribui para a humanização dos homens e mulheres.

Nesse sentido, lutar pela universalização do acesso ao esporte, o esporte para todos, o que significa a luta pela apropriação dos meios de produção, inclusive do esporte, desmistificando a utilização dele enquanto *slogan* para iludir o povo, trata-se de lutar por reivindicações mínimas e parciais<sup>36</sup>, que como assinala Trotsky (2009), se chocam a cada momento com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente.

Em países de capitalismo dependente como o Brasil, que tem a tendência a governos bonapartistas<sup>37</sup>, até mesmo as bandeiras burguesas, por exemplo, de direito sociais, são incapazes de serem atendidos, portanto, tornam-se revolucionárias. Reivindicações necessárias num programa de transição, mas sem perder de vista que toda luta deve conduzir a uma única conclusão: a tomada do poder pelos trabalhadores.

No próximo capítulo apresentamos a discussão dos dados empíricos extraídos das Conferências Nacionais de Esporte, considerando a caracterização do governo, a composição do ministério e os sujeitos envolvidos na política de esporte, explicitando as contradições e considerando a categoria luta de classes.

---

<sup>36</sup> A principal delas que contribuiria para o acesso ao esporte e ao lazer é diminuição da jornada de trabalho, sem redução de salários. No Brasil a jornada de trabalho é de 44 horas semanais, existe uma luta sindical empreendida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras entidades para redução da jornada para 40 horas semanais. Segundo Nota Técnica do IBGE (2010), em países como Camarões, Coreia do Sul, Mali, Espanha, entre outros, a jornada já é de 40 horas. Na França é de 35 horas semanais.

<sup>37</sup> O Bonapartismo (do nome dos dois imperadores franceses Bonaparte) é um governo que procura aparentar que está acima dos partidos, aproveitando-se da luta entre os partidos dos capitalistas e dos operários entre si. De fato serve aos interesses capitalistas, mas é um governo que engana, mais que ninguém, os operários com promessas e pequenas esmolas. Aprofundar na obra “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 2011).

### **3. CAPITULO II - ESPORTE, CONFERÊNCIAS NACIONAIS E LUTA DE CLASSES.**

No presente capítulo vamos caracterizar a política de esporte no Brasil, a partir do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Governo Lula), demonstrando empiricamente os rumos resultantes dos conflitos e confrontos expressos nas conferências nacionais, apontando tendências (reacionarismo ou a revolução), na produção e reprodução da política de esporte no Brasil.

#### **3.1 Política Social**

Os estudos sobre as políticas sociais, segundo autores ligados a área do Serviço Social no Brasil, em especial por Behring e Boschetti (2010), com base na tradição marxista devem:

[...] considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (BEHRING e BOSCHETTI, 2010, p. 43).

No caso brasileiro é possível constatar que as políticas sociais<sup>38</sup> ainda são insuficientes para resolver ou até mesmo atenuar os problemas estruturais que vivem a classe trabalhadora. A classe proprietária dos meios de produção, a que se apropria privadamente dos bens coletivamente produzidos, a burguesia, num país de capitalismo

---

<sup>38</sup> Optamos por não discorrer sobre a origem e desenvolvimento histórico das políticas sociais, tendo em vista outros estudos já terem realizado satisfatoriamente, inclusive, na área de Esporte. Aprofundar em Behring e Boschetti (2010), Garcia, Húngaro e Damasceno (2009) e Mata (2011).

dependente como Brasil, é incapaz de atender as bandeiras construídas por ela mesma, entre elas a universalização do acesso à educação, o progresso e a paz<sup>39</sup>.

Dessa forma o modo de fazer política está sempre associado aos determinantes econômicos, aos interesses em confronto e em conflito. No caso da política de esporte não é diferente, assumem em diferentes momentos históricos, contornos e nuances determinados pela luta de classes. As análises das políticas sociais que fogem de estabelecer essas relações e nexos, expondo claramente as contradições, caem em uma análise idealista, considerando os elementos apenas da superestrutura.

De acordo com Mata (2011) com base em Enguita (1993) o modo de fazer política assume determinadas características, entre elas destaca: o idealismo, o aistoricismo, a utilização das políticas públicas como instrumento de poder e o classismo.

Na opinião de Enguita (1993), é possível afirmar que o idealismo faz parte de uma herança religiosa arcaica, que se remete ao Antigo Testamento. Para o mesmo autor, o discurso idealista tem dominado completamente o pensamento ocidental. Esse discurso tem tido domínio quase que absoluto. Marx e Engels (2002) nas Teses sobre *Feuerbach* afirmam que — “[...] o idealismo, naturalmente, não conhece a atividade sensível, real, como tal” (p. 107). No nosso entendimento, muitas das políticas públicas do setor de esporte e lazer elaboradas, aprovadas e implantadas não têm, como ponto de partida, a realidade social concreta, a prática social, e não levam em consideração as históricas demandas da sociedade. O que orienta a elaboração das últimas políticas públicas do mencionado setor é a simples ideia de um país em vias de desenvolvimento, que detêm no seio de sua sociedade profundas contradições sociais produto das desigualdades historicamente sedimentadas por sua estrutura classista, uma ideia alienante: sediar megaeventos esportivos (Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016) em sedes e cidades nas quais muitas das infraestruturas estão em processo de desenvolvimento, inclusive tendo algumas que sequer saíram do papel. Outra característica da forma de fazer política é **o aistoricismo**. O discurso pedagógico sobre esporte tende invariavelmente a ser aistorico, pois, segundo a lógica da ideologia liberal, toda época tende a si ver como eterna, ou ao menos como o fim da história. É assim que podemos afirmar que, para “[...] o pensamento burguês em particular, a história costuma aparecer como uma sucessão mais ou menos caótica ou ordenada de instituições tão naturais, quanto o mercado, a livre empresa e outras criadas ou adotadas e adaptadas pelo capitalismo” (ENGUITA, 1993, p.24). Ao elaborar políticas públicas, que tenham como pressupostos a democratização e universalização do esporte e do lazer é preciso levar em consideração as determinações

---

<sup>39</sup>O esporte inseriu-se nas bandeiras burguesas, com conteúdo de propagação ideológica de seus interesses. Na atualidade por demais explícito no Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: *Em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio*. Nações Unidas, 2003.

sócio-históricas da sociedade. Mais uma característica que vemos de forma bem presente nesse âmbito, é o esporte convertido em um **instrumento de poder da minoria sobre a maioria** (terceira característica). Nos estados capitalistas, especialmente no caso brasileiro, parcela daqueles que conseguem fazer parte do esporte de alto rendimento usufruem benefícios materiais, imateriais e financeiros, vivenciam situações diferenciadas daquelas que fazem parte do cotidiano de amplas camadas da população, notadamente a classe trabalhadora e principalmente os filhos da classe trabalhadora, que muitas vezes têm seus direitos ao lazer e a prática esportiva, cerceados e negligenciados. Finalmente, temos quiçá a principal das características do modo de fazer política na sociedade capitalista - **o discurso classista disfarçado de universalista**. No caso do esporte e do lazer, o discurso dos governos é sempre na perspectiva de desenvolver ações que democratizem e universalizem o acesso ao esporte e ao lazer, assim como a maioria do ordenamento legal que regem este setor. No entanto, a realidade nos mostra que o processo de universalização e democratização do esporte esta longe de ser concretizado na sociedade brasileira, definida por nós como sendo capitalista, periférica, associada e dependente. (MATA, 2011, p. 36-37)

Nesse sentido a análise da política de esporte no Brasil não deve ocorrer sem referência às transformações e ao debate internacional. Com o acirramento da luta de classes, com a crise mundial sem precedentes, desemprego estrutural, está em cheque a natureza da produtividade do capital, uma produtividade que necessariamente defini-se pelo imperativo da “sua implacável auto-expansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia destrói tudo que ver pelo caminho” (MÉSZÁROS, 2009, p.85).

Nos países “ditos em desenvolvimento” ocorre à instalação de uma série reforma no Estado e ajustes estruturais iniciados na década de 90 que estabelecem nexos e relações cada vez mais evidentes e contundentes na arena da política de esporte, como podemos constar nos estudos de Oliveira (2013).

A segunda geração<sup>40</sup> da reforma do Estado, formulada por Bresser Pereira<sup>41</sup>, é eminentemente política e trouxe conseqüências para todos os setores (educação, saúde, esporte, etc.). Para Souza e Carvalho (1999, p. 191)

---

<sup>40</sup> Para Souza e Carvalho (1999), a primeira geração de reformas foi a abertura dos mercados, desregulamentações e privatizações, foco da Era FHC no Brasil e a segunda refere-se ao aumento da capacidade institucional na busca de cooperação e participação social para implementar as decisões governamentais.

<sup>41</sup> Foi ministro da Administração e Reforma do Estado no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



[...] o debate político, institucional e administrativo dos anos 80 e 90 trouxe um novo enfoque para atuação dos governos e sociedade. Esse enfoque se pauta pela visão de reforma do Estado como um processo que se destina não apenas a apoiar ações voltadas unicamente para o governo, mas que envolvam outros atores políticos e sociais, bem como estimulem a participação das esferas subnacionais, do setor privado (lucrativo ou não) e da sociedade civil na formulação e implementação de políticas.

Trata-se de debates e orientações em escala planetária, expressas nos documentos emanados dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI e ONU) que sofrem pequenas adaptações em cada país. No Brasil a característica marcante é a separação do processo de gestão e da execução da política, o Estado gerencia, regula e transfere para o setor privado e a sociedade civil a responsabilidade pela execução da política, por meio das Organizações Sociais, Fundações e Organizações Não-governamentais (ONG's). Na última década ocorre o crescimento do chamado “terceiro setor”.

No bojo da crise do capitalismo e da reforma do Estado ou contra-reforma ocorre um processo de apropriação das reivindicações por espaços de participação nas decisões do Estado<sup>42</sup>, as conferências, os conselhos e fóruns<sup>43</sup> são criados e ressignificados a serviço dos interesses de governabilidade e governança mundial, bem como, com o objetivo de formular consenso entorno dos interesses da burguesia. Para Bresser Pereira (1998, p. 33) “governabilidade é uma capacidade política de governar, derivada da relação de legitimidade do Estado e de seu governo com a sociedade; governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas”.

Nesse sentido cabe entender como no Brasil esses mecanismos, parte da segunda geração da reforma do Estado, em especial as conferências de esporte, vêm sendo utilizados para reforçar e garantir a governabilidade e a governança, associada à idéia que avançamos para uma democracia participativa e com controle social. Para tal, julgamos necessário anteriormente apresentarmos a caracterização que fazemos dos governos Lula e do governo da presidenta Dilma Rousseff (Governo Dilma), período que situamos a investigação.

---

<sup>42</sup> Reivindicações dos movimentos sociais e presente na Constituição Federal de 1988.

<sup>43</sup> Fóruns Sociais Mundiais e Fórum tripartites envolvendo o governo, o patrão e o trabalhador.

### 3.2 Os governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff

Mas não sabe qualquer pessoa que se ocupa de política, que as políticas são julgadas não pelas declarações, mas sim pelo verdadeiro conteúdo de classe? A que classe servem? (LÊNIN, 1979, p. 23).

Podemos afirmar que os governos Lula por valerm-se amplamente da política de conferência foi um governo democrático e de participação popular? Quais outros elementos são necessários para caracterizar um governo? Sua política econômica? Principais medidas? Tais questões são fundamentais para caracterizar e entender o que está ocorrendo na política de esporte no Brasil.

Analisaremos o conteúdo e não só a forma, a prática e não só o discurso exercido nos governos, ao longo de oito anos, que reverberam no atual governo Dilma.

Luís Inácio Lula da Silva, quando ainda era candidato à presidência da república, em julho de 2002, assinou uma carta firmando compromissos não com o povo brasileiro, apesar de a carta ser intitulada “Carta ao povo brasileiro”, mas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na qual aceitava pagar a dívida interna e externa, manter superávit de 4% e a política econômica anterior e dar sequência as reformas e ajustes estruturais. Logo após eleito a primeira medida para dar conta do compromisso firmado foi realizar a reforma da previdência que retirou direitos da classe trabalhadora, como, por exemplo, a criação da previdência complementar privada para os servidores públicos.

Outras medidas, entre elas a manutenção das altas taxas de juros, paraíso para os banqueiros e especuladores, a lentidão na reforma agrária, benefícios para o agronegócio exportador, destinação de montantes de recursos para iniciativa privada com isenções fiscais, “compra de vagas” nas Instituições Privadas de Ensino Superior, das concessões - substitutivo semântico das privatizações - das estradas, aeroportos e agora, no governo Dilma, dos portos.

No processo de coligação eleitoral optou-se por um arco amplo de alianças, apresentaremos as coligações dos primeiros turnos das eleições que se ampliam no segundo e após a vitória, no governo propriamente dito com a chamada base “aliada. Na eleição de Lula em 2002 (formada pelos partidos: PT, PL, PC do B, PMN e PCB), na eleição de Lula em 2006 (formada pelos partidos: PT, PRB e PC do B) e na eleição de Dilma Rousseff em 2010 (formada pelos partidos: PT, PMDB, PRB, PDT, PTN, PSC,

PR, PTC, PSB e PCdoB), destinando-se espaços estratégicos na área econômica, agricultura, comércio, aos ideólogos ligados aos banqueiros e empresas multinacionais.

Em relação ao orçamento, manteve-se o mecanismo de burla a chamada DRU (Desvinculação das Receitas da União)<sup>44</sup>, ampliou-se o superávit fiscal primário que nos últimos orçamentos fiscais, sem contar com a DRU, chegaram a quase 50% do montante de recursos.

Por outro lado também foi possível conquistar o atendimento de algumas demandas dos mais pobres e miseráveis do país, com a diminuição do índice de mortalidade infantil, aumento real do salário mínimo, a ampliação de políticas compensatórias e ações afirmativas, com políticas mais assistenciais do que estruturantes.

Numa análise mais específica dos governos, com reflexos para política de esporte, nos governos Lula o central da política social foi o incentivo ao consumo – tendo como corolário a necessária ampliação da participação das camadas mais pobres no consumo (vide aumento real do salário mínimo e unificação dos programas de *voucher* no Bolsa Família), mantendo traços progressistas, já que possuía uma margem maior de negociação com grande capital.

Já no governo Dilma<sup>45</sup>, sob forte impacto da crise do *subprime* no ano de 2011, sem a histórica relação com a classe operária e, portanto, sem a margem de manobra que Lula teve, o central passou a ser o incentivo a produção e não ao consumo o que implica uma reorientação, do ponto de vista da economia política, para setores do grande capital.

O Ministério do Esporte não ficou incólume a esta guinada. Por isto, que a bandeira de uma outra política assume um caráter dramaticamente central para trabalhadores, e que precisa de sua expressão singular no âmbito do esporte.

O processo de investigação possibilitou apreender o que foram concretamente os governos Lula e Dilma até fevereiro de 2013. Os governos que deveriam ter sido, por

---

<sup>44</sup> Aprovada a sua manutenção até dezembro de 2015. A DRU é um mecanismo que permite ao governo desvincular até 20% das receitas das contribuições sociais, fora as previdenciárias, do orçamento fiscal. Com a desvinculação, os recursos podem ser usados, por exemplo, para o pagamento de juros da dívida. As contribuições sociais servem para financiar os gastos com saúde, assistência social e previdência social. Essas, em 2012, foram estimadas em R\$ 522 bilhões, ou seja, o governo pode desvincular até 20% desse montante, um verdadeiro roubo ao orçamento aprovado.

<sup>45</sup> O governo Dilma, segundo pesquisa CNI/Ibope (2013), tem aprovação da maneira de governar de 79% em todo o país e o percentual de brasileiros que confiam na presidente chega a 75%. Ver em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas\\_noticias/2013/03/130319\\_cni\\_ibope\\_dilma\\_cc\\_rn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2013/03/130319_cni_ibope_dilma_cc_rn.shtml) Acesso em 21 de Março de 2013.

respeito ao mandato dado pela classe trabalhadora brasileira, ao menos democrático e popular considerado o conteúdo de classe, configuraram-se como governos de coalização com a burguesia – no primeiro e segundo mandatos mais com o setor industrial e no mandato de Dilma com setores mais ligados ao agronegócio (ambos ligados ao setor financeiro, bancário, que na fase do imperialismo estão cada vez mais associados)<sup>46</sup> – que oscilou entre o atendimento aos interesses dos capitalistas e aos interesses da classe trabalhadora, esta última foi incorporada na agenda política de maneira subordinada aos interesses do capital.

Com base no exposto, decorrente da análise realizada dos governos Lula/Dilma, suas prioridades e ações, com base nas elaborações de Leon Trotsky sobre governos latino-americanos em países de capitalismo dependente, caracterizarmos o governo Lula como um governo próximo ao que Trotsky apud Demir (2000) chamou de *bonapartismo sui generis* que na aparência está acima das classes sociais, acima do “bem e do mal”, aproveita-se do vácuo deixado pelos partidos capitalistas (no caso PSDB e DEM) e a luta entre os operários entre si. No fundo serve aos interesses capitalistas, mas é um governo que engana os operários, mais que ninguém, com promessas e o atendimento de parcial de algumas necessidades (como os programas “Minha casa minha vida”, Bolsa família, etc.).

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isto cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto confere ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Este se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem se convertendo em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [do governo mexicano] se liga à segunda alternativa; suas maiores conquistas são as

---

<sup>46</sup> Os banqueiros no Brasil nunca lucraram tanto como nos governos Lula e Dilma. O Bradesco registrou, em 2012, o quarto maior lucro da história entre os bancos brasileiros de capital aberto, segundo levantamento da consultoria Econômica. O banco divulgou um ganho de R\$ 11,38 bilhões no ano passado. Já o banco Itaú foi o recordista de 2011 com o maior lucro da história dos bancos no país, obteve um lucro de R\$ 13,83 bilhões, seguido pelo Banco do Brasil, no mesmo ano, de R\$ 12,68 bilhões, e pelo próprio Itaú Unibanco, em 2010, com R\$ 11,7 bilhões. Dados extraídos da página: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2013/01/lucro-do-bradesco-e-4-maior-da-historia-dos-bancos-brasileiros.html> . Acesso em 22 de Fevereiro de 2013.

expropriações das linhas férreas e das companhias petrolíferas. apud (TROSTKY apud DEMIER, 2000)<sup>47</sup>.

Mesmo o Brasil não sendo mais um país atrasado industrialmente, porém continua ser um país de capitalismo dependente e guardadas a singularidade do governo Lula, a caracterização de Trosky continua válida e nos ajuda a pensar como atuar frente a um governo desse tipo, com traços progressistas.

Como vimos desde a década de 1930 que Trostky explicou que a tendência geral do capitalismo em sua fase imperialista de putrefação é de se afastar das formas “clássicas” da democracia política, já que essa é uma característica da fase ascendente do capitalismo, para orientar-se ao bonapartismo, que não pode se separar da tendência a integração das organizações que na atualidade ganha formas inéditas.

No processo de integração da classe trabalhadora, com base nas orientações do Banco Mundial<sup>48</sup>, apresentam-se novos mecanismos engendrados pela crise mundial que é inédita<sup>49</sup>, tendo em vista a impossibilidade das classes fundamentais resolverem a crise em curto prazo. Podemos constatar esse processo de integração dos trabalhadores nas reformas do Estado, estabelecimento do imposto sindical e a crise das direções do proletariado, na qual cabe destaque o papel que parte dos partidos comunistas cumpriram e cumprem em todo planeta. Temos como exemplos as Frentes Populares – governos de colaboração com a burguesia<sup>50</sup> - que levaram a derrotas históricas dos trabalhadores, na América Latina, a mais emblemática foi a do Chile com o governo de Salvador Allende<sup>51</sup>, demonstração do abandono da linha de Frente Única<sup>52</sup> pelos partidos comunistas.

---

<sup>47</sup>Citação extraída do artigo O fenômeno da “autonomização relativa do Estado” em Trotsky e Gramsci: “bonapartismo” e “cesarismo” de Felipe Demier. Localizado em: [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-fenomeno-da-autonomizacao-relativa-do-estado-em-trotsky.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-fenomeno-da-autonomizacao-relativa-do-estado-em-trotsky.pdf). Acesso em 14 de janeiro de 2013. In: León Trotsky. “La industria nacionalizada y la administración obrera” in \_\_\_\_ Escritos latino americanos, 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p.163-164. Tradução de Felipe Demier.

<sup>48</sup> Aprofundar em Banco Mundial. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1997; O Estado num mundo em transformação. Whashington, 1997.

<sup>49</sup> Aprofundar em Revista “A Verdade”, Nº 75, Dezembro de 2012.

<sup>50</sup> Governos de colaboração de classe, sem perspectiva de ruptura com o modo de produção capitalista ou a ilusão da construção de uma via pacífica ao socialismo. “A política conciliadora das Frentes Populares condena a classe operária à impotência e abre caminho para o fascismo”, como afirma Trotsky no Programa de Transição de 1938.

<sup>51</sup> O presidente Salvador Allende sofre um golpe de estado liderado por Augusto Pinochet, o general, comandante das forças armadas do próprio presidente passa a tomar parte ativa do golpe ao invés de reprimi-lo, aderindo aos rebeldes. Pinochet chefiou a junta militar que depôs Allende e anunciou-se novo presidente.

Governabilidade, essa é uma palavra chave do receituário “neo”liberal, entendida como as condições necessárias ao exercício do poder, articulações com a “base aliada”, no jogo do “toma lá dá cá”, para se perpetuar no poder, não importa para que, por que, nem a serviço de quem.

Nesse sentido, discordo da análise expressa por Castellan (2010) que suscitam uma inevitabilidade dessa forma de partilha do poder com os partidos escolhidos para “aliados” do PT no governo<sup>53</sup>. A autora justifica essa composição sem programa de interesse da classe trabalhadora, da seguinte forma: “Para manter as condições de governabilidade, Lula encabeça um governo que não é do PT, mas liderado pelo PT e tem que partilhar poder com outros partidos que lhe dão a base de sustentação no Congresso Nacional”.

Após uma caracterização do mais geral, dos governos Lula e Dilma<sup>54</sup>, passamos a explicitar as posições em conflito e confronto, as expressões da luta de classes na política de esporte no Brasil, a partir das conferências nacionais de esporte. Para tanto, julgamos necessários, mesmo não sendo objeto desse estudo, ter uma rápida compreensão da composição do Ministério e de quais são os principais sujeitos que participam do embate na arena da política de esporte: a) os Partidos Políticos (em particular, o PC do B e o PT) e Gestores; b) as Entidades Esportivas: Comitês, Confederações, Federações e Clubes; c) os Empresários; d) as Organizações não-governamentais; e) os Produtores: Atletas, Trabalhadores e Praticantes e; f) os Consumidores.

### **3.3 O Ministério do Esporte**

O ME foi criado no ano de 2003, logo após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, com uma característica mais de gestão do que formulação e manutenção da política de esporte. Na lógica imperativa da divisão, rateio, das pastas e cargos com a dita base aliada, o presidente entrega a gestão do ME ao PC do B, aliado histórico do PT e que compõem diversos governos estaduais e municipais juntos.

---

<sup>52</sup> Podemos resumir que a Frente Única (FU) consiste em encontrar o caminho de unificar a massa trabalhadora (divida em partidos, organizações diferentes) em prol dos seus interesses, necessidades, reivindicações, para agir unificada na luta de classes contra a burguesia.

<sup>53</sup> Lula ganhou a primeira eleição sem o apoio do PMDB, partido que para reeleição de Lula e a eleição de Dilma passaram a ser parceiro de primeira ordem. O PT foi construído na luta contra esse partido e os demais representantes da burguesia. Para quando chegar ao poder ter que tê-los como aliados?

<sup>54</sup> Ver sobre caracterização do Governo Lula até 2007 em Taffarel e Santos Jr. (2007).

O PC do B assume o Ministério e fica à frente de duas das três secretarias, a Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) e Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE). A outra secretaria, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) é ocupada pelo PT por seus intelectuais ligados à área da Educação Física e com experiência em gestão na área de esporte e lazer. Segundo Castellan (2010),

[...] o PT possuía à época um setorial nacional de Esporte e Lazer, fundado em 1998. Antes mesmo de possuir um Setorial de Esporte e Lazer, o Partido dos Trabalhadores já tinha alguma formulação sistematizada sobre o tema, pelo menos desde 1992, quando o partido publica o caderno “O Modo Petista de Governar” (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT, 1992), com um capítulo intitulado “Direito ao ócio”.

O grupo do PT era um grupo experiente e progressista, porém ficou isolado na SNDEL, dentro do ministério que foi entregue ao aliado PC do B “em troca de apoio a um governo majoritariamente, mas não hegemonicamente, petista” (CASTELLAN, 2010, p. 29). Vale salientar que o PC do B era um partido sem acúmulo na área do Esporte.

Na tentativa de justificar as decisões do governo Lula de entregar o setor do esporte nas mãos do PC do B, mais uma vez surgem os argumentos ligados a concepção de governabilidade e de inevitabilidade da divisão dos ministérios e cargos ser do jeito que foi e é, corriqueiramente, no Brasil.

Segundo Castellani Filho (2007), o PC do B para manter-se nas estruturas do ME e fazer oposição ao grupo que poderia ser um empecilho, passou a contar com o apoio dos setores mais conservadores do esporte brasileiro, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

É preciso observar também que não houve um movimento por dentro do PT amplo, democrático, que poderia ter sido puxado por esse grupo, chamado por Castellan (2010) de experiente e progressista, e que daria força ao conjunto dos petistas para exigir outros rumos na política de esporte, o que ocorreu foi uma disputa estéril por dentro do próprio setorial de esporte do PT. Os problemas internos do PT e a disputa com o PC do B limitou-se a uma “briga” interna dentro do próprio Ministério e nas Conferências, distante de uma articulação maior com os movimentos sociais, sindicais e da juventude e de suas reivindicações. Em certa medida, os petistas no Ministério abriram mão de ter um posicionamento político mais crítico ao governo e optaram pelo

distanciamento das lutas – do Movimento Estudantil de Educação Física e do Movimento Nacional Contra Regulamentação – contra a divisão da área de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) e contra a regulamentação da profissão de Educação Física, optando pela negociação e o consenso por dentro das conferências, como veremos mais adiante, e nas instâncias governamentais.

Tal análise não desmerece a importância das contribuições feitas pelos petistas, passível de ser verificada, principalmente, no tema e texto-base da I CNE e no documento a Política Nacional de Esporte do Conselho Nacional de Esporte, aprovado em 2005, mas que não saíram do papel frente às demandas e prioridades do governo Lula/Dilma de sediar os megaeventos esportivos e patrocinar os interesses do capital.

O grupo petista que compunha a SNDEL até início de 2006 foi o setor do ME que teve condições de fazer disputa clara de concepção, expressa nos documentos da época. Era o grupo reconhecidamente com maior propriedade dentro do ME para debater e propor políticas públicas contra-hegemônicas de esporte e lazer. O grupo sai da Secretaria no início de 2006, sendo substituído por outros quadros petistas com menos legitimidade interna no partido do que o grupo anterior, apesar de contar com intelectuais da área de esporte e lazer e pessoas com experiência em gestão na área. A mudança ocorrida dentro da SNDEL se reflete nos documentos da área que não apresentam mais tensionamentos ou debates aprofundados. A fração contra-hegemônica perde força nas estruturas internas do ME com a alteração dos quadros desta secretaria. Cada uma destas três secretarias possuía pelo menos um programa inscrito no Plano Plurianual 2004-2007. Os principais programas de cada secretaria (em volume de recursos públicos aplicados) são:- Brasil no Esporte de Alto Rendimento e Rumo ao Pan 2007(Secretaria de Alto Rendimento); - Segundo Tempo (Secretaria de Esporte Educacional);- Programa Esporte e Lazer da Cidade (Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer). (CASTELLAN, 2010, p. 30)

A justificativa apresentada para a perda de forças da “fração contra-hegemônica” do grupo petista no ME, fundamenta-se apenas pela alteração dos quadros dessa secretaria que não teriam a legitimidade interna no PT e a mesma capacidade do grupo anterior. Cabe aqui um parêntese: “Como é que o grupo foi indicado para substituir o grupo anterior se não tinha legitimidade?”. O PT foi, paulatinamente, sufocando os seus setoriais, os espaços coletivos de discussão, e ambos os grupos não tiveram força (ou interesse) para fortalecê-lo jogando o campo da “legitimidade” para proximidade do poder.



As análises de Castellan (2010), muitas com base nas entrevistas realizadas para pesquisa, entre elas a feita com o professor Lino Castellani e outros gestores do período do ME, caem numa análise da micro-política sem estabelecer nexos e relações com as mudanças ocorridas no âmbito mais geral da política do governo Lula e dos interesses de classe em disputa.

Não é possível responsabilizar apenas o PC do B, nem o novo grupo petista à frente da SNDEL a partir de 2006 pela derrota das propostas contra-hegemônicas, a própria aplicação de recursos, inclusive de outros ministérios para favorecer o esporte de alto rendimento, desde o início do governo, os megaeventos esportivos a partir da metade do primeiro mandato, a Lei de Incentivo ao Esporte, Bolsa-atleta, entre outros exemplos, demonstram que estávamos perdendo há muito tempo de 10 X 0 para os interesses setores do reacionários e privatizantes do esporte, mesmo que o discurso de democratização do acesso e participação popular estejam expressos até hoje nos documentos do ME.

Passaremos a tratar separadamente dos sujeitos que fazem parte dessa arena do esporte brasileiro.

### **3.4 Os sujeitos envolvidos na política de esporte**

#### **3.4.1 Os Partidos Políticos (PC do B e PT) e Gestores**

##### **O PC do B**

É o partido político à frente do ME desde a sua criação em 2003. Segundo dados extraídos da página do partido na internet o partido foi fundado em 1922, considerado o partido mais antigo do país<sup>55</sup>. Ficou na clandestinidade durante 60 anos. No final da ditadura voltou à legalidade e afirma viver hoje um dos seus momentos mais ricos. No último congresso chama atenção ao que destacam como central no seu Programa, segundo suas interpretações ancoradas nas idéias de Marx, Engels e Lênin.

O objetivo essencial deste Programa é a transição do capitalismo ao socialismo nas condições do Brasil e do mundo contemporâneo. O socialismo tem como propósito primordial resolver a contradição essencial do capitalismo: produção cada vez mais social em conflito crescente com a forma de apropriação privada da renda e da riqueza. Como sociedade superior, deve distribuir os bens e a riqueza conforme o resultado da quantidade e qualidade do trabalho realizado.

---

<sup>55</sup> O Partido Comunista Brasileiro (PCB) também se reivindica dessa data de fundação, devido às cisões sofridas no chamado “Partidão”.

É uma sociedade de alta produtividade social do trabalho, superior à do capitalismo. Não é uma exigência voluntarista, decorre do avanço da consciência social. É resultado objetivo do desenvolvimento científico e tecnológico, do salto das forças produtivas que o capitalismo é incapaz de colocar a serviço da humanidade. **Consiste na edificação de um poder de Estado dos trabalhadores, e da predominância das formas de propriedade social dos meios de produção.** É um sistema comprometido com a solidariedade entre as nações, com a política de paz e de cooperação entre os Estados, opositor resolutivo da agressão imperialista e defensor da amizade entre os trabalhadores e povos do mundo<sup>56</sup> (grifos nosso).

Destacamos o distanciamento das teses levantadas hoje pelo PC do B do pensamento clássico do marxismo-leninismo que com um jogo de palavras pode passar despercebido, mas quando fala “da predominância das formas de propriedade social dos meios de produção”, levanta a possibilidade da convivência da propriedade social com outras formas de propriedade, inclusive a propriedade privada. Rejeitando a tese central de Marx da necessidade de abolição da propriedade privada dos meios de produção.

O PC do B está à frente do Ministério do Esporte desde 2003 e vem assumindo várias secretarias e diretorias de esporte nos estados e municípios brasileiros, já que o esporte passou a ser um setor estratégico para o partido. De 2011 pra cá vêm enfrentando uma série de denúncias de desvio de verbas públicas através de organizações não governamentais (ONG's)<sup>57</sup> ligadas ao partido, principalmente por meio do Programa Segundo Tempo.

Tais denúncias e irregularidades levaram a queda em outubro de 2011 do então Ministro do Esporte, Orlando Silva, membro do PC do B, desligado do cargo pela Presidente Dilma Rousseff. Mas o ME continuou sobre o comando do PC do B apenas alterando o nome do ministro que passou a ser o Aldo Rebelo.

Segundo o PC do B o esporte com base no reconhecimento dos organismos internacionais, em especial da Organização das Nações Unidas (ONU), integra o processo de desenvolvimento e paz mundial e ganha no Brasil o status de política estratégica (SILVA E DAMIANI, 2011, p. 34-35).

---

<sup>56</sup> Resolução do 12º Congresso do PC do B. Disponível em:

[http://pcdob.org.br/12congresso/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33:programa-socialista&catid=1:menu&Itemid=73](http://pcdob.org.br/12congresso/index.php?option=com_content&view=article&id=33:programa-socialista&catid=1:menu&Itemid=73) Acesso 22 de março de 2013.

<sup>57</sup> Houve denúncias de desvio de até 90% da verba de convênio do ME, segundo fonte do Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,empresario-diz-que-ong-desviou-90-de-contrato-do-ministerio-do-esporte,958570.0.htm>. Acesso 12 de novembro de 2012.

Ainda afirmam que não havia uma política de esporte para dar direção as ações do governo nas esferas federal, estadual e municipal, cabendo aos comunistas estruturar a pasta, tendo como princípio base o direito ao acesso de cidadão ao esporte, especialmente os historicamente excluídos dessa prática social.

### **O PT**

O Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>58</sup> foi fundado no ano de 1980 em São Paulo. O Partido surge essencialmente da organização sindical dos operários, principalmente, do ABC paulista, no final da década de 1970, mas também de setores da igreja com base na teologia da libertação, intelectuais e outros grupos da esquerda brasileira. Ganha força a idéia de criação do partido frente ao vácuo político pós-repressão do regime militar aos grupos de esquerda, crise nos partidos comunistas tradicionais existentes. É criado sobre a base do socialismo democrático contra uma postura crítica ao reformismo. No seu programa de origem diz: "As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo imperialista".

Na sua organização inicial disputaram formulações marxistas e as que já apontavam para aceitação da ordem liberal, tendências que foram ganhando espaço, na medida em que o partido foi ganhando terreno nas eleições burguesas e destruído o controle da base sobre a direção do partido.

O PT ao longo de sua trajetória deixou de ser um Partido Operário Independente (POI), com um programa de interesse dos operários, independente de governos e patrões, financiado pelos próprios trabalhadores, para configura-se hoje como um Partido Operário Burguês (POB), que continua tendo uma base operária, mas com um programa burguês, sem autonomia frente aos interesses da burguesia, afasta-se dessa maneira cada vez mais das suas bandeiras de fundação, de um "partido sem patrões" e das reivindicações histórica da classe trabalhadora.

### **Os Gestores**

Em qualquer setor da política governamental os gestores são em sua grande parte filiados a partidos políticos da base aliada do governo ou indicados por eles para compor o governo.

---

<sup>58</sup> O Partido dos Trabalhadores foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982.

Na área do esporte, O PC do B é o que mais vem ganhando mais espaços nas esferas estaduais e municipais, como afirmam Silva e Damiani (2011), o esporte é um setor estratégico para o PC do B, onde “já são muitos os comunistas que atuam na gestão pública e entidades ligadas ao esporte. É notável o crescimento do PC do B no setor”.

### **3.4.2 Entidades Esportivas: Comitês, Confederações, Federações e Clubes;**

#### **Os Comitês**

São entidades não-governamentais de direito privado, que devem ser sem fins lucrativos. Compostos por um grupo de dirigentes que em grande proporção são ex-atletas e que se perpetuam no poder por muitos anos. No caso da maior entidade do esporte brasileiro Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ligada ao Comitê Olímpico Internacional, o seu atual presidente, Carlos Arthur Nuzman, assumiu pela primeira vez a entidade em 1º de julho de 1995 e desde lá quase 18 anos depois continua no poder até o ano de 2016. O mesmo já tinha sido dirigente da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) por 20 anos, desde 1975 até assumir o COB. Sobre o qual pesam uma série de denúncias. Tais dados demonstram quanto não democrática é a gestão do esporte no país.

Segundo dados retirados do site do COB, Nuzman a frente da entidade,

[...] imprimiu um modelo de gestão profissional à entidade, atraiu patrocinadores para os esportes olímpicos, participou diretamente da criação de leis que hoje são fundamentais para o esporte brasileiro, tais como a Lei Agnelo/Piva e a Lei de Incentivos ao Esporte, e conquistou para o Brasil a sede dos maiores eventos multiesportivos do mundo, como os Jogos Pan-americanos (Rio 2007) e os Jogos Olímpicos (Rio 2016). (COB, 2012)

Dessa forma, Nuzman figura com um dos homens mais influentes do esporte brasileiro, mantendo sobre sua tutela um número significativo de atletas, dos quais falaremos mais adiante, mas que participam do Conselho Nacional de Esporte (CNE) sintonizado com os interesses do COB.

#### **As Confederações e Federações**

O modelo implementado pela CBV é bem ilustrativo dos interesses de classe que boa parte das Confederações e Federações defende no âmbito do esporte. A CBV foi fundada em 1954, entidade maior do vôlei brasileiro, é filiada ao COB e à Federação Internacional de Voleibol (FIVB). A instituição é organizada por unidades de negócios,

onde cada estado brasileiro recebe uma competição oficial por ano organizada pela entidade.

Nas características da entidade colocada nos seu site está o de “possuir finanças equilibradas, não devendo nenhum tributo a qualquer órgão governamental”. Chegar a soar como ironia, entidade que sobrevive à custa do estado e do povo brasileiro para beneficiar um número muito pequeno de atletas de alto rendimento.

Outro elemento que merece destaque é a estrutura organizacional da CBV que foi aprovado pela (FIVB), servindo de exemplo pro mundo. É uma administração baseada em resultados, comandada por Ary Graça, desde 1997, implementando no ano seguinte a “Era Empresarial na CBV” com implementação das já citadas unidades de negócio, onde ações devem obedecer aos padrões de qualidade exigidos.

Sobre os recursos é bem ilustrativo o que cabe ao COB administrar: as verbas oriundas da Lei Agnelo/Piva, dos patrocinadores e dos convênios firmados com os governos. Segue a arrecadação total bruta, declarada no site do comitê, por ano em milhões de reais: 2001 (R\$17,4); 2002 (R\$ 50,7); 2003 (R\$ 55,8); 2004 (R\$ 70,0); 2005 (R\$ 70,5); 2006 (R\$ 67,4); 2007 (R\$ 84,9); 2008(R\$ 91,9); 2009 (R\$ 113,4); 2010 (R\$ 142,7); 2011(R\$ 156,9). Fica claro pela evolução anual do montante de recursos que a Lei de Incentivo ao Esporte foi à grande responsável pelo aumento da arrecadação do COB. São muitas verbas destinadas ao esporte para poucos, mais adiante veremos em termos de execução orçamentária para as outras expressões do esporte.

Para Castellan (2010) não podemos falar de campo esportivo se falar das confederações, federações e clubes.

Com imenso poder e prestígio desde o início da institucionalização do esporte nacional, estas estruturas detém muito poder e formam a base do esporte nacional de alto rendimento, do esporte espetáculo, que move a paixão de milhões de pessoas e um volume altíssimo de dinheiro público e privado. São entidades que organizam e mantêm as estruturas do esporte nacional, recebem dinheiro público, subsídios fiscais, receita fixa em loterias federais, possuem a maioria dos assentos do Conselho Nacional do Esporte, estabelecem interlocução com dirigentes do Estado, possuem bancada no Congresso Nacional e que ampliaram poder após a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Apesar de receber tantas benesses do Estado são entidades de direito privado e reconhecidas pela falta de democracia interna e de transparência na gestão. Sobre a falta de gestão democrática nestas entidades, os jornalistas Bruno Doro e Felipe Munhoz publicaram, em abril de 2010, um quadro com o tempo que cada dirigente de Confederação Esportiva permanece nos seus respectivos cargos. Neste

quadro fica patente a necessidade de modificar a forma como o esporte vem sendo gerido no país, principalmente se considerado que muitos recursos públicos são colocados nestas entidades. Segundo a reportagem alguns dirigentes estão há mais de 20 anos à frente de suas entidades, um cargo praticamente vitalício. Os casos mais notáveis são os da Confederação Brasileira de Atletismo, de Desportos Aquáticos, de Futebol e de Handebol, que somados passam dos 108 anos no poder [...].

Os dados citados pela autora foram retirados da reportagem intitulada “Com quinteto de 108 anos, dirigentes ficam ao menos dois ciclos no Brasil Olímpico”, publicada no site “UOL Esporte”<sup>59</sup>.

Ainda nesse tópico poderíamos discorrer sobre o papel da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que foi por anos liderada por Ricardo Teixeira, envolvidas em inúmeras denúncias, inclusive com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Nike/CBF) e depois abafada, mas como não é objeto de estudo não iremos nos ater.

### **Os Clubes**<sup>60</sup>

Os clubes têm sua origem como associações, agremiações, ligadas inicialmente a classe dominante, para reunião de pessoas com interesses comuns, convívio social, lazer, esporte. Porém as características dos clubes foram se modificando ao longo da história.

Hoje para Battaglia (2003), os clubes mesmo que amadores inserem-se no mercado em crescimento, gerando empregos diretos e indiretos. Além de gestão técnica de aportes financeiros advindos de patrocinadores, os clubes devem aprimorar sempre os serviços oferecidos aos sócios, voltados ao esporte, lazer, cultura e convivência social, para atender às demandas dos associados cada vez mais exigentes.

Podemos compreender ainda os clubes e seus dirigentes, como parte do mesmo sistema de entidades esportivas (Confederações e Federações). Contudo os grandes clubes mais funcionam como uma empresa com fins lucrativos, o que as mudanças pretendidas pelo artigo 27 da Lei Pelé (Lei Nº 9.615/98) queriam legalizar e que

---

<sup>59</sup>Dos repórteres Bruno Doro e Felipe Munhoz. Disponível em <http://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/2010/04/27/com-quinteto-de-108-anos-dirigentes-ficam-ao-menos-dois-ciclos-no-brasil-olimpico.jhtm> Acesso em 12 de dezembro de 2012.

<sup>60</sup> Vale frisar a dificuldade de encontrar trabalhos científicos que tratem do tema numa dimensão sociológica ou histórica mais ampla. Apontamos a necessidade de mais estudos sobre a temática.

alterações ocorridas pela Lei nº 9.981/2000 não permitiram, deixando-se facultativa a natureza jurídica dos clubes para que possam continuar como associações.

### 3.4.3 Os Empresários e corporações

O grupo que tem interesse no esporte para aumentar o lucro de suas empresas. Podemos destacar três ordens de empresários envolvidos no setor do esporte: a) os ligados diretamente ao setor esportivo; b) os empresários da indústria do esporte que patrocinam as atividades esportivas e; c) os que vendem seus serviços para a produção do fenômeno esportivo. Ex.: empreiteiras, de venda de ingressos, etc.

Os empresários também se organizam coletivamente para aumentar suas taxas de lucro nas relações de mercado e retirar do Estado os maiores benefícios para suas em empresas como: isenções fiscais, contratos de parceria, de preferência a um preço elevado, etc. Muitos deles vivem da exploração dos atletas profissionais, chamado de maneira camuflada de agenciamento.

Em matéria publicada no site R7 Esporte intitulada “Os donos da bola! Empresários do futebol esperam aumentar milhões em 2013”<sup>61</sup>, o maior empresário da história do futebol, os seja ligado diretamente ao esporte, é Juan Figer, uruguaio , que domina uma cartela de jogadores, entre eles Valdivia, Kaká, Robinho e Júlio Baptista, avaliada em R\$ 487,5 milhões.

#### As corporações

“É uma forma de controle do negócio. É um grupo de pessoas trabalhando em um conjunto de vários objetivos. O principal deles é obter grandes, crescentes lucros para os donos do negócio”<sup>62</sup>.

As grandes corporações ligadas ao esporte brasileiro, são as que faturam alto às custas do esporte e dos governos. A notícia que apresentaremos em seguida publicada em 20 de Março de 2013 é bem ilustrativa.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços do Esporte (Abrese) desenvolveram o “Projeto Imagem que o Brazilian Sports” que será inaugurado na feira Arnold Classic Brasil, evento que será realizado do dia 26 a 28 de abril, no Centro de

<sup>61</sup><http://esportes.r7.com/futebol/fotos/veja-os-empresarios-que-mandam-no-futebol-20120910.html>

Acesso em 22 de março de 2013.

<sup>62</sup>Conceito extraído do documentário “*The Corporation*” disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=Zx0f\\_8FKMrY](http://www.youtube.com/watch?v=Zx0f_8FKMrY)

Convenções SulAmérica, Rio de Janeiro. O objetivo é o aumento das exportações brasileiras do setor e a promoção no mercado internacional dos produtos e serviços brasileiros ligados à atividades esportivas. Além de, promover um incremento de 5% nas perspectivas de negócios das empresas participantes e capacitar as empresas em diversas áreas. A meta com o projeto é como a plataforma de promoção comercial das pequenas e médias empresas de bens e serviços do esporte. Estabelecer o marco zero das ações do projeto (volume de negócios de exportações, mercados trabalhados, nível de adequação das empresas, capacidade de investimento, entre outros.). Segundo da Abrese sobre o setor esportivo, atualmente ele movimentava cerca de R\$ 65 bilhões ao ano, equivalente a 1,6% do PIB brasileiro. Nos últimos seis anos o segmento cresceu a passos mais largos do que a economia nacional. Enquanto o PIB do País manteve uma média de crescimento anual, entre 2007 e 2011 de 4,2%, o mercado esportivo alcançou a marca de 7,1% de crescimento. Em comparação ao igual período dito acima, observou-se que a participação do esporte sobre o PIB de alguns países foi, por exemplo, na Inglaterra de 1,8%, Estados Unidos 2,1%, Austrália 2,3% e Nova Zelândia 2,8%. Já as expectativas para 2016 no Brasil é que a participação no (do) PIB nacional cresça para 1,9%, de acordo com a Abrese.<sup>63</sup>

Entre as principais empresas e corporações “patrocinadoras”, ou melhor, “lucradoras” do esporte mundial estão: Coca-Cola, Atos, *General Electric* (GE), McDownald’s, Omega, P & G, Panasonic e Samsung, Visa, Master Card, Itaú, Nike, Nestle, Procter & Glamber (Gillette), Telefônica e Volkswagen.

#### **3.4.4 As Organizações não-governamentais;**

São instituições sem fins lucrativos, mas na nova forma de gestão do Estado brasileiro a partir da década de 1990, com as reformas (neo)liberais implementadas por Bresser Pereira, passam a ser “parceiras” do Estado na execução de uma série de ações, principalmente na área social.

Já citamos anteriormente as denúncias realizadas contra essas instituições principalmente ligadas ao esporte educacional e de lazer, isso não quer dizer que não existam ONG’s que façam um trabalho sério, mas estamos destacando o papel que elas passam a exercer na utilização do Estado para os interesses privados e até desvio de verbas públicas.

As ONG’s entram no modelo adotado pelo Estado que é o de “parceria”

---

<sup>63</sup><http://www.sindicatodanoticia.com.br/2013/03/empresas-ligadas-ao-esporte-participam.html>



As parcerias poder ser superficialmente e introdutoriamente caracterizadas como um acordo onde normalmente algum órgão privado (de diversas naturezas) conduz atividades via financiamento do Estado (é certo que o modelo de “parcerias” também ocorre inter agências e inter órgãos estatais, mas isso será abordado ao longo do trabalho). No caso do esporte, no alto rendimento as “parcerias” estabelecem-se principalmente com confederações e federações, e no esporte educativo e de lazer com outros órgãos governamentais (estados e municípios) e as ditas entidades do “terceiro setor”. Este modelo atinge um ápice em nossa quadra histórica quando começam a aterrissar por aqui os “megaeventos”, iniciados com os Jogos Panamericanos de 2007, os Jogos Militares de 2011, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a Copa América de 2019. Em que pese a absurda quantidade de dinheiro que estes eventos demandam e movimentam, até o momento nenhuma garantia clara foi dada, ou mesmo demonstrada, de que estes investimentos se reverterão em benefícios para a democratização da política pública de esporte no Brasil. Ao contrario até, os “legados” do Pan de 2007 resumiram-se a um rombo de quase dez vezes o valor do orçamento inicial do evento<sup>64</sup> e a descoberta de que praticamente nenhuma das estruturas construídas seria aproveitada nem mesmo para a Olimpíada, e a Copa do Mundo, que seria a “copa da iniciativa privada” segundo o ex-presidente da CBF Ricardo Teixeira, tem apenas pouco mais de 1% dos seus investimentos totais vindos do empresariado<sup>65</sup> e a construção de estádios moderníssimos e caríssimos em locais onde sequer existem equipes de futebol disputando competições de expressão e que possuem média de público por partida pífia. (OLIVEIRA, 2013, p. 16-17)

Ainda o referido autor, como base em Fontes (2012), entende as ONG’s como aparelhos privados de hegemonia<sup>66</sup>, sendo seu papel derivado da sua atuação na luta de classe. Coaduno com o entendimento e saliente da sua centralidade hoje para manutenção do *status quo*.

### 3.4.5 Os Produtores: atletas, trabalhadores e praticantes.

#### Os Atletas

<sup>64</sup> Nota de rodapé 2 do autor: “<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u632797.shtml>”.

<sup>65</sup> Nota de rodapé 3 do autor: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT220450-16418,00.html>

<sup>66</sup>“Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos [...] não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social” ( FONTES apud OLIVEIRA, 2013, p.46)

A atuação política dos atletas está articulada pelo COB, poucos têm atuação independente do comitê e de suas confederações. A partir de 2009 o COB cria a Comissão de Atletas do COB, inspirada na comissão do COI, tendo como primeiro presidente, Bernard Rajzman, que foi secretário nacional de esporte de Fernando Collor de Melo e é ligado ao Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB desde 1995.

No dia 26 de fevereiro de 2013 foi eleita uma nova Comissão para o período 2013-2016 tendo como novo presidente, Emanuel Rego, dono de três medalhas olímpicas no vôlei de praia e como vice-presidente, Hortência Marcari, campeã mundial e medalhista de prata nos Jogos Olímpicos Atlanta 1996. Vejamos como se dá o processo de eleição dessa comissão, seus objetivos e composição atual.

Catorze dos 19 integrantes da nova Comissão foram eleitos através de uma eleição online entre os atletas do Time Brasil participantes das duas últimas edições dos Jogos Olímpicos. Mais de 200 atletas que integraram as delegações brasileiras em Pequim 2008 e Londres 2012 participaram do pleito. Cada Confederação Brasileira Olímpica teve o direito de indicar até dois atletas para a eleição, que teve 30 candidatos. Os outros quatro atletas foram indicados pelo Conselho Executivo do COB: o ginasta Arthur Zanetti, ouro em Londres 2012 nas argolas; o nadador Thiago Pereira, prata em Londres nos 400m medley; e os ex-atletas Gustavo Borges, detentor de quatro medalhas olímpicas na natação; e Hortência Marcari. A atleta de snowboard Isabel Clark permanece na Comissão até a eleição que escolherá um(a) novo(a) integrante dos esportes de inverno após Sochi 2014. A Comissão tem como principal objetivo atuar como um canal de comunicação entre os atletas e o COB, oferecendo sugestões e recomendações sobre quaisquer assuntos relacionados ao Movimento Olímpico. O tempo de mandato da nova Comissão de Atletas do COB será de quatro anos, e irá até o fim do ciclo olímpico, em 2016. A Comissão tem obrigação de reunir-se pelo menos duas vezes por ano. Os objetivos da Comissão são: ser o principal canal de comunicação dos atletas com o COB; estabelecer um ambiente de discussão onde os atletas possam compartilhar informações e ideias relacionadas aos Jogos Olímpicos, Pan-americanos e Sul-americanos; oferecer sugestões e recomendações sobre qualquer assunto relacionado ao Movimento Olímpico; analisar a adoção dos melhores modelos, técnicas e padrões para o desenvolvimento dos atletas brasileiros; representar os direitos e interesses dos atletas olímpicos e formular recomendações a este respeito; incentivar a presença feminina no esporte; apoiar o desenvolvimento da educação dos jovens através do esporte. **Relação dos 19 atletas da nova Comissão de Atletas do COB:**

PRESIDENTE: [Emanuel Scheffer Rego](#) (vôlei de praia);

VICE-PRESIDENTE: [Hortência Marcari](#) (basquete) - Indicada pelo Conselho Executivo do COB;

[Arthur Zanetti](#) (ginástica artística) – Indicado pelo Conselho Executivo do COB;  
[Chana Masson](#) (handebol);  
[Fabiana Alvim de Oliveira](#) – Fabi (vôlei);  
[Fabiana de Almeida Murer](#) (atletismo);  
[Fabiano Peçanha](#) (atletismo);  
[Fernanda Oliveira](#) (vela);  
[Gustavo Borges](#) (natação) - Indicado pelo Conselho Executivo do COB;  
[Isabel Clark](#) (snowboard) – Permanece na Comissão até Sochi 2014;  
[Marcelo Machado](#) – Marcelinho (Basquete);  
[Maria Portela](#) (judô);  
[Nivalter Santos de Jesus](#) (canoagem);  
[Rafael Silva](#) (judô);  
[Renzo Agresta](#) (esgrima);  
[Robert Scheidt](#) (vela);  
[Tatiana Lemos](#) (natação);  
[Thiago Pereira](#) (natação) - Indicado pelo Conselho Executivo do COB;  
[Yane Marques](#) (pentatlo moderno) (COB, 2013).<sup>67</sup>

Os atletas e ex-atletas compõem o Conselho Nacional de Esporte nas vagas de Representantes do Desporto Nacional, passam a dirigir as Confederações e Federações, alguns alçam vôo na política institucional, na condição de parlamentares (vide Bancada do Esporte) ou como secretários de esporte dos Estados e municípios, outros optam por serem técnicos ou representantes, “donos”, de ONGs ligadas ao esporte. Em grande medida associados aos interesses das grandes corporações ligadas ao esporte.

### **Os trabalhadores**

Os demais trabalhadores (árbitros, professores de Educação Física, técnicos, etc.) – já que consideramos os atletas profissionais também trabalhadores do esporte – estão em sua grande maioria ligados aos comitês, confederações, federações, clubes e ONG's não possuindo organizações de classe autônomas a essa estrutura. As existentes em sua maioria são ligadas ao esporte de alto rendimento. A modalidade que possui um maior nível de organização dos trabalhadores é o futebol, porém ainda de interesses corporativos e de formação profissional. A Associação Nacional de Árbitros de Futebol (ANAF) que tem ligados a entidade, sindicatos de árbitros de todos os Estado brasileiros, mas que ainda pouco participam na disputa dos rumos da política de esporte.

<sup>67</sup> Informações extraída da página do COB <http://www.cob.org.br/comite-olimpico-brasileiro/comisso-de-atletas> . Acesso em 24 de março de 2012.

Em relação aos professores de Educação Física a principal entidade nacional que diz representá-lo o CONFEF/CREF<sup>68</sup>, ligados aos setores mais reacionários da área, que desde a Regulamentação do Profissional de Educação (Lei nº 9.696/98) passou a fiscalizar e punir, ameaçar, os professores que não sejam registrados no conselho, fazendo ingerência na formação, patrocinando sobre a divisão da área entre licenciados e bacharelados, jogando trabalhador contra trabalhador.

### **Os praticantes**

São milhares de brasileiros que produzem e reproduzem a cultura esportiva das mais diversas formas, nas mais diversas e adversas condições. Os que mesmo sem um Sistema Esportivo Nacional e a garantia pelo Estado do acesso a esse direito, patrimônio cultural, praticam o esporte lúdico e/ou agonístico transmitido as novas gerações o gosto pelo esporte, principalmente, na sua dimensão alienada e alienante, associado aos valores da classe dominante, por não terem outras condições objetivas para praticá-lo.

#### **3.4.6 Os consumidores**

Em grande medida os produtores são também consumidores do esporte referente ao seu valor de uso, contudo, com a mercadorização do esporte, esse é cada vez mais separado do produtor e os produtos fruto do trabalho dos praticantes, trabalhadores do esporte são expropriados e o produto do seu trabalho é transformado em mercadoria. Passamos a ter uma grande massa que não pratica esporte, mas que consome os seus produtos e sub-produtos esportivos, principalmente, os chamados torcedores do esporte. Assim são entendidos pelo próprio Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003) no Brasil. O Estatuto foi alterado em 2010 para atender as exigências e interesses da FIFA, referentes à realização da Copa de 2014, um ataque não só aos direitos dos consumidores, mas a soberania nacional.

Realizamos essa apresentação, mesmo que minimamente, dos sujeitos que compõem a arena do esporte para que possamos ter a dimensão de quão complexo é tratar da política de esporte considerando-a na sua totalidade, perceber as contradições,

---

<sup>68</sup> Aprofundar em Nozaki, Hajime T. Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão. Tese de doutorado (Doutorado em Educação), Niterói: Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004. E no blog do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), movimento de professores contrários a regulamentação. <http://mncref.blogspot.com.br/>

os conflitos e os consensos existentes numa sociedade de classe, captando as tendências que se configuram e as possibilidades superadoras sintonizadas com as reivindicações históricas dos trabalhadores.

Com mais propriedade passamos a explicitar as contradições na política de esporte expressa por meio das Conferências Nacionais de Esporte, com intuito de apontar tendências e possibilidades superadoras.

### **3.5 A origem das conferências no Brasil**

As Conferências Públicas foram criadas no governo Vargas, pela Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937, seu principal objetivo era o de facilitar o conhecimento do Governo Federal acerca das atividades relativas à saúde e de orientá-lo na execução dos serviços locais de saúde.

Segundo Petinelli (2011), a lei definiu que as conferências seriam convocadas pelo Presidente da República com a participação do governo federal, estados e municípios de representantes da sociedade que tivesse relação com área temática do encontro. (SAYD, VIEIRA JUNIOR e VELANDIA, 1998). Desde então, as conferências têm sido convocadas por meio de Decreto Presidencial e têm sido realizadas pelos Ministérios ou Secretarias da área, com o apoio do Conselho a eles vinculado.

Hoje, conforme apresentamos no início do capítulo, elas ganham novo significado, novo conteúdo histórico, enquanto espaços de debates, tensionamentos, mas, sobretudo, de formulação de consenso, dissimulando os interesses de classe do Estado burguês.

Nos mandatos do presidente Lula a organização das conferências ganharam centralidade e passou a contar com o suporte da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), sendo considerada como ponte de diálogo com o próprio governo federal.

A política de conferência se intensifica no Brasil durante o referido governo, que chega ao poder por meio de um movimento de massa, dos massacrados pelas políticas neoliberais adotadas pelo governo FHC em 8 (oito) anos no país, ou seja, chegou ao poder por força dos trabalhadores e dos pobres do país. O governo tinha a compreensão que precisava de mecanismos de participação, inclusão e controle social nas políticas públicas, nesse sentido as conferências foram adotadas.

Segundo dados da Controladoria Geral da União (CGU) foram realizadas 74 conferências nacionais entre 2003 e 2013. Foi convocada até uma conferência para discutir esse tipo de mecanismo de controle social, a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), que de acordo com o seu texto base, define a conferência da seguinte forma:

[...] convocada pelo poder público é uma ferramenta própria de fomento à participação social, uma iniciativa que tem por finalidade institucionalizar a participação da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle de uma determinada política ou conjunto de políticas públicas. Trata-se de um momento de reflexão que permite avaliação de ações realizadas anteriormente e o aprofundamento da discussão a respeito dos temas propostos. É um espaço público de debates, um mecanismo institucional de democracia participativa. Uma conferência nacional é resultante de outras diversas conferências realizadas em nível local, municipal, regional, estadual e federal. Conferências nacionais são, dessa forma, grandes fóruns organizados, em que os diversos segmentos da sociedade debatem, por meio de metodologia específica, todas as políticas públicas do país que sejam referentes aos temas discutidos. A transparência pública e o controle social são os temas centrais da 1ª Consocial.<sup>69</sup>

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2009)<sup>70</sup> sob o marco do projeto democrático participativo, como avaliou o governo Lula, as conferências tornaram-se símbolo da democracia participativa no Brasil, levando em consideração a frequência de suas realizações, do grande número de pessoas e movimentos sociais envolvidos, além das novas temáticas incluídas no debate político.

Contudo a própria pesquisa demonstrou que faltam mecanismos legais para incorporação e execução das deliberações aprovadas nas conferências. Para eles a capacidade de influência na agenda das políticas públicas deriva do vínculo estabelecido com o marco legal, mesmo que ainda assim não assegure a aplicação das decisões na sua totalidade.

Os estudos Petinelli (2011) e Castelan (2010) demonstram a pouca influência das conferências na agenda política do governo federal, nos temas principais e no financiamento. Petinelli (2011) aponta que as com maior poder de influência são as de Saúde, de Direitos da Criança e do Adolescente e as de Assistência Social que possuem maior amparo legal.

---

<sup>69</sup>Conforme texto-base 1ª Consocial. <http://www.consocial.cgu.gov.br/o-que-e/>Acesso em 27/03/12.

<sup>70</sup>Na publicação *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas* (IPEA, 2009).

Esses estudos, que ainda são poucos e recentes, vêm demonstrando a distância entre o discurso ou *slogan* de participação e controle social e a efetivação das deliberações das conferências, inclusive porque são meramente consultivas. Outros estudos Pogrebinski e Santos (2010) vêm apontando para total compatibilidade da democracia participativa com a democracia representativa.

As práticas participativas fortalecem a democracia ao ampliar o papel dos cidadãos na mesma. Mas isso não se dá em detrimento da representação política e de suas instituições. Ao fortalecimento das formas participativas e deliberativas de democracia não corresponde, portanto, o enfraquecimento do governo representativo.

Tais argumentações deslocam a compreensão da prática das conferências como arena de disputa, conflitos entre os interesses divergentes, antagônicos - conforme os estudos da área da saúde, com referência em Gramsci – para enfatizar o papel consultivo e de assessoramento desses espaços para o parlamento, assemelhando-se com a concepção original de criação no governo Getúlio Vargas.

Algumas organizações políticas, em destaque a IV internacional<sup>71</sup>, vêm alertando sobre a utilização dos espaços das conferências como espaços de falsificação de consensos entre os trabalhadores e a burguesia, cooptação das lideranças e desvio das ações dos sindicatos e movimentos sociais com perda de autonomia e independência, já que o controle das Conferências está nas mãos do governo. Na mesma linha da crítica inserem-se os chamados Conselhos de controle social, hegemonizados por membros do governo ou indicados por ele, juntamente com membros da sociedade civil alinhados com os interesses burgueses.

Mesmo considerando a dimensão da prática das Conferências como arena de disputa, conflitos entre os interesses divergentes, antagônicos, a margem de vitória para os interesses da classe trabalhadora é muito pequena, diante da energia e dinheiro público gasto para construir tais espaços. Visto que o Estado controla todo o processo e o que é deliberando nem sempre é executado.

A matéria publicada no jornal “Folha de São Paulo”, com o título “Polêmicas na era Lula, conferências serão ampliadas com Dilma”, expressam bem as contradições

Uma das marcas do governo Lula, as conferências setoriais serão ampliadas com a presidente Dilma Rousseff, afirmou o ministro-chefe

---

<sup>71</sup> Organização fundada por Leon Trostky em 1938, sobre a base do Programa de Transição.

da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. De acordo com o ministro, a presidente determinou hoje que esses encontros sejam "ampliados e renovados". A ordem foi dada na reunião de instalação do Fórum de Direito e Cidadania, um dos quatro grupos interministeriais criados pela presidente como forma de agilizar a gestão do governo federal. Os outros grupos são o de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Erradicação da Miséria. Essas conferências foram embriões de polêmicas durante o governo Lula. Entre elas, o PNDH-3 (Plano Nacional de Direitos Humanos), cujas propostas -posteriormente modificadas pelo governo após reação contrária de alguns setores da sociedade civil- tiveram origem em uma dessas conferências. Outro exemplo foi a Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, que propôs, entre outras sugestões, a criação de conselhos de comunicação, apontados como ameaça à liberdade de imprensa. Apesar da determinação da presidente em relação à valorização dessas conferências setoriais, **Carvalho admite que nem tudo o que for proposto pela sociedade poderá ser encampado pelo governo. "É evidente que o governo não tem como assumir o compromisso de que todas as decisões tomadas pela sociedade serão implementadas pelo governo.** Esse diálogo, assim como com as centrais sindicais, sempre é um diálogo tenso", afirmou o ministro, em entrevista no Palácio do Planalto.<sup>72</sup> (Grifos nosso)

Essa matéria deixa bem evidente a contradição entre o discurso de democratização, participação e controle social que possibilitam as conferências e o fato da ocorrência de um filtro realizado pelo governo sobre as deliberações, principalmente frente às pressões de setores, de maneira geral reacionários, que não participaram das conferências ou que participaram e perderam no debate, para impedir que as deliberações que são um ponto de apoio para classe trabalhadora possam ser materializadas.

Na área da política de esporte os estudos de Terra e et al.(2009), Castelan (2010), Silva (2011) e Mata (2011) questionam se as Conferências têm influenciado de fato as ações práticas do governo ou se apenas balizam documentos que não tem efeito prático algum, sendo um "marco mais retórico do que concreto"(TERRA ET. AL., 2009), servindo apenas de "isca", como "um engodo para ocupar os setores preocupados em transformar e democratizar as práticas esportivas e de lazer" (CASTELAN, 2010, p. 84)

Uma boa síntese sobre o governo Lula, a composição do ME e das prioridades políticas dele decorrentes é realizada por Taffarel e Santos Jr. (2007) no artigo intitulado

---

<sup>72</sup>Matéria de Breno Costa e Ana Flor em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/888946-polemicas-na-era-lula-conferencias-serao-ampliadas-com-dilma.shtml> Acesso em 10 de março de 2013.



“Como iludir o povo com o Esporte para o público”, bem antes da maioria das críticas esboçadas à política de esporte dos governos Lula e Dilma, escrevem eles:

Especificamente na área do esporte e lazer, vamos encontrar um ministério fatiado entre as forças do PT e do PC do B com seus modos de governar, inviabilizando internamente a condução de uma política cultural unitária, com disposição coletiva para o enfrentamento dos interesses dos grandes empresários do esporte que, como aves de rapina, se apropriam dos poucos recursos destinados à pasta. Dessa forma, essas forças se apresentam sem disposição para enfrentar um modo de governar, cujas práticas políticas estão conduzindo a destruição de instâncias partidárias e o aparelhamento de órgãos de governo pelos interesses de um ou outro partido.

Os dados empíricos demonstram que o maior beneficiário pelas verbas do principal programa social do Ministério do Esporte foi o Distrito Federal, cujo titular da pasta, Agnelo Queiroz (PC do B), concorreu às eleições para o Senado mas não conseguiu se eleger. Levantamento feito pela Folha de São Paulo – em dados do Siafi (Sistema de Acompanhamento de Gastos do Governo) – mostra que o Distrito Federal levou quase um quinto do dinheiro, apesar de sua população representar somente 1,2 % dos brasileiros. [...] No Distrito Federal, o ministério deu a maior parte das verbas a ONG's<sup>73</sup>, associações assistenciais e sindicatos. [...] Assim, segundo denúncias da imprensa, o ministro reservou dinheiro para sua base eleitoral (TAFFAREL E SANTOS JUNIOR, 2007, p. 64-65).

Posterior a publicação do texto os fatos continuam confirmando a análise, demonstrando o agravamento da situação. Quando falam da destruição das instâncias partidárias, acreditamos que estão se referindo ao Setorial de Esporte e Lazer do PT, que não contribui em nada com a política formulada e adotada pelo ministério, que há muito não é utilizando enquanto espaço coletivo de formulação da política. E sobre o aparelhamento cada vez mais aprofundado com o saque que tem sido feito aos cofres públicos por via das ONG's<sup>74</sup> e pelos interesses privados<sup>75</sup>.

### 3.5.1 As Conferências Nacionais de Esporte

<sup>73</sup> Segue nota número 5 dos autores “O Tribunal de Contas da União (TCU) aponta as atividades das ONG's, por exemplo, como fator de destruição dos serviços públicos” (TAFFAREL E SANTOS JR, 2007)

<sup>74</sup> Aprofundar assunto na dissertação de Oliveira (2013) que entende as ONG's como Aparelhos Privados de Hegemonia, passível de fazer extensão do conceito para Confederações, Federações e os grandes clubes.

<sup>75</sup> Agnelo Queiroz foi eleito governador do Distrito Federal, depois apareceu na imprensa envolvido com escândalos e o seu sucessor Orlando Silva, também do PC do B, foi afastado do cargo pela presidente Dilma após denúncia de corrupção em contrato com ONG's ligadas ao seu partido. O PC do B continua à frente do ministério com Aldo Rebelo.

As Conferências são um dispositivo legal utilizado pelos governos para elaboração das políticas, no nosso caso, vem sendo utilizado pelo Ministério do Esporte desde 2004, quando foi instituída a Conferência Nacional de Esporte (CNE) pelo “Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, configurando-se como espaço de debate, formulação e deliberação da Política de Esporte e Lazer no país”<sup>76</sup>. Passaremos a discorrer sobre cada uma das três conferências já realizadas com o intuito de explicitar as contradições entre o proposto e o realizado.

O processo de construção das conferências analisadas previa a realização de etapas Municipais ou Regionais, Estaduais e Nacional. Para discussão das propostas a partir de um “Texto-base” e para a escolha de delegados<sup>77</sup>. No decurso da pesquisa chegamos a solicitar ao ministério as resoluções das conferências estaduais para confrontar com as deliberações da Conferência nacional, sendo informada que o ministério não dispunha desse material, informando a lista de contato dos gestores estaduais para que fosse solicitado diretamente aos mesmos<sup>78</sup>.

A comissão organizadora das três Conferências foi composta pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte (ME), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (ME), Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (ME), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), Comissão Nacional de Atletas (CNA), Fórum Nacional de Secretários e Gestores do Esporte, Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), dentre outras representatividades nacionais (BRASIL, 2010).

Essa composição já reforça a compreensão anteriormente levantada do controle do Estado sobre a Conferência, diminuindo as margens de avançar na política em favor da classe trabalhadora, além de contar com os setores mais reacionários da área (CONFEF, Comitês Olímpicos e Confederações).

---

<sup>76</sup> <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/> Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

<sup>77</sup> O Ministério do Esporte arcou com todas as despesas dos delegados com alimentação, transporte e hospedagem.

<sup>78</sup> Realizado contato por e-mail com a diretora do Ministério do Esporte Cássia Damiani que repassou a solicitação para um de seus assessores que deu as informações relatadas. Enviado e-mail para lista dos gestores só obtive respostas do atual prefeito de Vitória-ES, informando que não era mais secretário estadual e informando contato do atual gestor. Que, como os demais gestores, não respondeu a solicitação.

### 3.5.1.1 I CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (2004)

A I CNE ocorreu em Brasília-DF, no período de 17 a 20 de Junho de 2004 com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. Os dados oficiais informam que estiveram presentes 861 delegados eleitos em 60 Conferências Municipais e 116 Regionais, que ocorreram em 873 Municípios, 26 Estados e Distrito Federal, com o envolvimento total de 83 mil pessoas no processo.

No texto básico disponibilizado para os participantes foram apresentado os princípios, as diretrizes e os objetivos da conferência, além de propostas de ação por eixo temático. O Ministro na época, Agnelo Queiroz (PC do B<sup>79</sup>), na apresentação do documento coloca que estava em construção uma Política Nacional de Esporte com mudança de conceito e tendo como foco a inclusão social, vista no próprio tema da conferência. Para o ministro “a Conferência mostrou que o Brasil está construindo um verdadeiro pacto nacional pelo esporte” (BRASIL, 2004).

Porém, salientamos que o conteúdo do texto básico aponta para o entendimento do esporte e do lazer enquanto direitos sociais, atrelando-o ao compromisso de alteração do quadro de exclusão e de injustiça social. O documento alerta para que não se deva ver o esporte e o lazer como solução ou desvio dos problemas sociais, temos que ver os seus aspectos positivos e negativos (BRASIL, 2004). Concepções diferentes no mesmo documento expressam as contradições, que mais adiante vamos demonstrando mais detalhadamente entre os discursos e as práticas.

Os eixos temáticos foram oito, a seguir:

- Esporte e Alto Rendimento;
- Esporte Educacional;
- Futebol;
- Esporte, Lazer e Qualidade de Vida;
- Direito ao Esporte e ao Lazer;
- Esporte, Economia e Negócios;
- Esporte, Administração e Legislação;

---

<sup>79</sup> O Partido Comunista do Brasil está à frente do Ministério do Esporte desde a sua criação no ano 2003. E já demonstra nessas poucas palavras do ministro qual a intencionalidade, a utilização do esporte para realizar um pacto nacional, onde dilui-se as fronteiras e antagonismos de classe. Ao longo desses 10 anos a história vem demonstrando quem vem se beneficiando desse pacto nacional, os setores reacionários da área do esporte e a burguesia nacional. Merece estudo mais aprofundado e crítica severa a posição dos “comunistas” na liderança do esporte brasileiro.

- Esporte e Conhecimento.

Apresentaremos a análise crítica de conjunto dos documentos relativos a I CNE, são eles: 1. O Texto Básico Sistematizado (já citado e que antecede a realização da conferência) e 2. O Documento Final (que consta de uma apresentação do então Ministro Agnelo Queiros, da Carta de Brasília e da Política Nacional de Esporte – que inclui uma resolução sobre a criação do Sistema nacional de Esporte e propostas de ação pelos eixos temáticos da I CNE, acima descritos). Levando em consideração as contradições expressas nas questões mais gerais e nas variáveis: a) Financiamento; b) Legislação; c) Infraestrutura; d) Formação/atuação profissional; e) Produção do conhecimento e e) Organização e gestão; entre outros aspectos relevantes.

#### **a) O Texto Básico Sistematizado**

O texto fundamenta-se a partir da missão do ministério que é “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação dos esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (p. 7). Missão essa que depois de passados 10 anos de seu anúncio está muito, muito, longe mesmo de ser cumprida.

Aponta que a prática do esporte tem aspectos positivos e negativos que devemos estar cientes, “mas, como parceiros em enorme pacto pelo esporte, devemos buscar nele os benefícios [...]” (p. 7). Um pacto de todos, trabalhadores e burguesia, em nome do esporte? Segundo Lênin (1979) as políticas são julgadas não pelas declarações, mas sim pelo verdadeiro conteúdo de classe, a que classe servem. O pacto serve para mascarar os antagonismos de classe, portanto não servem aos trabalhadores.

O texto apresenta uma oscilação constante entre dar elementos históricos que caracterizam o esporte tal como foi e a serviço de quem, de que esteve no Brasil: eugenia, patriotismo, na aliança capital-trabalho. E a dimensão ideológica expressa pelo documento da ONU intitulado “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz” citado no texto (p. 8).

Expressa ainda uma tentativa de equilíbrio entre as dimensões do esporte (alto rendimento, educacional e participação/lazer) quando afirma: “A Política Nacional de Esporte, hoje em implantação é objeto de debate nas Conferências, levando em conta a especificidade de cada dimensão do esporte, procurando manter os canais de

comunicação entre elas, de modo isonômico, sem hierarquia” (p. 14-15). Vimos logo depois, com os Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro 2007<sup>80</sup> e o montante destinado para tal, entregue as parcerias público-privadas (PPP’s), a supremacia do esporte de alto rendimento. Além das decisões posteriores de sediar a os megaeventos esportivos.

#### a) Financiamento

No que tange ao financiamento, a contradição se expressa pela relação entre garantir a responsabilidade do Estado com o financiamento público dos direitos sociais, esporte e lazer, e de outro dos interesses privados (ONG’s, empresários e entidades ligadas ao esporte) em lançar mão desses recursos para seus interesses. Expressas na proposta de garantir percentual fixo no orçamento versus isenção fiscal (Lei de Incentivo ao Esporte), por exemplo.

As Parcerias Públicas Privadas aparecem no documento no eixo 2 Esporte Educacional: “deve promover articulações e parcerias com ONGs, agências governamentais, terceiro setor e iniciativa privada, para captação de recursos financeiros destinados ao esporte educacional [...] (p. 19).

Aparece o estímulo as PPP’s e o fortalecimento do terceiro setor no eixo 5 Direito ao Esporte e ao Lazer: “Criação, ampliação, manutenção e viabilização de programas e projetos [...], fortalecendo e estimulando parcerias com o terceiro setor, entre os vários entes públicos e privados” (p. 23) e na proposta de “Definir e ampliar o papel do terceiro setor<sup>81</sup> para democratização do acesso ao esporte e ao lazer” (p. 24). Sobre o discurso da democratização encobre-se e amplia-se o processo de privatização do esporte. No eixo 7 Esporte, Administração e Legislação também aparece as parcerias como saída.

#### 2) Legislação

No terreno de disputa das leis, em especial no eixo 7, é focado sobre o financiamento. O documento apresenta propostas ousadas de alteração da Lei Agnelo/Piva na tentativa de dividir mais os recursos, retirando toda a concentração nas mãos do COB, transferindo o gerenciamento para o ME, respeitando o critério de massificação do esporte. Outra de alteração da Lei nº 9.615/98 disciplinando o processo eleitoral das entidades esportivas; que hoje são verdadeiras dinastias. Garantir vinculação orçamentária dos entes federados para o esporte e lazer. Essa última deveria ser acrescida com destinação aos órgãos públicos, para não cair nas mãos da iniciativa

---

<sup>80</sup> Aprofundar em Penna (2011)

<sup>81</sup> Aprofundar sobre o papel do terceiro setor em Montañó (2008) e Oliveira (2013).

privada. Ou proposta muito importante à criação de cargos de técnico para profissionais da educação por meio de concurso público (p.27). Por fim, a “criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, para que de fato atenda a demanda democratizar o acesso ao esporte e lazer, garantidos com direito de todos e dever do estado. De qualquer forma avaliamos que são propostas sintonizadas em atender as demandas do esporte para todos e não para poucos.

Mas por outro lado, no mesmo documento apresenta o “Apoio do Ministério do Esporte junto ao Congresso Nacional para que ocorra o compilamento da legislação desportiva mediante a aprovação do Projeto de Lei nº 4874 – Estatuto do Desporto – incluindo a concessão de incentivo fiscal para o particular que promover o esporte (...)” (p.26). Estatuto polêmico, criticado depois em documento do ministério disponibilizado na II CNE, bom que até hoje não foi aprovado tal como foi proposto, mas os incentivos fiscais já se transformaram em Lei (Lei de Incentivo ao Esporte). “Incluir as empresa organizadoras de eventos esportivos no Sistema de Tributação Simplificada – Simples” (p. 27), ou seja, mais desoneração fiscal para os empresários.

### 3) Infra-estrutura

Praticamente todos os eixos, colocaram a necessidade de ampliar a infra-estrutura esportiva. No eixo 1 Esporte e Alto Rendimento a tônica são estruturas especializadas, centros de treinamento. No eixo 2 Esporte Educacional coloca a necessidade de construção, organização, articulação, apoio e financiamento de espaços e oportunidades didático-pedagógica em Educação Física/esporte(p.20). Ainda de otimização e manutenção dos espaços já existentes. Reivindicação do eixo 3 Futebol é pela modernização dos estádios, aprimorar e incrementar a infra-estrutura.

### 4) Formação e atuação

Apresenta uma preocupação para elaborar, propor e a implementar políticas públicas de formação inicial e continuada e capacitação de gestores. Formação multidisciplinar. Contratação de profissionais para trabalhar com esporte e lazer, via abertura de concurso público dever ser aqui ressaltada também, como proposta de interesse dos trabalhadores.

Usa diversas terminologias para tratar dos trabalhadores na área do esporte e lazer, profissionais de esporte e lazer, professores de educação física, profissionais de

educação física<sup>82</sup> e agentes sociais do lazer. Ressalta assegurar formação e valorização do professor de Educação Física pelo poder público (p. 19).

#### 5) Produção do conhecimento

É notória preocupação do ME nesta conferência com a questão da produção do conhecimento, já que cria um eixo o com tema “Esporte e Conhecimento”. Na linha geral de incentivar, apoiar e financiar estudos, pesquisas, eventos nacionais e internacionais na área do esporte. Criar uma rede nacional de documentação e informação, preservar à documentação, criar um banco de dados, apoio a criação de bibliotecas virtuais. Intercâmbios científicos, nacionais e internacionais.

Anúncio da elaboração do Censo do Esporte a ser realizado com o IBGE, para termos um diagnóstico preliminar desde 1971. Foi concretizado depois, mesmo com dados preliminares, sendo de grande valia para uma radiografia da situação do esporte nos municípios brasileiros.

Passados quase 10 anos da I CNE, a realização de um diagnóstico, previsto no documento, mais profundo da situação do esporte considerando a infra-estrutura, demandas da população, as praticas vivenciadas (p.22), não foi realizado. Encontra-se em andamento uma proposta de diagnóstico<sup>83</sup>, realizado com recurso da Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia (FINEP), com orçamento bem inferior ao necessário para realização de amplo diagnóstico, e que será realizado em parceria com as Universidades Federais<sup>84</sup>. Para conhecer o esporte o diagnóstico buscará conhecer a infraestrutura, a legislação, o financiamento e os recursos humanos envolvidos para assim poder propor a construção de um Sistema Nacional de Esporte sobre bases científicas.

Além de “apoio, incentivo e financiamento de publicações de períodos e livros e de difusão do conhecimento científico, na área da Educação Física, do esporte e lazer” (p. 28). Que puderam ser materializados na Rede CEDES e nos apoios a publicações e eventos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Tais realizações do ME, com as mudanças internas e no rumo da política, vem nos últimos anos sendo asfixiadas.

---

<sup>82</sup> Existe na área uma divisão fomentada pelo CONFEF entre professores e profissionais. Para o conselho os professores licenciados não podem atuar fora da escola.

<sup>83</sup> Para conhecer o esporte o diagnóstico buscará conhecer a infraestrutura, legislação, financiamento e os recursos humanos envolvidos para propor a construção de um Sistema nacional de Esporte com sobre bases científicas.

<sup>84</sup> A Universidade Federal da Bahia, na pessoa da pesquisado Celi Taffarel, coordena o diagnóstico.

## 1. Documento Final

### 2.1 Carta de Brasília

É uma síntese de apenas duas páginas, um documento político, quase em forma de manifesto, dos resultados (não só em termos de propostas aprovadas, mas políticos) do processo de realização da I CNE, mas que é muito elucidativa, quando lida nas entrelinhas.

Gostaria de destacar alguns aspectos ideológicos e políticos da carta. Primeiro o apelo sentimental do início da carta e a afirmação que “nossos sonhos começam a virar realidade”. Vemos hoje quase 9 anos depois que boa parte das proposições em favor do esporte para todos não saíram do papel.

“E ficou claro: esta luta não tem donos. É de todos os brasileiros e brasileiras em favor de uma sociedade melhor”. E ficou claríssimo mesmo, quando dito de forma direta que toda a mobilização da conferência se transforma num entendimento nacional pelo esporte, pacto já descrito no texto básico, na linha da união de todos, sem distinção de classe, pelo esporte. Na via do estatuto ideológico de querer universalizar os valores e a concepção de mundo da burguesia.

Os *slogans* para iludir o povo, democracia participativa, controle social e inclusão social, este último colocado como foco da política. De que inclusão está se falando?

Fala da construção do Sistema Nacional de Esporte Lazer que será descentralizado e regionalizado. Mas, não diz em que termos será realizado. A descentralização<sup>85</sup> pode ser feita de forma a sobrecarregar os municípios, por exemplo, como no caso da educação básica, inclusive há casos em que pode aumentar as desigualdades, entre outros problemas.

Anuncia o apoio a Lei de Incentivo ao Esporte e Bolsa-atleta, posteriormente, aprovadas pelo Congresso Nacional. E finaliza afirmando que as teses e propostas aprovadas na conferência iriam referencia a Política Nacional de Esporte Lazer.

### 2.2 Política Nacional de Esporte (PNE)

---

<sup>85</sup>Aprofundar em SOUZA, C. e CARVALHO, I. M. M. de. Estado, descentralização e desigualdades. São Paulo: Revista Lua Nova, Nº 48, 1999.



Até a página 13 do documento é a repetição de parte do Texto Básico Sistematizado apresentado pelo ME antes do início da I CNE, ou seja, não há nenhuma alteração, após a realização do debate, da intenção inicial do ME.

Destacamos a importância do documento, principalmente, a parte da “Resolução sobre a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, estruturante para criação do sistema. Mas, que não vai adiante.

A resolução de criação do Sistema Nacional do Esporte define princípios, diretrizes e objetivos estruturantes que visam *“unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer em todo território nacional”* (BRASIL, 2004, p.13).

Os princípios são:

- 1. O do projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça**, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população.
2. O do reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais.
3. O da inclusão social, compreendido como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer natureza.
4. O da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.

Esses princípios levados seriamente pelo poder público, em especial o ME, representariam um avanço significativo em relação à política anterior, contudo os dados analisado da II e III CNE e que serão expostos, posteriormente, demonstram o quão distante esses princípios estão da atual política de esporte no Brasil. Sonhos para poucos, pesadelos para muitos.

Atualmente nenhum destes quatro princípios é observado na estrutura do esporte nacional, que continua pautado em uma estrutura piramidal, subordinada ao esporte de rendimento, excludente, que não tem compromisso com um projeto histórico de sociedade diferente da atual e com uma gestão que mistura o dinheiro público com a ação de entidades de direito privado, nada transparentes ou democráticas. (CASTELLAN, 2010, p. 89)

Prever, ainda, os eixos da Política Nacional de Recursos Humanos, Política Nacional de Financiamento e o Controle Social que pressupõe mecânicos democráticos e participativos, como conselhos e conferências). Além das fontes de financiamento do esporte (BRASIL, 2004, p. 16) e as diretrizes de aplicados recurso destinados ao financiamento do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

As propostas são semelhantes às apresentadas no Texto básico inicial, com algumas modificações, destaco a criação de um sistema nacional de financiamento do esporte amador que garanta o repasse de recursos para as ligas e entidades esportivas sem fins lucrativos. É o país da monocultura do futebol mesmo.

Cada eixo temático da I CNE também propôs Moções de todos os tipos, vale conferir, pois deixam claros os distintos interesses dos grupos presentes na conferência e que se optou por aprovar todas as moções, sem distinção. Desde as que criticavam a forma de organização da conferência (expedição das passagens aéreas), a moção recomendava uma outra “postura” do ministro frente o anúncio da premiação do JEB’s (Jogos Escolares Brasileiros) que reforçam uma lógica piramidal que destoam da tese guia da I CNE até moção de apoio ao Senado pela manutenção dos Bingos.

### **3.5.1.2 II CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (2006)**

A II CNE ocorreu em Brasília-DF, no período de 04 a 07 de maio de 2006 com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte”. Os dados oficiais informam que foram realizadas 326 conferências regionais ou municipais, que envolveu 2.242 Municípios. Foram eleitos 846 delegados entre eles 68,7% eram homens e 31,48% eram mulheres. Em relação a I CNE houve um aumento significativo de municípios participantes.

Teve como objetivo aprofunda a discussão sobre a Política Nacional de Esporte, visando (re)construir o Sistema Nacional de Esporte, levando em consideração as esferas local, municipal, estadual e federal, os poderes instâncias e instituições, procurando avançar na articulação dos agentes que atuam na área.

Os Eixos proposto para II CNE foram os mesmo do Sistema Nacional de Esporte e Lazer:

Eixo 1 - Estrutura: organização, agentes e competências

Eixo 2 – Recursos Humanos e Formação

Eixo 3 – Gestão e controle social

#### Eixo 4 – Financiamento

O debate partiu do já aprovado na I CNE e dos documentos apresentados na Coletânea de Texto<sup>86</sup> e segue a mesma tônica deles, que em alguns momentos os tornam repetitivos. Por isso, passaremos a expor a essência e os destaques dos textos.

#### **TEXTO I: ORIENTAÇÕES PARA O DEBATE DOS EIXOS DO SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE E LAZER**

A intenção expressa na introdução do texto que dá direção para conferência era que

A II Conferência Nacional do Esporte deve refletir sobre a (re)construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer reconhecendo os graves problemas que impedem o desenvolvimento do esporte no país, tais como: a) o enorme número de brasileiros excluídos da prática do esporte, a qual, potencialmente, representa uma forma privilegiada de promoção do desenvolvimento humano, b) a falta de condições materiais objetivas para que a população brasileira em geral pratique esportes, c) o reduzido número de atletas de alto rendimento e de modalidades esportivas praticadas no país, d) a falta de aproveitamento das condições naturais para prática esportiva que o país apresenta – montanhas, rios e lagos, mata atlântica, quase nove mil km. de praias e outras, e) a falta ou precário estado das instalações esportivas escolares entre outros. (BRASIL, 2006, p. 6)

Tal constatação feita pelo próprio ME em 2006, ainda reflete a realidade brasileira de hoje, não avançamos no enfrentamento desses problemas. O alarmante é que parece que eles não mais existem e não são de responsabilidade do ME, já que a prioridade agora é ser uma potência olímpica.

Logo em seguida apresentamos os Eixos já mencionados, que aparecem no documento com um texto introdutório e questões geradoras sobre os temas.

Eixo 1 - Estrutura: organização, agentes e competências.

Destaque para definição das competências dos agentes envolvidos no setor do esporte e lazer. Incluem as entidades representativas dos movimentos sociais, citando até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

---

<sup>86</sup> A Coletânea de Textos era composta por: Apresentação; Texto I – Orientações para o debate dos Eixos do Sistema. Anexo – Resolução de Criação do Sistema Nacional de Esporte Lazer; Texto II – Fundamentação sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Texto III – Relatório do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Texto IV – Considerações sobre o Projeto de Lei do Estatuto do Esporte e; Texto V – Política Nacional de Esporte.

Indica para uma descentralização do sistema, já alertei anteriormente pode ser uma armadilha, se não for garantida as condições objetivas, necessidade de cada agente, considerando as desigualdades sócio-econômicas, regionais e organizacionais do país. Temos como exemplo os problemas causados pela descentralização da saúde e educação, na qual municípios não têm arrecadação adequada para garantir um serviço público de qualidade.

## Eixo 2 – Recursos Humanos e Formação

O sistema nacional é uma articulação das entidades, instituições e organizações sociais e seus sujeitos que se organiza a partir de pactos e adesões, se materializa com a ação de cada uma delas e, não, como uma estrutura concreta, com sede própria, foro e corpo funcional, sejam esses funcionários contratados, cedidos ou concursados (BRASIL, 2006, p. 9).

O Eixo aponta que são as pessoas que fazem o sistema. O debate sobre esse tema encontra-se mais aprofundado no texto III. Destacamos a definição do termo “Agentes Sociais do Esporte e Lazer” para tratar os diversos recursos humanos da área. Ressalta-se ainda a caráter multiprofissional, multidisciplinar e interdisciplinar. A formação novamente merece destaque.

## Eixo 3 – Gestão e controle social

Aponta que o sistema de esporte se desenvolverá na medida em que avançar na **universalização do acesso ao esporte e lazer em todas as suas dimensões**, democratizando a gestão com participação e controle social, além de descentralizar as estruturas, materiais e qualificando os trabalhadores.

Vale destaque para palavra **universalização do acesso**, garantir que todos os que queiram praticar esporte e o lazer tenham garantias as condições para isso, em todas as dimensões do esporte.

Aponta os limites da forma vigente de gestão do esporte, principalmente de alto rendimento que mesmo tendo financiamento público e privado, em melhores condições que as outras dimensões do esporte, não conseguem bons resultados em competições internacionais.

Repetem-se os mesmo argumentos de participação popular e controle social que é também, segundo o texto, “criar instrumentos que dêem transparência às ações dos

órgãos, entidades, instituições que recebem financiamento público, ou que utilizam espaços e materiais públicos envolvidos no sistema” (BRASIL, 2006, p. 12).

#### Eixo 4 – Financiamento

Destaca a necessidade de financiamento para prover a prática esportiva para os setores desprovidos de condições de acesso aos direitos, historicamente marginalizados, só não inclui a questão de classe, marginalizados pela condição sócio-econômica.

O documento abre espaço para desresponsabilização do Estado quando coloca a diversificação das fontes dos recursos, através da parceria entre público e privado.

O texto tem ainda um Anexo, a “Resolução de Criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, que tratado na apresentação da análise da I CNE. Por isso, não abordaremos aqui.

### **TEXTO II: FUNDAMENTAÇÃO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER**

Trata-se de “uma provocação inicial para os debates da II Conferência e um convite para aqueles que reconhecem o esporte e o lazer como direitos de todos, a se juntarem ao movimento que quer tornar esse preceito legal uma realidade na vida do povo brasileiro” (Brasil, 2006, p. 22).

Trata da concepção de sistema que não é funcionalista, entendendo-o repleto de contradições próprias da ordem social em que está inserido. O objetivo do sistema é universalizar o acesso ao esporte e ao lazer em todas as suas dimensões.

Apresenta o aporte legal, mas aponta para ajustes na forma e conteúdos. Principalmente apresenta um debate conceitual sobre as chamadas três manifestações do esporte expressa na Lei Nº 9.615/98. Em seguida, apresenta os desafios para construção de um novo sistema.

Parte da caracterização do sistema atual, que é voltado para alto rendimento e só envolve o Governo Federal. Apresenta ao longo do texto algumas questões relevantes sobre o sistema associadas os desafios apresentados ao final do documento, elencarei os principais:

1. Falta de articulação entre os entes da Federação (União, Estados e Municípios);
2. Financiamento tem que ser ampliado com recursos públicos. A questão crucial. Na prática o esporte tem como fonte principal de recursos as loterias. Mas, contraditoriamente, o texto aponta como saída à concessão de

benefícios fiscais para o setor privado (empresários) com o intuito de criar uma nova cultura, fase de transição, de investimento no desenvolvimento do esporte. Na crença que o setor privado vendo o bom negócio, o esporte de alto rendimento passe a ser custeado pelo setor privado e com isso redistribuir recursos públicos para as outras dimensões do esporte;

3. Concepção de Estado como provedor que deve normatizar e fiscalizar a aplicação das leis. Aponta a necessidade de superar a velha tutela estatal, com autonomia dos envolvidos, mas não independentes.
4. Criação de espaço para efetivação da intersetorialidade;
5. Administração pautada pela participação, transparência e controle social;
6. Ciência e tecnologia para qualificar o sistema, com fomento a produção do conhecimento;

Vale destacar sobre financiamento, o argumento claro para destinação de recursos para iniciativa privada, com nome de benefícios fiscais, que mais adiante servirá de suporte para aprova a atual Lei de Incentivo ao Esporte, na qual a maior parte dos recursos, quase na totalidade, vai para o esporte de alto rendimento. A conhecida política de isenção fiscal.

### **TEXTO III: RELATÓRIO DO I FÓRUM NACIONAL DO ESPORTE ELAZER**

Este texto é fruto das discussões do I Fórum Nacional do Esporte e Lazer, realizado por iniciativa do Ministério do Esporte, de 19 a 21 de outubro de 2005, cujo principal objetivo era de promover o debate sobre o Sistema Nacional de Esporte e construir uma proposta para subsidiar as discussões na II Conferência Nacional do Esporte e Lazer.

As recomendações são semelhantes ao já aprovado na I CNE, o texto anteriormente apresentado já que esse texto do Fórum (2005) serviu para elaboração dos textos anteriores (2006). Importante a inclusão do texto para termos condições de vermos o amadurecimento das elaborações e as contradições.

Foi organizado em grupos de trabalho que indicaram novamente a ruptura com a lógica piramidal do esporte de alto rendimento, superação com a dinâmica excludente do atual sistema que cria contradições entre a perspectiva coletivista de vida em sociedade e reforça a visão individualista e seletiva de esporte.

Teve um grupo de trabalho específico com tema lazer que sustentou a idéia de um Sistema Nacional de Lazer ou que de contemplar suas diversas dimensões no Sistema

Nacional de Esporte e Lazer. Mas avalia que na situação o mais adequado é compor o Sistema Nacional de Esporte.

Aparece novamente a questão da inclusão social, intersectorialidade e a discussão dos eixos: a) Agentes e Competências; b) Gestão e Controle social; c) Financiamento e; d) Recursos humanos e Formação. Elementos já considerados em outros documentos já apresentados.

Sobre as conferências a posição do Fórum é que se tornem a maior instância deliberativa da área do esporte e que as etapas estaduais e municipais tivessem autonomia para discutir e deliberar sobre seus sistemas e não só eleger delegados para participar das etapas superiores.

Sobre o financiamento indicam que os recursos destinados ao esporte dentro do orçamento da União passe dos atuais 0,2% para 1,5% nos próximos cinco anos. Apontando a necessidade de uma definição. Tem um trecho que merece destaque: “o Sistema Nacional de Esporte muito ressaltado em todos os documentos relativos ao deverá ser pautado em preceitos que assegurem recursos públicos para interesses públicos, sob gestão democrática e com controle social [...]” (p.39).

#### **TEXTO IV: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE PROPOSTO PELO ESTATUTO DO ESPORTE**

O texto trata-se de uma crítica ao Projeto de Lei do Estatuto do Esporte, PL N° 4874/2001, de 19 de junho de 2001, de autoria do Deputado Silvio Torres (PSDB), que já mencionei anteriormente. Tal projeto - que de diante das críticas, posição do relator Deputado Gilmar Machado, (PT/MG) e da opção política do governo em ir legislando o setor do esporte de acordo com a conveniência – ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Do texto original do PL que era de caráter reacionário, pouco se manteve.

De acordo com o documento as principais críticas ao PL N° 4874/2001 são:

1. Ênfase no esporte de alto rendimento;
2. Insere o termo “de base” que pode indicar a aplicação de recurso, prioritários para o esporte educacional, nas categorias de base do esporte de alto rendimento;
3. Não faz referência a participação da sociedade, nem controle social sobre o financiamento;
4. Estrutura, praticamente, o Sistema do Esporte de Rendimento e não Sistema Nacional amplo.

O PL do Estatuto divide o Sistema Nacional do Esporte em 4 subsistemas que são apresentados no texto para subsidiar a discussão na II CNE, sendo eles: Subsistema do Esporte de Rendimento, do Esporte de Participação e de Lazer, do Esporte Educacional e Subsistema do Esporte Militar.

A linha da crítica é correta, além de o PL prevê a criação do Fundo de Promoção do Esporte Educacional e de Base (FUNDESPORTE) que propõe os incentivos fiscais para pessoa física e jurídica, o que prejudica a arrecadação do Estado e, conseqüentemente, a destinação dos recursos para áreas sociais.

## **TEXTO V: POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE**

A II conferência também se baseia na Resolução nº 05 do Conselho Nacional de esporte, aprovada em 14 de junho de 2005, que foi entregue aos delegados, como texto IV “Política Nacional de Esporte”.

O documento toma como ponto de partida o preceito constitucional, artigo 217 que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um (...)” e apresenta como princípios da Política Nacional de Esporte: 1) Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; 2) Do Esporte e do Lazer como direito de cada um e dever do estado; 3) Da universalização e inclusão e; 4) da democratização da gestão e da participação. Bem semelhantes ao esboçado na I CNE<sup>87</sup>, mas demonstram um amadurecimento dos eixos do Sistema Nacional de Esporte.

Já em relação às diretrizes da Política Nacional de Esporte podemos constatar uma diversidade grande e que partem de concepções de esporte completamente distintas, são eles: a) Universalização do acesso e promoção da inclusão social; b) Desenvolvimento humano; c) Ciência e Tecnologia do Esporte; d) Promoção da Saúde; e) Paz e Desenvolvimento da Nação; f) Desenvolvimento Econômico; g) Gestão democrática: participação e controle social e; h) Descentralização da Política Esportiva e de Lazer.

Sobre esse documento Melo (2011) destaca:

Um aspecto ressaltado no documento “Política Nacional de Esporte” (BRASIL MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005) que merece maior destaque é ação articulada entre Ministério do Esporte e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com vistas a possibilitar “... o financiamento de projetos sociais por

---

<sup>87</sup> Por essa razão não faremos a exposição da análise da mesma forma que a da I CNE.



meio de incentivo fiscal legal” (BRASIL- Ministério do Esporte, 2005, p. 15). Isso implica que os chamados projetos esportivos sociais possam receber recursos via Fundo Nacional para a Criança e Adolescente (FNCA), a partir da criação da chamada Comissão de Chancela aos Projetos Esportivos Sociais, no interior do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Essa comissão no interior do referido Conselho poderá conferir chancela a programas de esportes para jovens e crianças, desde que registrados no Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente da cidade sede. Isso indica que os organismos na sociedade civil ou órgãos estatais contemplados com a chancela possam obter recursos com o que edital chamou de “doadores”, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas. Esse mecanismo tornou possível que o doador tenha controle exato de qual programa receberá os recursos de sua doação, ao invés de uma doação genérica ao Fundo Nacional da Criança e Adolescente (BRASIL-MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004b) (MELO, 2011, p. 291).

Por fim, nas propostas aprovadas na plenária da II CNE por eixo não existe muita discrepância em relação ao que está expresso nos documentos preparatórios (Coletânea de Textos) entregues antes da conferência. Cabe destaque a maior influência do CONFEF, chegando à definição de que ao profissional de Educação Física cabe “Desenvolver as atividades do âmbito de sua atuação privativa, conforme regulamentação dessa profissão”. Índícios de que os setores reacionários começam a (re)tomar o terreno aparentemente perdido na I CNE. Ainda, como pudemos contatar os *slogans* de democracia, participação, controle social e inclusão social continuam presentes com força nas resoluções. No documento analisado não havia menção a moções aprovadas.

Logo após a conferência foi aprovada a Lei da Bolsa-atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte sobre essa última a ilustração a seguir

Quando da aprovação da Lei, a ex-jogadora de basquete “Magic” Paula alertou para o perigo de os recursos serem apoderados pelos setores já organizados do EAR [Esporte de Alto Rendimento]: “Todo mundo está achando o máximo, mas esta lei deve ser para poucos. Quem é a favor diz tratar-se de uma vitória após anos de luta. Na prática, as empresas vão querer investir em quem aparece na TV... E quem aparece na TV já tem patrocínios”. Ao que outro famoso ex-atleta Bernard Rajzman respondeu: “Acho prematura esta preocupação (de que os recursos irão sempre para os mesmos). Até porque a lei não permite que atletas profissionais sejam beneficiados. Isso exclui o futebol, segundo a lei brasileira. Nossa prioridade é a formação de atletas e a prática esportiva de base e nas escolas. O esporte de alto rendimento vai se beneficiar mais diretamente no futuro, com a chegada desses novos talentos que serão formados” (DREWNICK, 2007). Tudo indica que Paula fez “cesta de 5 pontos” e que Bernard “errou feio o saque”. Um ano depois foi confirmado que o São Paulo Futebol Clube conseguiu captar R\$ 12,7 milhões junto às empresas Nestlé e a Porto Seguro para três projetos nas categorias de

base (novo alojamento, construção de arquibancada, centro de recuperação e fisioterapia) (SPNET, 2008). Na seqüência veio o COB com R\$ 25,9 milhões da Petrobras e o CPB com R\$ 1,94 milhões da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Alguns clubes já têm projetos aprovados: o Minas Tênis Clube irá receber R\$ 4,2 milhões, o Atlético Mineiro outros R\$ 3,8 milhões. Até o momento o ME já liberou R\$ 53,5 milhões e o teto aprovado é de R\$ 78,9 milhões (REDAÇÃO, 2008). Este é o problema: quando outros setores conseguirem se organizar e estruturar projetos para envio ao ME, provavelmente o limite já terá se esgotado. (BUENO, 2008, p. 236-237)

A Lei de Incentivo ao Esporte saiu como o maior ganho da II CNE, mas quem mesmo ganhou com a aprovação dessa Lei? Por certo não foram os que lutam pela universalização do esporte.

### **3.5.1.3 III CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE (2010)**

A III CNE “Por um time chamado Brasil” ocorreu em Brasília-DF, no período de 03 a 06 de junho de 2010 com o tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Os dados oficiais informam ter sido a maior conferência realizada pelo segmento e contou com a participação de 220 mil brasileiros e brasileiras de 3.112 municípios de todas as regiões e unidades da federação. Em relação a I e II CNE houve um aumento significativo de municípios envolvidos, além do número de participantes, cerca de 1.500, entre delegados, palestrantes e convidados.

Vale destacar que o tema escolhido para III CNE foi relacionado ao Esporte de Alto Rendimento e Megaeventos esportivos<sup>88</sup>, o que foge bastante da linha – Desenvolvimento humano e Construção do Sistema Nacional de Esporte – estabelecida nas conferências anteriores. Além de só ocorrer após 4 (quatro) anos de realização da II conferência, desrespeitando as deliberações da I e II conferências que estabeleciam a periodicidade bienal para o evento.

O grande objetivo da III CNE fica bastante claro no tema, construir um Plano para em 10 anos colocar o Brasil entre as 10 potências olímpicas e paraolímpicas do mundo. Resumidamente, as linhas estratégicas estão subordinadas ao objetivo do Esporte de Alto Rendimento, todas as ações devem ter essa meta no horizonte. Não é a

---

<sup>88</sup> Observamos que as decisões para que o Brasil fosse cede da Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 não foram retiradas dos debates nas conferências. Decisões essas ligadas aos interesses econômicos dos setores reacionários do esporte (COI, COB, FIFA, CBF, entre outras) e políticos do governo.

toa que setores reacionários como o CONFEF<sup>89</sup> e confederações ganham mais espaço nessa conferência.

As linhas estratégicas adotadas foram:

- Sistema Nacional do Esporte e Lazer;
- Formação e Valorização profissional;
- Esporte, Lazer e Educação;
- Esporte, Saúde e Qualidade de Vida;
- Ciência, tecnologia e Inovação;
- Esporte de Alto Rendimento;
- Futebol;
- Financiamento do Esporte;
- Infraestrutura esportiva;
- Esporte e Economia.

Foi entregue um material em uma pasta, extremamente rico aos participantes, com uma coletânea de textos organizada em três volumes, contendo toda a produção do ME desde 2003, mais caderno intitulado “Texto Básico.

- a) O Caderno I – onde se encontram todas as produções oriundas da I CNE.
- b) O Caderno II – onde se encontram todas as produções oriundas da II CNE.
- c) O Caderno III – onde se apresentam os programas e ações do Ministério. E ao final apresenta um texto para relatar “a experiência de disputa, preparação e realização de grandes eventos multiesportivos internacionais, atividade que impacta em todas as ações do ME” (BRASIL, 2010, p. 66). Ou seja, um texto para justificar a mudança bruta de rota do ministério e preparar o terreno, elogiando os eventos já realizados, para construir os consensos necessários para atender essa demanda do capital em detrimento da universalização do acesso ao esporte e lazer.

Castellan comenta sobre a questão:

---

<sup>89</sup> Ver publicação na página do CONFEF <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3878>, onde se vangloria pela valorização do profissional de Educação Física que é citado pelo ex-presidente Lula na abertura da conferência e podemos contatar que a palavra “profissional de Educação Física” que trás consigo uma concepção de divisão da área, reserva de mercado, aparece várias vezes nas resoluções da III CNE. Nas anteriores o termo que aparecia era agente social de esporte e lazer, que tentava englobar todos os trabalhadores do setor.

O texto começa com a campanha para sediar a Olimpíada de 2016, e aponta que o Governo federal foi envolvido pela disputa após a decisão já ter sido tomada pela Prefeitura e Governo do Estado do Rio. Em nenhum momento o texto aponta a influência do Comitê Olímpico Brasileiro, Internacional, ou de qualquer outra Federação, Confederação, Associação ou organização de direito privado no processo. Passa-se a impressão de que a decisão do Governo de apoiar a candidatura do Rio de Janeiro à sede do evento vem a reboque da decisão tomada em instâncias inferiores do Estado. Uma interpretação possível para a fala de que o governo federal terias e envolvido na organização dos Jogos Olímpicos de 2016 somente após esta decisão já ter sido tomada pela prefeitura e governo estadual do Rio de Janeiro, é que se trata de um documento feito para justificar o tema da III CNE. Temos que lembrar que as duas Conferências anteriores não apresentaram nem mesmo um informe sobre o tema, e como num “passe de mágica” todo o tema da III CNE é dedicado ao esporte de alto rendimento e aos Mega Eventos (CASTELLAN, 2010, p. 106).

Nas considerações finais do caderno III é colocada a questão de que o Esporte passou a ser uma “política de Estado” e que os próximos dirigentes encontram o setor estruturado e com um orçamento quatro vezes maior. Além de exaltar os benefícios dos megaeventos, finaliza utilizando o *slogan* de democratização do acesso ao esporte e lazer com qualidade social.

- d) Texto Base – no qual se encontra o texto sobre Plano Decenal e orientações aos participantes sobre o funcionamento da conferência e proposições para “Linhas Estratégicas”, Ações e Metas. Chamou atenção no texto foi a “Palavra do Ministro”, na época o Orlando Silva, que afirma

Nos últimos sete anos construímos a Política Nacional de Esporte, fundamentada em quatro eixos: inclusão social; melhoria da infraestrutura; incentivo ao esporte de Alto rendimento e inclusão do Brasil no seleto rol dos países que se credenciaram a promover grandes eventos esportivos. (BRASIL, 2010, p. 5)

Em nenhum dos documentos oriundos do debate das I e II CNE e nem na Resolução nº 05 do Conselho Nacional de Esporte, aprovada em 14 de junho de 2005, intitulada “Política Nacional de Esporte” encontra-se esses quatro eixos apresentados pelo ministro, uma total desconsideração e falsificação da história. Os princípios presentes na Resolução de 2005: 1) Reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; 2) Do esporte e do lazer como direito social; 3) Da universalização e inclusão social e; 4) Da democratização da gestão e participação.

Contudo, as palavras do ministro parecem ser a política real tocada pelo ministério<sup>90</sup>, a reboque dos interesses privados. Sobre o eixo anunciado sobre a melhoria da infraestrutura deveria ser acrescido de melhoria da infraestrutura para o esporte de alto rendimento, restando apenas o “verniz” que estava faltando da inclusão social, o *slogan* para iludir o povo e ajudar a construir o consenso.

O texto expõe os princípios do Plano Decenal, quais sejam:

- Universalização, inclusão social e desenvolvimento humano pelo esporte;
- Democratização da gestão e da participação popular;
- Esporte como desenvolvimento econômico e nacional;
- Elevação do nível cultural esportivo da população.

Os princípios apresentados estão em clara dissonância com o discurso do ministro e as prioridades anunciadas e executadas. Aproximando-se ao proposto nas conferências anteriores, exceto, o “Esporte como desenvolvimento econômico e nacional”.

- e) Cartilha de orientações– com material para facilitar o trabalho das Comissões Organizadoras Estaduais e Municipais

### **AS DELIBERAÇÕES DA III CNE**

Mais uma vez são elucidativas a “Palavra do Ministro” na abertura do Documento Final. Afirma que III CNE foi um sucesso e que tem a convicção “de que temos um país disposto a se transformar em uma potência esportiva, associando a busca por resultados no alto rendimento com uma base sólida da dimensão educacional e cidadã pelo esporte e lazer” (BRASIL, 2010, p. 7). Deixa claro que existe uma inversão na pauta do ME o esporte de alto rendimento e os resultados estão á frente das demais dimensões.

Outra passagem que chama atenção é quando afirma o contexto de estabilidade econômica e de inserção do Brasil no cenário mundial são fatores propício para impulsionar a cadeia produtiva do esporte. A lógica produtiva, do esporte mercadoria, está explicitamente instalada no ministério. E finaliza de maneira triunfal: “Agora é

---

<sup>90</sup> Apresentaremos alguns dados sobre o financiamento, mais na frente, extraídos dos estudos de Castellan (2010) e Oliveira (2013) que justificam essa afirmação.

hora de ‘arregaçar as mangas’ e colocarmos o Plano Decenal de Esporte e Lazer em prática. Brasil, potência esportiva: Vamos confiantes em direção à vitória!” (p. 7). Sabemos quem vai “arregaçar as mangas”, os trabalhadores brasileiros, mas que por certo não sairão vencedores se essa política prevalecer.

Fizemos a análise das deliberações que constam do material da III conferência levando em consideração as proposições sobre os seguintes aspectos: 1) Financiamento; 2) Legislação; 3) Infraestrutura; 4) Formação e atuação profissional; 5) Produção do conhecimento e; 6) Organização e gestão.

- 1) Financiamento: O estímulo as Parcerias Público Privadas (PPPs). Incentivos Fiscais, com um agravante que não mais para os investimentos em esporte e lazer de maneira ampla, mas para quem investir, com ênfase, em atletas e para-atletas. Prorrogação da Lei de Incentivo ao Esporte até 2025. Criação de um Fundo Nacional para Esporte e Lazer, dele garantir que 10% dos recursos sejam aplicados na seguinte proporção: 5% em Esporte Escolar, 5% em Esporte Universitário, 10% para Federações esportivas e ligas. Num claro privilégio ao esporte de rendimento, nem sequer o esporte de lazer é mencionado.
- 2) Legislação: Foi aprovado elaborar e encaminhar ao Congresso Projeto de Lei para criar Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Esse projeto já tinha sido elaborado e aprovado em 2006 na II CNE? Ou seja, provavelmente vai ser desconsidera a construção do sistema anterior. Propor um projeto de emenda constitucional (PEC) vinculando 2% do orçamento da União; 1,5% dos Estados e Distrito Federal e 1% dos Municípios para esporte e lazer. Importante medida, se garantida à aplicação por entes públicos.
- 3) Infraestrutura: Sempre uma preocupação presente nas conferências, nessa edição pensada para a acessibilidade. Aprovação de propostas de cobrir construções com equipamentos em 100% das instituições públicas de educação básica, 100% dos municípios, sem nenhum prazo estabelecido. Mas quando meta é criar centros de treinamento e pesquisa para esporte de alto rendimento em todas as unidades da federação, o prazo aparece é de cinco anos. E criação de centro esportivo de atletismo em 100% dos estados até 2012. Estou colocando essas questões para demonstrar as prioridades dadas na III CNE. Outro detalhe que aparece em relação à infraestrutura é a “obrigatoriedade da supervisão de profissionais de educação física

graduados, habilitados e credenciados pelo sistema Confef/Cref.” (p. 53) Além da proposta de “implantar academia da cidade”, centros de promoção da saúde e atividade física, que tal vez fosse mais adequada numa conferência de saúde. A preocupação com o lazer desaparece quase que completamente nessa conferência.

- 4) Formação e atuação profissional: Nesse eixo o sistema Confef/Cref atuou fortemente, na verdade eles foram bem organizados e atuaram de maneira articulada em cinco Linhas Estratégicas das dez disponíveis. Esse ação possibilitou a aprovação de: criação, implemetação e efetivação de “uma política de formação continuada e permanente para os profissionais de educação física, que garanta o cumprimento das normas do Conselho Nacional de Educação e do sistema CONFEF/CREF; implementação e apoio a cursos em conformidade com a Lei 9696/98 (p. 35); restrição da atuação ao profissional da educação física por várias vezes no documento; valorização apenas do profissional de educação física devidamente registrado em seu conselho profissional. Praticamente houve uma padronização em relação perfil do profissional que deve atuar, que é profissional de educação física registrado no conselho, praticamente nenhuma referência aos agentes sociais de esporte e lazer. Um tentativa clara de ingerência na formação dada pelas universidade aparece no documento, além querer incidir sobre a Educação Física escolar, colocando a necessidade de garantir no mínimo três aulas semanais. Estímulo ai trabalho e formação em marketing e mídias esportivas, toda uma lógica de formação voltada unicamente para mercado está presente nessa III CNE. Em ataque à autonomia universitária é aprovado que atleta em idade de vestibular terão vagas garantidas nas IES públicas através de cotas. O único ponto de destaque para os trabalhadores foi a de criação de piso salarial nacional para profissionais de educação física e demais que atuem no setor, mas que pode levar a fragmentação da luta.
- 5) Produção do conhecimento: “Ampliar em 100%, a cada 2 (dois), o apoio às pesquisas desenvolvidas pelas redes CENESP e CEDES, visando à progressiva equiparação das duas redes”; As PPPs também aparece como saída para o desenvolvimento dessa linha estratégica. Realizar diagnóstico

do esporte de quatro em quatro anos. Desde a I CNE (2004) que apareceu a proposta de um diagnóstico e até hoje não foi realizado.

- 6) Organização e gestão: A grande preocupação em relação à gestão que aparece várias vezes no documento é desburocratização. A preocupação com a gestão participativa controle social quase não aparecem nas deliberações. Permanece a linha descentralização.

Não podíamos deixar de tratar a Carta de Brasília: Por um Time chamado Brasil! Que afirma que a III CNE “expressou a inteligência coletiva e foi o ápice de um processo de consolidação de importantes consensos iniciado em sua primeira edição, em 2004, e mantido na segunda conferência, em 2006”. (p. 15). Destaca novamente o momento de estabilidade econômica do país, de confiança para investimentos, ou seja, um mercado atrativo, principalmente, hoje com a configuração da crise nos países europeus.

Mesmo numa conferência montada em cima dos interesses do esporte de alto rendimento, com participação forte de setores reacionários, incentivos a privatização, um retrocesso, também, no que se referem às questões conceituais, as “palavrinhas mágicas” ou os *slogans*, **democratização, inclusão social, participação e controle social**, continuam habitando o mesmo espaço, sendo utilizadas nas deliberações aprovadas nos eixos da conferência.

Ao se observar as temáticas e eixos orientadores dos debates das Conferências, percebe-se uma lacuna instigante à curiosidade epistemológica. Existem aspectos que perpassam as temáticas e os eixos e que, historicamente, podemos dizer que caracterizam as contradições e tensões que envolvem as políticas de esporte e lazer no país, tais como a dinâmica da centralização e descentralização, da quantidade e qualidade e do público e privado. (TERRA ET. AL., 2009)

Devemos sim estar atentos a essas contradições, elas são de fundamental importância para apontarmos as tendências e definir o rumo que deve tomar a política de esporte. Vimos claramente o pólo dos interesses privados ganhar força na última conferência (CONFEEF, Sistema “S” e o mercado).

Muitos dos intelectuais que hoje criticam a política das conferências e o rumo que tomou a política de esporte do país foram os que apostaram todas as fichas nas



conferências e arrefeceram suas críticas, principalmente, durante o primeiro governo Lula ou até enquanto estiveram inseridos no Ministério do Esporte.

Outra questão que queremos destacar é que evidenciamos uma mudança mais explícita no rumo da política de esporte, após a decisão de sediar os megaeventos esportivos, em favorecimento às posições reacionárias, privatistas e de privilégio do esporte de alto rendimento. Contudo, essas posições e tendência já apareciam, mesmo que com menor força, desde os documentos e resoluções da I CNE.

Nesse sentido, temos desacordo com as análises de Castelan (2011) e Terra et al.(2009) que apontam uma mudança dos rumos da política só a partir da II CNE. Ainda podemos afirmar que a grande mudança na linha política do ministério se deu não por razões internas ao próprio ME - mudança de equipe, reestruturação das secretarias - mas sim por interesses externos associados aos interesses do imperialismo, questões que nem sequer foram pautadas nas conferências, que foram as decisões do governo em sediar os megaeventos esportivos.

Diante do exposto entendemos que o maior interesse ideológico associado ao esporte hoje é a de formar uma legião de consumidores, que não medem esforços para comprar a camisa do seu clube, um tênis da *Nike*, comprar ingressos para uma partida de futebol, etc. A decisão de realizar os megaeventos esportivos na América Latina, em especial no Brasil, está associada aos interesses econômicos e de controle do imperialismo, expansão de mercado, frente à crise financeira instalada na Europa e nos Estados Unidos.

Os mecanismos de controle, de contenção das massas engendram-se nas arenas do esporte, no caso analisado, nas conferências nacionais. A ampliação da participação dos trabalhadores e de suas organizações nos espaços do Estado faz parte do que Silva (2003) chama de democracia participativa, gestada na Europa dos anos 1960, no bojo da luta sindical e popular, assumida por alguns governos da dita “Nova Esquerda” e que ganha novos contornos na reforma do Estado, inova na forma, mas que conserva o interesse de controle.

O histórico da realização dessas conferências demonstra a enorme distância entre o deliberado em favor da classe trabalhadora, no caso do esporte, no que diz respeito à socialização dos meios de produção da cultura corporal e a política de fato materializada. Os dados apresentados, principalmente, os referentes ao financiamento não nos deixam mentir, a política de esporte implementada hoje no país serve aos interesses do capital.

Com o intuito de adentrar na arena da disputa teórica, no próximo capítulo iremos explicitar as bases teóricas da produção do conhecimento na área da política de esporte, a partir do resultado da análise das 10 (dez) teses e dissertações localizadas sobre o tema.

#### **4. CAPÍTULO III: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E POLÍTICA DO ESPORTE: DAS PREMISSAS TEÓRICAS ÀS PROGRAMÁTICAS.**

O presente capítulo expõe a produção do conhecimento sobre a política de esporte no Brasil, explicitando os nexos e relações entre as bases teóricas e as premissas programáticas para o processo de transição ao comunismo. A análise da produção do conhecimento (teses e dissertações) contribuiu para responder as questões afetas as contradições, tendências e possibilidades das políticas de esporte no Brasil.

Ao analisarmos a produção do conhecimento em uma área específica, temos clareza que é necessário fazê-lo tendo em vista as relações e nexos que tem com o processo mais geral em que os seres humanos, através de um dado padrão de relações, constroem a sua existência. As políticas públicas incidem sobre os rumos do processo de produção do conhecimento ao incentivar determinadas áreas em detrimento de outras. Essa escolha se dá pela correlação de forças decorrentes do enfrentamento entre as classes sociais no sentido de garantir que o Estado assuma, hegemonicamente, como seu os interesses e projetos de uma determinada classe. No sentido inverso a produção do conhecimento pode contribuir para a definição das políticas públicas e potencializar transformações.

Para consubstanciar tal afirmação, estamos nos indagando sobre as tendências, contradições e possibilidades na política de Esporte no Brasil, a partir do marco referencial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Se em governos anteriores o desenvolvimento da política de esporte dava-se diluído em órgãos de governo – no âmbito da educação, cultura, turismo – é a partir desse governo que se constitui um Ministério próprio. Este Ministério enfrenta as seguintes contradições que podem ser localizadas nos diagnósticos realizados sobre o esporte no Brasil, inclusive com dados oficiais<sup>91</sup>:

1. O orçamento e o financiamento – diluído, disperso, insuficiente – em que os recursos aplicados em desporto e lazer atingiram menos de 1% do total das despesas das prefeituras;
2. A ênfase no esporte para poucos, competitivo de alto rendimento – em um país de grande contingente populacional vivendo em condições de pobreza e miséria;

---

<sup>91</sup> Ver o Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais. A pesquisa faz parte de um convênio entre o IBGE e o Ministério do Esporte e foi realizada em 2003, em 5.557 cidades.

3. A falta de profissionais qualificados para trabalhar com Esporte e Lazer – o pessoal ocupado com esporte representava apenas 1,4% em relação ao total de pessoal das prefeituras;
4. As grandes disparidades regionais, no que se refere à produção e difusão do conhecimento, formação de recursos humanos, instalações e equipamentos;
5. A inexistência de um sistema nacional de esporte articulado, que possibilite o desenvolvimento e universalização das práticas esportivas e de lazer;
6. A reduzida produção e difusão do conhecimento científico acerca das políticas públicas de esporte e lazer;
7. A concentração de programas de pós-graduação e recursos para pesquisa na área, no sul e sudeste do país, mantendo históricas desigualdades regionais;
8. As escolas públicas do nosso país não estão preparadas para atender as necessidades relacionadas ao Esporte e Lazer – 88% das escolas públicas municipais não possuíam instalações esportivas;
9. Os programas e projetos desenvolvidos são insuficientes para enfrentar estes desafios.

A produção do conhecimento na sociedade capitalista é fortemente influenciada pelas políticas públicas, ao tempo que o desenvolvimento de uma determinada área depende em grande medida do conhecimento que a humanidade produziu ao longo da sua existência que possa viabilizar a apropriação de tal fenômeno.

Assim, o desenvolvimento do campo do Esporte é fortemente determinado pela tendência indicada no conhecimento disponível para a construção de categorias e conceitos que viabilizam a apropriação de tal fenômeno no complexo conjunto de relações e contradições sociais determinantes à possibilidade de acessar determinados bens – sejam eles materiais ou imateriais.

Disso decorre a necessidade de ter presente que o conhecimento científico, na sociedade do capital, torna-se *força produtiva* – quando, o conhecimento produzido, incorporado aos processos produtivos, aumenta a produtividade, o rendimento, a mais-valia, assegurando a acumulação do capital e as condições que o perpetuam; permite a *dominação política* – quando incorporado à sociedade industrial, por uma política de racionalidade científico-tecnológica assumida pelo Estado, determina condições de vida, processos de trabalho, de acesso a bens culturais como educação, saúde, seguridade; e adquire *força ideológica* – quando se submete

aos interesses da classe dominante, mediatizados pelo Estado e expressos em leis, planos, diretrizes governamentais e administrativas. (SOBRAL, 1986, p.287-305).

Ao nos valermos da tese de Sobral (1986), consideramos que é necessário, ao avaliarmos a produção do conhecimento, perguntarmos para quê um determinado conhecimento científico é desenvolvido, quem tem acesso ao mesmo, de que forma o tem, e o que significa sua existência para os seres humanos. Mais: é necessário identificar a tendência histórica expressa pelo Estado através do fomento à produção do conhecimento, que no atual momento histórico se dá, sobretudo em instituições e organizações especialmente constituídas para tal fim.

Tais organizações e instituições sociais sofrem fortes determinações do modo de produção dominante, que também determinam a posição do Estado<sup>92</sup> em relação à luta entre as classes que disputam o poder. Portanto, é necessário analisar o Estado atual em relação à sua posição fundamental no embate entre trabalho e capital.

É neste contexto que as reformas do Estado e os ajustes estruturais no modo de produção adquirem centralidade. Hoje, mais do que nunca, é possível ver as conseqüências dessas reformas e ajustes na forma de gestão, com terceirizações, privatizações, os mecanismos de cooptação e entre outras medidas e nos cortes nos orçamentos públicos.

Os bens culturais, como a educação, o esporte e lazer, inserem-se nesse contexto como mercadorias (MARX, 2002) sendo ainda utilizados como instrumentos privilegiados de controle social e de legitimação das políticas de interesse do capital, tornando-se ramos de negócios dos mais rentáveis, intitulados como mercado de serviços, inserindo-se nos tratados de livre comércio.

Desta forma a universidade, em especial a pós-graduação, no caso a pesquisa, estabelece uma relação, um vínculo direto com mercado. O que desvirtua completamente da idéia original do que seja autonomia e a função da universidade enquanto instituição social, isto é:

[...] uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, o que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUÍ, 1999, p. 217).

---

<sup>92</sup>Para Marx o Estado é uma instituição que tem como função assegurar e manter a dominação e a exploração de uma classe por outra. Mais a respeito ver em BOTTOMORE, (1983).

O processo que vem sendo observado é destruição da autonomia universitária, resumindo-o à questão financeira, ao gerenciamento das receitas e despesas, pensando a universidade como órgão gerador de receitas e captador de recursos externos, avaliada por critérios de produtividade<sup>93</sup>, estabelecidos externamente, que supostamente medem seu desempenho e sua importância na sociedade. Esta nova atribuição dada à universidade influencia fortemente a produção do conhecimento no seu interior. No caso específico do esporte, o conhecimento produzido quase em sua totalidade advém do interior das instituições universitárias, mormente as públicas, como poderemos constatar no quadro, em seguida que apresenta os grupos de pesquisa que tratam das políticas de esporte e o banco de teses e dissertação organizado.

Historicamente um dos problemas centrais para a produção e difusão do conhecimento é a questão do financiamento que na área do esporte e lazer, encontrou na Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, criada no ano de 2003, uma possibilidade de incremento, que devido às prioridades políticas relativas à realização dos megaeventos, sofre com contingenciamento de recursos, mesmo sendo aprovado III CNE a ampliação de investimento na Rede. Além do que, sem enfrentar desigualdades históricas, entre elas as regionais, o processo de captação de recursos para ciência e tecnologia destinados no orçamento do nosso país, acaba mantendo as desigualdades e com isso comprometendo a possibilidade de alterar, significativamente, as condições objetivas para consecução dos objetivos do programa retro citado.

Segundo Gamboa, Chaves e Taffarel (2007, p. 103):

A superação do desequilíbrio regional exige, por um lado, a ousadia e a otimização dos recursos humanos existentes e, por outro lado, a necessidade de políticas públicas, priorizando recursos financeiros para superar essa grave discrepância regional no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação em educação física no Brasil.

Buscamos entender as contradições que estão postas na política de esporte, especificamente, no que diz respeito à produção e difusão do conhecimento (mormente nas instituições públicas de educação superior no Brasil). Nesse sentido, não realizamos a análise da política de esporte descontextualizada das questões mais gerais da política nacional e do mundo do trabalho. Desta forma, nossa posição é de que não era possível

---

<sup>93</sup> Foi instituído pela Lei n.º 10.861/2004 o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

realizar uma análise radical, rigorosa e de conjunto (SAVIANI, 1991) sobre a política de esporte sem considerar o quadro mais amplo onde estas são delineadas.

O núcleo central da reflexão sobre Estado-Esporte gira em torno das contradições explicitadas e realçadas neste momento entre a Política de Esporte e Lazer do Governo Lula e as reivindicações dos trabalhadores na luta de classes e a necessidade histórica de superação do modo de produção capitalista. Este é o eixo central que em torno do qual se articulam outras questões como, por exemplo, os interesses políticos e econômicos de exploração de mercados em expansão – mercado esportivo. (TAFFAREL e SANTOS JÚNIOR, 2007, p. 13).

Afinal de contas se concordamos com Castellani Filho (2007) quando alude para o fato de que a presença do Estado brasileiro nas questões ligadas ao esporte é clara desde a década de 40 do século passado, temos que considerar que desde então os embates travados pela consecução da hegemonia sobre as políticas públicas de forma geral e de esporte, especificamente, vêm se dando majoritariamente entre setores conservadores.

Para Linhales (1996) o confronto central vem se dando entre setores liberalizantes e conservadores – que têm interesses diferentes, mas não divergentes. Isto faz com que nada seja alterado em relação às questões centrais do problema. Muda tudo, para que tudo fique exatamente como estava! Isto significa manter a maioria do povo, em especial a classe trabalhadora, alienado dos bens, historicamente produzidos, na área do esporte, lazer e da cultura corporal.

### **Análise da produção**

Para análise da produção, utilizamos como referências Triviños (2009) e Minayo (2004) para subsidiar a discussão sobre as diferentes abordagens científicas dos fenômenos da realidade, nos apropriamos desses autores na área das ciências sociais que identificam, de maneira geral, o empirismo, a fenomenologia e o marxismo como possibilidades para a produção do conhecimento. Após uma análise preliminar das produções, lançamos mão de Anderson (2004), tendo em vista o volume de trabalhos no campo do marxismo, para que melhor pudéssemos apontar tendências na produção. Tendo esses estudos como referência, mas sem pretender dar conta de uma análise epistemológica profunda da produção, apontamos apenas as tendências, com

base nas concepções de Estado, Política e Esporte, principais referências utilizadas pelos autores na produção do conhecimento sobre política de esporte no Brasil.

Em fevereiro de 2013, foi realizado um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), encontramos 41 (quarenta e um) trabalhos, localizados pelo tópico assunto, com a palavra “políticas de esporte”, expressão exata. Ainda buscamos pela palavra “megaeventos esportivos”, expressão exata, sendo localizados 14 (quatorze) trabalhos.

Após a leitura dos resumos, selecionamos para análise apenas os que tratavam da política de esporte de maneira mais geral, em especial, as que delimitavam a análise da política de esporte adotada pelo governo federal, totalizando 15 trabalhos selecionados, 10 (dez) com a palavra “política de esporte” e 5 (cinco) com a palavra “megaevento esportivo”. Destes 15 trabalhos, localizamos apenas 10 (dez) trabalhos completos, os quais foram utilizados para análise.

Também foi realizada uma busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil - Base de dados do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com as mesmas palavras-chave utilizadas para localizar as teses e dissertações “política de esporte” e “megaeventos” com o intuito de verificar se existe uma relação entre a produção e os grupos de pesquisa.

Foram encontrados 25 (vinte e cinco) Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq, com a palavra “política de esporte”. Após a leitura da repercussão do grupo e linhas, identificamos que apenas 12 (doze) dos grupos trabalham, mais especificamente, com a política de esporte. Esse número vem crescendo nos últimos anos, com exceção de um grupo cadastrado no ano de 1999, todos os demais são cadastrados no século XXI. Sendo eles:

1. **Gr:** [CEPEF - Centro de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer](#) - UFMS  
**Li:** [André Malina](#)  
**AP:** Educação Física
2. **Gr:** [ETHNÓS - Estudos Etnográficos em Educação Física e Esporte](#) - UPE  
**Li:** [Marcelo Soares Tavares de Melo](#)  
**AP:** Educação Física
3. **Gr:** [Grupo de Estudos Olímpicos](#) - UFRGS



- Li:** [Alberto Reinaldo Reppold Filho](#)  
**AP:** Educação Física
4. **Gr:** [Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Educação Física, Esporte e Sociedade \(GEPEFES\)](#) - UNEB  
**Li:** [Itamar Silva de Sousa](#)  
**AP:** Educação Física
5. **Gr:** [Grupo de Pesquisa e Estudos em Gestão](#) - UNIVERSO  
**Li:** [Marcio Barros Dutra](#)  
**AP:** Administração
6. **Gr:** [Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer - AVANTE](#) - UNB  
**Li:** [Fernando Mascarenhas](#)  
**AP:** Educação Física
7. **Gr:** [Lazer e Gestão de Políticas Públicas e Privadas](#) - IFRN  
**Li:** [Marcus Vinícius de Faria Oliveira](#)  
**AP:** Planejamento Urbano e Regional
8. **Gr:** [LEPEL-GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER](#) - UFBA  
**Li:** [Celi NelzaZulke Taffarel](#)  
**AP:** Educação
9. **Gr:** [Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer](#) - UNICAMP  
**Li:** [Lino Castellani Filho](#)  
**AP:** Educação Física
10. **Gr:** [Pedagogia do Esporte](#) - UFSJ  
**Li:** [Renato Sampaio Sadi](#)  
**AP:** Educação
11. **Gr:** [Política Pública e Lazer](#) - UNICAMP  
**Li:** [Silvia Cristina Franco Amaral](#)  
**AP:** Educação Física
12. **Gr:** [Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer](#) - UFRJ  
**Li:** [Victor Andrade de Melo](#)  
**AP:** História

Buscando pela palavra “megaeventos esportivos” foram localizados mais 5 (cinco) Grupos de Pesquisas que não puderam ser identificados na busca anterior com a palavra “política de esporte”. Sendo eles:

1. **Gr:** [GIEL/USP - Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer](#) - USP  
**Li:** [Ricardo Ricci Uvinha](#)  
**AP:** Turismo
2. **Gr:** [Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano](#) - UFF  
**Li:** [Glauco Bienenstein](#)  
**AP:** Arquitetura e Urbanismo
3. **Gr:** [Grupo de Estudos em Gestão do Esporte](#) - USP  
**Li:** [Claudio Miranda da Rocha](#)  
**AP:** Educação Física
4. **Gr:** [Grupo de Pesquisa e Estudos Sociológicos em Educação Física e Esporte \(GPES\)](#) - UFPEL  
**Li:** [Adriana Schüller Cavalli](#)  
**AP:** Educação Física
5. **Gr:** [LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO \(LACTUD\)](#) - UEPB  
**Li:** [Julio César Cabrera Medina](#)  
**AP:** Planejamento Urbano e Regional

Os resultados apontam para a concentração da produção na região sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), a grande maioria vinculada aos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras. Indicamos, inicialmente, que tal evidência pudesse está relacionada ao quantitativo de Grupos de Pesquisas, que possuem as condições objetivas, mestres e doutores, para produção e socialização do conhecimento produzido na área, mas ao final vimos que há essa relação, mas a produção e a relação estabelecida ainda são pequenas, dispersas e nas mais variadas área de conhecimento (programas de pós- graduação em: educação física, educação, administração pública, economia, serviço social, entre outros).

Já os Grupos de Pesquisa encontram-se concentrados, hegemonicamente, na área da Educação Física, a região sudeste também é a que concentra a localização dos

grupos. A região nordeste também tem uma expressão significativa, nas demais regiões também existem grupos, com exceção da região norte que não possui nenhum grupo cadastrado.

Com o intuito de aprofundar a análise da produção foi realizada a leitura dos 10(dez) trabalhos completos (teses/dissertações) selecionados e localizados. Partimos de uma ficha de análise de dissertações e teses construída com o intuito de identificar os objetivos e conclusões principais, as concepções de estado, política, esporte, o critério de cientificidade, evidenciado nas teses/dissertações sobre política de esporte.

Ainda sobre a análise da produção do conhecimento levamos em consideração o material produzido pelo Grupo de Trabalho Temático (GTT -10)<sup>94</sup> do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), podemos destacar o balanço das pesquisas entre 1997 e 2005 no GTT de Políticas Públicas do CBCE, realizada por Húngaro *et al.* (2008), que identifica uma pobreza categorial expressa nos estudos das políticas públicas apresentadas nos congressos da entidade. Levanta indício sobre a ausência de uma disciplina específica sobre Política Social nos currículos de formação da área. E o estudo do GTT-10 em Pernambuco, aponta que:

[...] a política pública é uma temática que vem alcançando legitimação no campo científico da pesquisa sobre educação física, esporte e lazer, inclusive no estado de Pernambuco. Analisar as produções na área é, portanto, tarefa das mais importantes para a qualificação do saber produzido, sua socialização e para a ampliação da nossa intervenção na realidade social (SOUZA; BATISTA E ARAÚJO, 2007)

Nesse sentido, temos a clareza que a análise da produção do conhecimento, deve estar associada à tarefa de interpretação das relações e nexos que esse conhecimento sobre a política de esporte tem com o processo mais geral em que os seres humanos, através de um dado padrão de relações, constroem a sua existência.

Julgamos de profunda importância a produção do conhecimento sobre a política de esporte, tendo em vista que o grau de desenvolvimento do esporte no Brasil precisa ser

---

<sup>94</sup> Mais adiante nos valeremos das análises expressas no artigo “*Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005) – avanços, ausências e perspectivas*” de Húngaro et. al.

conhecido em profundidade<sup>95</sup> para se reestruturar o sistema esportivo nacional de uma forma em que possa, efetivamente, contribuir para universalizar e democratizar a prática esportiva no país.

De início, já é possível apontar que existe uma falta de clareza sobre o grau de desenvolvimento da área do esporte no Brasil, o que indica uma necessidade de realização de um Diagnóstico Esportivo Nacional que permita identificar e hierarquizar os problemas das instituições que compõem o atual sistema esportivo e determinar as estratégias possíveis para solução dos principais problemas detectados, visando consolidar a Política Nacional de Esporte e o mandato constitucional da prática do Esporte como direito, na estrutura de um novo Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Essa Política deverá ser praticada sob uma firme vontade de mudança que se assente na concepção social da universalização e democratização do esporte no país, entendida como apropriação dos meios de produção do esporte pelos trabalhadores, baseada numa consistente política cultural de elevação do padrão educacional esportivo do povo brasileiro, o que significa ampliar a possibilidade de inclusão e qualificação do esporte de alto rendimento e dos seus resultados nessa base.

Desta forma consideramos que a democratização do acesso aos bens da cultura corporal depende da mobilização dos trabalhadores na luta pelos seus interesses (redução da jornada de trabalho, acesso a outros direitos sociais, saúde, educação, emprego, etc.), inclusive no que tange a produção e socialização de conhecimentos (teoria) que permitam compreender o esporte numa perspectiva de totalidade *conditio sinequa non* para perspectivarmos mudanças profundas na direção política das ações ligadas ao campo.

Com essa intenção, passaremos a apresentar a análise das teses e dissertações<sup>96</sup> localizadas por estarem no banco de Capes. Decidimos organizar a exposição por ordem cronológica, mesmo não tendo sido esse o percurso da investigação, para que possamos acompanhá-lo o desenvolvimento histórico da produção.

---

<sup>95</sup> Durante o processo de doutoramento tivemos que modificar a intenção de pesquisa inicial que trataria das conferências e conselhos estaduais de esporte, devido à quase total ausência de dados que pudessem substanciar a tese com dados empíricos. O próprio Ministério do Esporte desconhece ou não quis fornecer as informações solicitadas, repassando os contatos dos gestores estaduais, que por sua vez não responderam aos contatos. Os que responderam só possuem dados referentes à sua gestão, informando que os antigos gestores levam as documentações quando saem dos cargos. Nas páginas dos governos estaduais essas informações também não foram localizadas, dificultando muito as pesquisas nesse campo.

<sup>96</sup> Deixaremos disponível um banco de dados, como anexo da tese, com todas as teses e dissertações localizadas, bem como o quadro analítico construído no processo da pesquisa.

**1. Dissertação de Meily Assbú Linhales (1996) - "A Trajetória Política do Esporte no Brasil: Interesses envolvidos, Setores Excluídos".  
Orientação: Sérgio de Azevedo**

A dissertação foi defendida no programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Apesar de sabermos de outros estudos já realizados no Brasil acerca da política de esporte, que a própria autora cita em sua obra, o estudo de Linhales é de fundamental importância porque reúne uma série de elementos, do ponto de vista histórico, ainda não expressos nas obras que a antecederam.

Teve como objetivo “analisar o esporte enquanto um fenômeno constitutivo das relações políticas que se estabelecem entre o Estado e a Sociedade, tendo como cenário cerca de cem anos da Trajetória Política do Esporte no Brasil”.

A posição teórica da pesquisadora se expressa mais explicitamente quando descreve qual o modelo teórico que utilizou para análise das políticas sociais que foi o modelo teórico de ALBER<sup>97</sup>. O modelo define quatro grandes correntes, dividida entre as abordagens pluralistas e marxistas, ambas se subdividem em duas outras vertentes, as funcionalistas e as conflitualistas. Inicialmente a autora apresenta os elementos da abordagem pluralista e suas vertentes, pluralista-funcionalista e pluralista-conflitualista. Depois as características centrais da abordagem marxista e suas vertentes, marxista-funcionalista e marxista-conflitualista.

Na abordagem pluralista o desenvolvimento de políticas sociais é visto como consequência do processo de diferenciação e modernização da sociedade, que exige do Estado à intervenção para garantir o bem-estar dos indivíduos. Os pluralistas-funcionalista acreditam que a urbanização e a industrialização geraram rupturas nos vínculos comunais de solidariedade, o que justifica a necessidade das políticas sociais. A ação do Estado é entendida como uma tutela social aos indivíduos possuidora de uma função preventiva e sistêmica para garantir o bom funcionamento da sociedade.

Estes princípios básicos da vertente pluralista-funcionalista podem ser observados como preceitos orientadores da “*Carta Européia do Esporte Para Todos*”, elaborada pelo Conselho da Europa em 1975. De acordo com CAVALCANTI, que pesquisou a influência do

---

<sup>97</sup> Nota de rodapé, número 19, utilizada pela autora na dissertação. “ALBER, *apud* CASTRO, Maria Helena G. de. *Estado e Políticas Sociais: principais abordagens teóricas*. Belo Horizonte, IRHJP/FAE/MEC. Nov/1988 (mimeo).

fenômeno Esporte para Todos no Brasil, essa Carta teve, na época, influência decisiva. Impulsionou o desenvolvimento de políticas nacionais de esporte, além de favorecer a ampliação dos segmentos sociais que deveriam usufruir de atividades físicas e esportivas. (...) Nos termos apresentados, o desenvolvimento de políticas sociais para o setor esportivo pode ser entendido como iniciativa do Estado para uma sociedade composta por indivíduos imersos no processo de urbanização/industrialização. Embora a idéia de uma atividade para todos se ancore em princípios de igualdade, a efetiva extensão e abrangência dessa ação pública fica condicionada à "modernização", que, por sua vez, determinará "a medida do possível".

Já a vertente pluralista-conflitualista apóia-se também na idéia que a diferencial social justifica a ação do Estado, mas apresenta diferentes formas de interpretação. Para os também chamados neopluralistas, a crescente modernização da sociedade gerou a ampliação da mobilização social e política. Assim, a intervenção do Estado nos programas sociais representa o grau de influência das organizações sociais (associações, sindicatos, partidos, etc.). Com base em MARSHALL, uma das principais expressões da vertente, "os direitos sociais são entendidos como o último estágio na construção histórica da cidadania, precedidos pelos direitos civis e políticos". As intervenções do Estado servem ao estabelecimento inevitável da cidadania, própria das sociedades modernas.

Em uma análise sobre o lazer na França, Roger SUE destaca importantes aspectos que guardam estreita relação com os princípios que caracterizam essa abordagem pluralista-conflitualista. Para esse autor, *'A generalização ou, se preferir a democratização das diversões, constitui uma característica essencial do lazer moderno, que odistingue do lazer como se concebia em épocas anteriores. (...) A generalização das diversões não teria sido possível sem um reconhecimento institucional, por parte do Estado, do direito ao lazer. (...)*

Mais adiante, o autor destaca o aspecto da mobilização social como fator importante ao desenvolvimento de políticas de lazer. Afirma que: *"Em certo sentido, 1936 representa a data de nascimento de uma política de lazer na França. (...) Os acordos Matignon entre o governo e os sindicatos foram a origem de leis sociais fundamentais para o desenvolvimento das diversões".* Quando se refere, especificamente, às ações públicas relativas ao esporte, Roger SUE também deixa evidente a estreita relação entre a ação do Estado e a demanda social: *A promoção dos desportos se inscreve em uma política global de saúde e de atividades ao ar livre. Se construíram muitas instalações desportivas com a finalidade de democratizar a prática dos esportes. [Várias ações desenvolvidas dão] uma idéia da magnitude do esforço por fomentar a diversão que se mostra comoa mais imediatamente popular: o esporte".*

Para autora, embora reconheça a dimensão do conflito social, essa vertente apresenta limites por vincular-se a matriz pluralista. Por considerar o desenvolvimento dos direitos (civis, políticos e sociais) de maneira "linear" e "natural", a ação do Estado pode ser vista como expressão histórica de algo natural e o progresso tido como inevitável. Ainda afirma que se a ideia de direito ao lazer e ao esporte começa a ter legitimidade a partir da vertente pluralista-conflitualista, já na perspectiva marxista-funcionalista isso não ocorre.

Prossegue sua exposição destacando que diferentemente da abordagem pluralista a abordagem marxista de análise de políticas sociais, sustenta sua argumentação a partir da categoria 'classe social'. A regra é interpretar a ação do Estado em programas sociais como decorrentes do desenvolvimento do capitalismo, onde o Estado de Bem-Estar é uma necessidade do capital para garantir a sua acumulação e regular os conflitos próprios da sua estrutura social excludente. Destaca a semelhança entre os funcionalistas-pluralistas e os funcionalistas-marxistas, já que ambos entendem o desenvolvimento de políticas sociais como ação preventiva e sistêmica para o processo de conservação do capitalismo. Contudo, a vertente marxista-funcionalista argumenta que o Estado interventor através das políticas sociais objetiva fortalecer o mercado e a reproduzir a força de trabalho. “Nesse sentido, programas sociais são interpretados como salários indiretos de dupla função: legitimar e proteger a acumulação, ao mesmo tempo em que garante a "paz social" por meio de sistemas sociais que controlam as classes trabalhadoras”.

Essa interpretação marxista-funcionalista da relação esporte-Estado, bem como os diferentes matizes que a compõem, guarda estreita relação com o fato de que o esporte moderno se desenvolveu no mesmo contexto em que se processou a industrialização do trabalho. Segundo RIGAUER, o esporte assumiu características correlatas ao trabalho industrial, tais como a racionalização técnica, a fragmentação do processo produtivo, a hierarquização e burocratização das organizações, a valorização exacerbada da disciplina e da competição, entre outros aspectos dominantes da sociedade capitalista industrial. (...) Alguns argumentos de BRACHT ilustram os aspectos centrais desta vertente, quando analisa a atuação do Estado no desenvolvimento de políticas sociais para o setor esportivo no Brasil. Para esse autor, *‘A função básica do Estado nas sociedades capitalistas (...) é garantir a reprodução do capital. Por isso, o esporte será objeto de atenção do Estado em função de sua maior ou menor contribuição nesse processo: seja via promoção da reprodução da força de trabalho, seja provocando efeito estabilizador como*

*atenuador de tensões sociais...*”.Nessa perspectiva, a ação do Estado no setor esportivo é interpretada como tendo função estrutural de legitimação do modo de produção capitalista. Assim sendo, é entendida como intervenção inevitável, porém limitada, na medida em que é dirigida, prioritariamente, às classes trabalhadoras, como estratégia de regulação da participação/exclusão no mercado de trabalho e no capital social.

A vertente marxista-conflitualista (ou neo-marxista)aponta em outra direção argumenta “que a compreensão da ação do Estado no setor social não pode ser diretamente deduzida da estrutura socioeconômica”.Mesmo levando em consideração os aspectos estruturais ordenadores das sociedades capitalistas, o que essa vertente privilegia são as relações de forças conflitantes travadas entre os diferentes segmentos sociais. A institucionalização de um determinado setor de política social é sempre fruto das demandas sociais que se legitimam por meio das pressões e do nível de organização das classes sociais.

Partindo de tais premissas, pode-se afirmar que a probabilidade de o Estado desenvolver ações sociais de interesse da classe trabalhadora está diretamente vinculada aos recursos de poder de que esta classe dispõe, por meio de suas organizações associativas, sindicais ou partidárias, para interferir no processo de transformação social. Nesse sentido, a vertente marxista-conflitualista reconhece o peso dos fatores políticos como elemento capaz de oferecer legitimidade democrática tanto ao processo de consolidação dos direitos sociais, quanto à conseqüente atuação do Estado no sentido da realização desses direitos. Entretanto, reconhecer e levar em consideração a dimensão política não significa desatenção aos fatores socioeconômicos que dão sustentação ao capitalismo, na medida em que o processo de desenvolvimento do Estado Social por vias democráticas encontra-se estruturalmente dependente das exigências funcionais do processo de acumulação. OFFE & RONGE problematiza nessa questão quando afirmam que“... *o estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação do poder político: segundo sua forma institucional este poder é determinado pelas regras do governo democrático-representativo;segundo o seu conteúdo, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação.*Assim, quanto à forma institucional, pode-se afirmar que as demandas organizadas para o desenvolvimento de políticas sociais, bem como sua efetiva realização por parte do Estado,funcionam como elementos legitimadores do capitalismo. Isso ocorre na medida em que os mecanismos democráticos de representação de interesses reforçam a lealdade dos demandantes aosistema, condição necessária para a garantia da estabilidade econômica. Essas são as regras do jogo (LINHALES, 1996, p. 28-36).



A autora, enfim, se posiciona:

Tendo esses elementos da abordagem marxista-conflitualista como referência, pode-se afirmar que a histórica luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho constitui uma importante conquista de classe no interior do capitalismo. Entretanto, essa libertação parcial do trabalho, bem como a demanda pelo direito ao tempo livre, dela decorrente, não significou, ainda, a legitimação do lazer, ou do esporte especificamente, como setores de políticas sociais. O percurso que aqui realizei em torno das diferentes interpretações sobre os padrões de relacionamento esporte-Estado não tem a pretensão de ser conclusivo. Essas interpretações foram por mim priorizadas em função do interesse específico em problematizar ao cesso ao esporte como um direito social. O que considero relevante no esquema analítico proposto por ALBER é o reconhecimento de percepções diferenciadas tanto entre os liberais (pluralistas) quanto entre os marxistas. Por outro lado, considero que o esquema até aqui utilizado não é capaz de incluir a diversidade dos padrões de relacionamento entre esporte e Estado. Nesse sentido, outras perspectivas analíticas são também merecedoras de destaque, na medida em que, não se ocupando do esporte como um direito social, apresentam outros padrões de relacionamento (LINHALES, 1996, p. 36-37).

Em nossa análise, que pese à concordância com alguns dos elementos esboçados pela autora - inclusive nos ativemos mais a exposição do seu trabalho em relação aos demais a serem apresentados por ter amparo teórico amplo no campo da sociologia - concepção de Estado social e a ênfase dada à política e suas relações, sem considerar as determinantes do modo de produção, distanciam a autora das análises marxistas.

Tal distanciamento restringe a análise da autora, quando não consegui explicitar a relação do Estado brasileiro com o modo de produção capitalista no decurso histórico analisado. A categoria modo de produção só aparece citada uma vez na tese quando a autora descreve a posição de Bracht (1989). Destacamos ainda a ausência da categoria de análise luta de classes que possibilitaria a autora definir com maior precisão quem são os chamados “excluídos” e por que eles são. Por certo, não é só por uma questão de interesses políticos, mas, sobretudo, econômicos que esses setores são “excluídos”<sup>98</sup>.

Com base no referencial adotado a autora concluiu que se torna evidente uma fragilidade da condição do esporte enquanto direito social

[...] quando se problematiza os limites e possibilidades presentes em sua consolidação como setor de políticas públicas, tendo como referência analítica as perspectivas que se apresentam para a democratização da política pública no setor, constata-se que a

---

<sup>98</sup> Sobre inclusão e exclusão ver Kuenzer (2004) e Figueiredo (2011).

ausência de projetos políticos igualitários e redistributivos tem sido uma constante, facilitando, assim, o trânsito daqueles interesses orientados pela seleção, para exclusão e pelos particularismos.

Para autora aqui reside à centralidade da questão: os “interesses orientados pela seleção, para exclusão e pelos particularismos” são facilitados pela ausência de projetos políticos igualitários e redistributivos. Indagamos: se tais projetos políticos existissem alteraria a condição dos “excluídos”? E de que forma?

Sobre o esporte a autora compreende-o como “fenômeno social tipicamente moderno, o esporte conquistou lugar de destaque no universo das práticas culturais de movimento”(idem, p. 8). Aproxima-se com essa definição das concepções que compreendem o esporte enquanto cultura de movimento ou cultura corporal de movimento.

**2. Tese de Jamerson Antônio de Almeida da Silva (2005) - “Política de esporte e lazer como educação emancipatória da juventude contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares”. Orientadora: Celi Nelza Z. Taffarel**

A obra foi defendida na Universidade Federal da Bahia, no programa de pós-graduação em Educação. A tese consiste numa pesquisa-ação realizada no município de Recife, junto à política de esporte e lazer, da qual o autor era o principal gestor. Teve como objetivo “investigar as contradições e possibilidades de uma política de esporte e lazer contribuir para a educação emancipatória da juventude, tendo em vista o fortalecimento das classes populares na luta por uma nova hegemonia”.

O autor anuncia que analisará “as relações entre o jovem, o tempo livre e o lazer na era da máquina programável sob hegemonia do sistema do capital”, a partir de uma pesquisa-ação realizada no programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, política pública de esporte da cidade do Recife.

O estudo aponta possibilidades de uma política pública contribuir com uma educação emancipatória da juventude, ligadas as seguintes condições:

(1) a existência de uma gestão democrática e popular que esteja em sintonia com os referenciais normativos da política de esporte e lazer; (2) orçamento adequado às necessidades do projeto; (3) equipe gestora e de educadores capacitada para o trabalho coletivo e militante; (4) formação continuada como espaço sistemático de reflexão e reordenação da política pública e não como “mera capacitação”; (5) contato permanente com as inovações científicas no setor; (6) sistematização de uma proposta pedagógica clara e que garanta a unidade das ações pedagógicas; (7) a extrapolação das ações para outros espaços políticos de disputa do governo da cidade.

Sobre a concepção de Estado, entre as diversas referências que teve contato, o autor afirmar que a abordagem gramsciana foi a que mais contemplou, visto que “sua análise do Estado nas “sociedades complexas” sempre objetivou encontrar/construir armas e estratégias para construção da hegemonia de um novo projeto civilizatório realizado pelos trabalhadores”. (p. 52)

A opção do autor apresenta-se no campo do marxismo trabalha com a categoria modo de produção, Estado, luta de classes e relaciona as questões teóricas com as premissas programáticas apontando possibilidades superadoras. Trabalha o esporte e lazer relacionados, sem apresentar fragmentação no conceito. O autor chega aos seguintes resultados:

[...] apesar da precariedade da “máquina administrativa” ter prejudicado significativamente sua execução, o projeto desenvolveu uma política de acumulação de forças no sentido democrático e popular, na medida em que contribuiu para o fortalecimento e criação de novos organismos juvenis de hegemonia, na formação cultural de quadros orgânicos vinculados às classes populares, na conquista e ampliação de direitos no âmbito do esporte e lazer, e na elevação da consciência de classe da população.

Alguns dos resultados anunciados pelo autor carecem de dados empíricos que possa sustentar tais as afirmações. Tal procedimento fragiliza o potencial da base teórica

materialista dialética utilizada pelo autor, já que pra essa base teórica a prática é o critério para verificação da verdade.

### **3. Tese de Luiz Fernando Camargo Veronez (2005) - Quando o Estado Joga a Favor do Privado: As Políticas de Esporte após a Constituição de 1988. Orientador: Lino Castellani Filho**

A obra foi defendida na Universidade Estadual de Campinas, no programa de pós-graduação em Educação Física. A tese consiste que as mudanças ocorridas no setor esportivo depois da Constituição de 1988 ficaram muito aquém do esperado pelos segmentos que vislumbravam a possibilidade de que parcelas maiores da população pudessem participar mais amplamente no esporte tendo em vista sua universalização como direito social.

Vale destaque para os objetivos da nossa tese, a análise realizada pelo autor, mesmo sem apresentar muitos dados empíricos, sobre a pesquisa em políticas públicas. Afirma terem ocorridos avanços nas pesquisas, no setor esportivo brasileiro, creditados:

(a) a inserção da área de Estudos do Lazer no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas e, nesta área, da linha de pesquisa Políticas e Diretrizes de Ação da Educação Física, Esporte e Lazer, que proporcionou a realização de diversas dissertações e teses sobre o tema. Podemos agregar aqui os estudos científicos realizados tematizando o setor e desenvolvidos em outros programas de pós-graduação, especialmente nos de Educação e Ciências Sociais; (b) a criação, em 1997, de instâncias organizativas denominadas Grupo de Trabalho Temático (GTT) na estrutura do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e, entre esses, o GTT Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. Conforme observamos na página eletrônica do CBCE, os GTTs foram criados para reunir “pesquisadores com interesses comuns em temas específicos”, para serem “pólos de reflexão, produção e difusão de conhecimento acerca do referido tema” e, por fim, “pólos sistematizadores do processo de produção de conhecimento com vistas à parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE”; (c) a realização de diversos eventos científicos e fóruns de debates tematizando o assunto, entre eles o Congresso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace); a Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto promovida pelo Congresso Nacional; o Simpósio Nacional de Educação Física, promovido pela Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas-RS; O Seminário Lazer em Debate, promovido pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais; O Encontro Nacional de Recreação e Lazer, promovido por universidades em conjunto com entidades do sistema S; (d) a tematização do assunto em periódicos científicos, como a *Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte* (RBCE); a revista *Motrivivência*, vinculada ao Centro de Esportes do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina; a

revista *Movimento*, vinculada à Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a revista *Licere*, vinculada ao Centro de Estudos do Lazer e Recreação da Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais;(e) a produção editorial que, em alguns casos, a partir da década de 1980 passou a publicar diversos títulos que tinham no tema “políticas públicas” abordagem direta ou indireta. (VERONEZ, 2005, p. 132-133)

Contudo, o autor verifica que existem problemas na produção, a maior parte pode, quando muito, ser considerada de natureza descritiva ou estudos de caso, ficam na forma de relatos de experiências das gestões de programas nos níveis de governo municipal e estadual e na iniciativa privada, sem problematizar as ações do ponto de vista científico.

Mesmo com todos os “avanços” apontado pelo autor e os problemas por ele também elencados no ano de 2005, tais problemas persistem, o que Húngaro et. al.(2008) apontam como pobreza categorial expressa na produção sobre políticas públicas. Afirmamos que após análise da produção (teses e dissertação) compartilhamos. Essa situação é muito grave, mesmo diante dos esforços empreendidos, os problemas de natureza teórica persistem, o que obviamente tem reverberação práticas na área, e testemunham, em certa medida, contra todos os avanços anunciados pelo autor à época.

O estudo do autor traz, na contramão desses problemas, uma consistente base teórica no campo do marxismo, aproximando-se da concepção de Estado em Poulantzas (2000), ou seja, a de que sua ação não pode ser reduzida à dominação política. (p. 352)

O autor não deixa clara a sua concepção de esporte, nem apresenta possibilidades frente às constatações feitas com tanta propriedade<sup>99</sup>, chegando à conclusão que o Estado joga a favor do privado e que não foi construída uma nova cidadania esportiva no país, como alguns acreditaram ter ocorrido após a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988, durante o período analisado pelo estudo (1988-2002), o esporte como direito social continuou a ser uma questão em aberto. Questão que hoje continua em aberto.

#### **4. Tese de Luciano Bueno (2008) - “Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento”. Orientador: Fernando Luiz Abrucio**

---

<sup>99</sup> Caberia até um estudo comparativo dos dados apresentados pelo autor em 2005 com os que temos hoje, mas não foi foco da nossa análise.

A tese foi defendida na Fundação Getúlio Vargas, no programa de pós-graduação em Administração Pública e Governo. Procurou investigar sobre a predominância e/ou hegemonia histórica do esporte de alto rendimento e os embates recentes, a partir da Constituição de 1988, para mudar esta situação. Partiu das seguintes questões: 1) A coalizão pró-EAR (Esporte de Alto Rendimento) ainda se apresenta como predominante no cenário esportivo institucional ou vem perdendo força, espaço e influência (poder) devido a ascensão da coalizão pró-EPE (Esporte Participativo e Educacional) desde o período de democratização, especialmente com a CF88?; 2) A coalizão pró-EPE já é capaz de influenciar e/ou ocupar posições institucionais chaves para a formatação de nova agenda esportiva governamental?; 3) O Ministério do Esporte e a reestruturação institucional promovida pelo mesmo já se mostra capaz de alterar o padrão da política pública esportiva do predomínio do EAR?

Para respondê-las utilizou-se da estrutura teórica da *Advocacy Coalition Framework (ACF)*, modelo norte-americano proposto para o estudo da produção e modificação das políticas públicas. Apresenta uma série autores (Elias, Brohm, Bourdieu, entre outros) para tratar da relação Esporte-Sociedade e aproxima-se das teorias funcionalistas, onde a política pública é resultado da ação de coalizões dentro do subsistema, no caso o esporte. Ausência da categoria modo de produção e luta se classes, tem uma visão fragmentada do esporte e assume uma posição de “neutralidade”. Chega a algumas constatações relevantes, sem, portanto, aponta proposição ou modificações para política de esporte no Brasil. Apresentarei, em seguida, rapidamente as conclusões do autor.

Confirma uma manutenção da força da coalizão pró-EAR, com base na evolução dos gastos, mesmo se considerar apenas os gastos do ME com os programas finalísticos sem o Pan 2007. Neste primeiro caso a percentagem passa de 21% no último governo (FHC) para 45,3% no atual (Lula). Considerando os recursos para o Pan 2007, via ME, sobre para 68,6%, se considerar todos os gastos da União chega a quase 80%. Ainda conclui que A coalizão pró-EPE pouco influenciou na agenda esportiva governamental vide o volume de recursos de cada secretaria para executarem seus programas. Outro fator é a de posição institucional é a representatividade entre as três categorias de manifestação esportiva dentro do órgão superior de aconselhamento, o atual Conselho Nacional do Esporte, o maior número de representantes é do EAR. Por fim, a reestruturação institucional promovida não alterou o padrão da política pública esportiva

de predomínio do EAR. Com base nos dados anteriores e por uma razão lógica e simples, não há maior interesse político do governo na reversão do padrão. Segundo o autor

a orientação do atual governo e do PC do B na decisão para o melhor investimento político foi o do maior apoio e fortalecimento do EAR devido sua inigualável capacidade midiática e de mobilização popular, o que significa popularidade ao governo.(BUENO, 2008, p. 257-261)

**5. Dissertação de Bárbara Schausteck de Almeida (2010) – “O Financiamento do Esporte Olímpico e suas relações com a política no Brasil”. Orientador: Wanderley Marchi Júnior.**

A obra é defendida na Universidade Federal do Paraná no programa de pós-graduação em Educação Física, com o objetivo de tratar do financiamento do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Evidencia a dependência governamental dessa entidade para promover eventos esportivos e para sua própria manutenção. Utiliza como referência a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, principalmente os conceitos relacionados aos campos. Consta que o COB recebeu de 2005 a 2008, R\$ 389,7 milhões de recursos públicos. Além disso, as ações ligadas ao COB foram os principais alvos de investimento do governo federal em esporte e lazer, como meio de promover o governo e o país. Para a exibição mundial, não basta o investimento de impacto no público interno, mas tem que se investir em esporte de rendimento, como em sediar megaeventos esportivos. Já o COB precisa do governo federal, para sua promoção e visibilidade, tanto no critério financeiro como no apoio a projetos, como se deu na candidatura das Olimpíadas do Rio 2016. Entende que a relação entre COB e governo federal são de adversários cúmplices: cada um possui interesses específicos, mas um depende do outro para atingir os objetivos desejados.

A autora considera o Estado “como um conjunto de campos administrativos ou burocráticos no qual ocorrem lutas entre os agentes que irão legislar e regulamentar práticas diversas por meio de normas e políticas, e que possuirão, assim, o “monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 169).” (ALMEIDA, 2010, p.27). Sua concepção de esporte também se baseia em Bourdieu, como fenômeno moderno que se localiza na luta “pela tentativa do ‘monopólio de

imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva” (ALMEIDA, 2010, p. 34). Esporte como meio potencial de conquista simbólica podendo se transformar em capital político. Visão fragmentada e que apenas constata a situação do financiamento do esporte sem apresentar possibilidades superadoras.

Chega à conclusão, entre outras, que o esporte olímpico brasileiro, no período observado, foi financiado principalmente pelo governo federal. Não somente o COB, mas todas as confederações brasileiras utilizam recursos federais de alguma forma.

#### **6. Dissertação de Lia Polegato Castellan (2010) – “As conferências nacionais de esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)”. Orientador: Lino Castellani Filho**

A obra foi defendida na Universidade Estadual de Campinas no programa de pós-graduação em Educação Física. O Objetivo do trabalho é refletir sobre o alcance das Conferências Nacionais de Esporte como espaço de formulação da política da área e em que medida isso ocorre. Utiliza como referência a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, principalmente o conceito de campo. Analisou, no período de 2003 a 2010, documentos, leis, outros dispositivos políticos e normativos da área de esporte e lazer, entrevistas, questionários, matérias jornalísticas e o Orçamento Federal. Utilizamos essa referência com interlocutora no capítulo anterior, por ser o único trabalho que trata das conferências nacionais de esporte. A autora conclui que as deliberações das Conferências estão presentes em algumas leis aprovadas, mas não tem expressão nos gastos do governo.

Parte das idéias de Muller & Surel (1998) para definir a função do Estado que é deter o poder de aplicação da violência legítima. “Isso transparece quando o uso da força é explícito (segurança pública) ou quando é potencial. É fato que o monopólio do uso da força é uma especificidade do Estado, e para a Copa este monopólio está sendo usado e sua legitimidade está sendo renovada” (CASTELLAN, 2010, p. 77). Resume a função do Estado, isolando-o das relações com o modo de produção capitalista.

Instiga o debate crítico sobre as conferências, mas reconhece enorme importância de ter esses espaços “para a sociedade e o governo se encontram para debater assuntos de interesse nacional e deliberar sobre políticas públicas” (p. 24) e ao mesmo tempo conclui no trabalho que existe uma incoerência entre o Orçamento executado e os dispositivos legais.



Esta incoerência a nosso ver reforça a tese de que as Conferências podem estar sendo usadas para ocupar uma parcela do campo do esporte e lazer preocupado em debater e modificar os rumos das políticas públicas da área no Brasil, enquanto o orçamento demonstra que a política real, implementada de fato, segue sendo construída à revelia de Conferência ou qualquer outro documento produzido no período. (p. 134).

Faz a crítica de maneira oscilante, que legitima o espaço de construção de falsos consensos. Ainda, não conseguimos visualizar uma posição teórica mais consistente sobre a questão do Estado e da política. A relação da política com o modo de produção capitalista inexistente, e não se faz menção à categoria luta de classes, fato que limita análise da autora sobre a política de esporte, mas não deixa de dar importante contribuição para explicitação da contradição entre o discurso e a prática do ME, entre a teoria e prática dos intelectuais.

Por fim, sobre o esporte apenas aponta a sua possibilidade de contribuir para superação do modo social vigente, além de assumir no trabalho uma visão fragmentada das dimensões do esporte.

#### **7. Dissertação de Luiz Mário Behnken (2010) – “Jogos Pan-americanos de 2007: uma avaliação social”. Orientador: Paulo Emílio Matos Martins**

A dissertação foi defendida na Fundação Getúlio Vargas no programa de pós-graduação em administração pública. Teve como objetivo “verificar até que ponto os impactos e o legado da implementação dos Jogos Pan-americanos de 2007 alteraram as condições sociais e a forma de utilização do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro” (BEHNKEN, 2010, p. 6). Analisa os gastos estatais, segundo a metodologia de O’Connor (1977), com base nas funções de acumulação e legitimação na intervenção estatal, com o intuito de identificar os favorecidos e os desfavorecidos pela política pública efetivada. Os resultados apontam para um aprofundamento da desigualdade social e urbana, a partir das transferências de recursos públicos para iniciativa privada.

Parte de uma concepção clara de Estado como base na compreensão marxista:

[...] o Estado capitalista, não é nem uma entidade natural, nem neutra, nem eterna, mas o produto histórico de certas relações de produção vigentes em um momento concreto da história da humanidade. A realização do Pan/2007, entendido aqui como resultado de uma

decisão governamental, pede uma compreensão na perspectiva do conflito de classes no processo de política pública (BEHNKEN, 2010, p. 12).

O autor chega, entre outras, às seguintes conclusões: a) que os Jogos Pan-americanos de 2007 proporcionaram uma transferência de R\$ 2,8 bilhões de recursos públicos para poucos. Pois, é evidente que foram os setores econômicos e sociais pertencentes às classes de renda mais altas os mais beneficiados; b) os gastos estatais no Pan/2007 criaram enormes carências nas ações governamentais de interesse social como urbanização, transporte coletivo, habitação e o próprio esporte. Além dessas ações ligadas ao Pan/2007 não devemos esquecer que outras ações de igualmente interesse social como educação, saúde e saneamento também tiveram seus orçamentos diminuídos para favorecer a realização do megaevento; e por fim; c) os Jogos Pan-americanos de 2007 aumentaram a desigualdade social e urbana no Rio de Janeiro.

As principais referências utilizadas, na sua maioria, são alocadas no campo do marxismo, o que nos permite reconhecer uma posição crítica da realidade social, no conceito de Estado e pelo método de análise utilizado. Entende que o esporte é comumente imbuído de valores culturais de cada sociedade, sua prática é universal e está associado aos mais altos valores humano. (idem. p.38), mas adverte com base em Proni que se observa uma progressiva mercantilização do esporte, não apresentar uma visão fragmentada com base nas dimensões. Contudo, o autor não apresenta proposições superadoras, apenas constata, separando as premissas teóricas das premissas programáticas.

#### **8. Tese de Adriana Machado Penna (2011) – “Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista” Orientador: Silene de Moraes Freire**

A tese foi defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no programa de pós-graduação em Serviço Social. Teve como objetivo abrir um debate sobre o papel do esporte contemporâneo junto ao processo de alienação humana sob o domínio do capitalismo monopolista e do fortalecimento da ideologia dominante.

Considera o Estado enquanto burguês que atende as necessidades do capital nas mais variadas formas e principalmente na desregulamentação das condições de trabalho, nos processo de privatização atingindo as questões sociais que contribui diretamente para desorganização e esvaziamento da luta da classe trabalhadora.

O esporte segundo a autora segue a mesma linha, sendo uma instituição burguesa inserida nas normas, idéias e estratégias inerentes ao modo de produção capitalista, parte do processo de mascaramento da “questão social”. Afirmo ainda que as condições impostas pelo capitalismo na sua fase monopolista ocultam a natureza dialética do esporte, transformado em instrumento de alienação. Questionamos a autora, se não seria o caso de explicitar esse movimento, apresentando possibilidades de utilização de instrumento poderoso para emancipação e não mais para alienação? Tais constatações podem levar a interpretações reprodutivistas, que pode incidir sobre a disputa ou não disputa da classe trabalhadora para acessar a esse patrimônio cultural, chamado esporte.

A autora traz dados extremamente ricos sobre a realização dos megaeventos esportivos, transferência de recursos públicos para iniciativa privada. Utiliza-se do referencial marxista, usa as categorias modo de produção, Estado e luta de classe, contudo, tenho desacordo com algumas conclusões a que chega a autora, como por exemplo, sustentar a tese do refluxo das lutas dos trabalhadores. As lutas estão cada vez mais difíceis, frente a crise das direções, ausência de partidos revolucionários, entre outras, nisso temos acordo, mas daí a concluir sobre o refluxo é desconsiderar o ocorrendo em todos os âmbitos da luta de classes<sup>100</sup>. Baseamos-nos na teoria da revolução permanente, onde caracterizamos que vivemos um período pré-revolucionário, de transição, conforme já explicado no primeiro capítulo da tese, onde os processos contra-revolucionários e os processos revolucionários andam juntos, dialeticamente.

**9. Tese de Luiz Alberto Costa Junqueira (2011) – “Impactos econômicos dos megaeventos esportivos: uma abordagem econométrica”.  
Orientador: Naercio Aquino Menezes Filho.**

A tese foi defendida no Instituto de Ensino e Pesquisa, no programa de mestrado profissional em Economia. Teve como objetivo verificar a existência da relação entre ser sede de um Mega-Evento e a variação positiva do Produto Interno Bruto de um país. Considerou os Megaeventos - Copa do Mundo da FIFA e os Jogos Olímpicos. Vale-se do embasamento econométrico, empírico-analítico, para confirmar ou refutar a hipótese

---

<sup>100</sup> Remota das greves e mobilizações no Brasil, como a greve de 2012 dos professores e servidores federais. Enfrentamentos na Grécia e outros países na Europa e na América Latina.

central do trabalho: “de que para se promover os Megaeventos serão necessários investimentos públicos e principalmente privados substanciais em infra-estrutura e serviços, que criarão condições para o país se modernizar ainda mais, culminando na melhoria das condições para toda a população, não só aquelas mais próximas dos centros que atenderão aos jogos, resultando numa modificação no padrão de crescimento histórico (de 1900 a 2008) de países que organizaram os Megaeventos, analisando-se a tendência de crescimento antes e depois do evento”.

Após análise, não consegue comprovar estatisticamente, ou seja, não se pode “atestar que a realização de Jogos Olímpicos ou de Copa do Mundo de Futebol da FIFA traz um crescimento do PIB”.

Não apresenta concepções sobre Estado, Política e Esporte, trata do objeto de maneira isolada e estatisticamente, tendo em vista a natureza da pesquisa, em bases positivistas.

**10. Tese de Marcelo Paula de Melo (2011) “Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje”. Orientador: Carlos Nelson Coutinho.**

A tese foi defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no programa de pós-graduação em Serviço Social. Tendo como objetivo principal “identificar o papel dos esportes na nova fase de dominação burguesa, implicando na busca das possíveis contribuições das políticas de esportes no apassivamento das lutas populares nesse contexto de agudização das contradições decorrentes da atual lógica de acumulação capitalista”.

Considera o Estado enquanto educador que trabalha para atender as necessidades da classe dominante. Tratando da política o autor considera contraditória que pode ser modificada de acordo com as condições objetivas impostas pelas necessidades humanas, uma vez que é na correlação de força, ou seja, no antagonismo entre as classes sociais que surge diferentes formas de políticas. Entende o esporte enquanto direito social, mas amplia seu conceito, vejamos:

Os esportes são uma das principais formas de lazer de considerável parcela da população, seja como praticante e/ou como espectador de

alguma manifestação esportiva. Tanto quanto outros campos das políticas sociais, os esportes assumem uma tripla condição de ramo de valorização do capital, estratégia das classes dominantes de obtenção do consenso dos trabalhadores e objeto de reivindicação por parte da classe trabalhadora da vivência esportiva, tanto do espetáculo esportivo, como de condições objetivas de praticar esportes.

Apresenta muitos dados sobre os organismos internacionais, além das explicações sobre o, chamado, “terceiro setor” e suas relações com o Estado e a política de esporte Sobre o assunto destacamos:

Antes de haver uma retirada do Estado na oferta de suas políticas sociais, o que se observa é a entrada em cena de organismos na sociedade civil- classificada pelos intelectuais orgânicos dominantes de “terceiro setor”- na execução dessas políticas. Contudo, tanto a formulação quanto o financiamento das políticas sociais seguem sendo estatais, de forma direta e indireta. Com a política de parceria, abre-se um campo de trabalho que emprega considerável parcela da força de trabalho, além de atrelar o atendimento de uma série de demandas sociais da população à atuação de algum projeto social executado por uma ONG, Fundação empresarial ou mesmo ação social caritativa em nome de alguma pessoa física (artista, esportista, etc.). [...] E também no campo das políticas de esporte (MELO, 2005; 2007a; SILVA, 2007).[...]. As ditas ONGs e movimentos sociais com interesses em temáticas e demandas desvinculadas do conjunto das relações sociais capitalistas passam a ser o modelo de participação política. [...]. Por conta disso, a natureza da participação política das classes dominantes e dominadas passa por alterações. Devendo parte da obtenção do consenso em torno de uma concepção de mundo burguesa, à atuação dos seus intelectuais orgânicos e de intelectuais tradicionais convertidos ao seu projeto societal e educacional, também não se deve esquecer o movimento de desestruturação da organização popular em torno da concepção de mundo revolucionária que se processa desde as décadas iniciais do século XX. Contudo, como indicam Neves e Martins (2010, p. 34) “... esta desorganização, entretanto, não tem significado atomização da classe trabalhadora, mas sim uma redefinição de sua inserção na arena política contemporânea (MELO, 2011, p.160)

As principais referências utilizadas são alocadas no campo do marxismo, apresenta uma crítica consistente ao modo de produção capitalista, ao Estado e a política de esporte.

### Quadro Síntese das concepções

Ref.	Modo de Produção	Concepção de Estado	Concepção de Política	Concepção de Esporte
D-1	Não	Estado social	Pluralista-conflitualista	Direito social - Cultura de Movimento
T-2	Sim	Estado ampliado	Luta de classes	Esporte Alienação Esporte fator de desenvolvimento humano
T-3	Sim	Estado condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes”	Luta de classes	Direito social
T-4	Não	Não	Resultado da ação de coalizões dentro do subsistema	Dimensões do Esporte
D-5	Não	Estado monopólio violência legítima	Campo	Subcampo e meio potencial de conquista simbólica
D-6	Não	Estado monopólio violência legítima	Não	Direito social
D-7	Sim	Estado capitalista	Luta de classes	Esporte mercadoria
T-8	Sim	Estado burguês	Luta de classes	Instituição burguesa
T-9	Não	Não	Não	Não
T-10	Sim	Estado ampliado / educador	Luta de classes	Política social

O balanço da produção do conhecimento sobre a política de esporte, ora apresentado, aponta, em que pese os avanços alcançados e anunciados nas pesquisas (VERONEZ, 2005 e SOUZA, BATISTA E ARAÚJO, 2007), que ainda é preciso empreender esforços para tratar cientificamente dos problemas afetos à área.

Num período de dezessete anos, o primeiro registrado em 1996 até hoje, não são muitas as teses e dissertações que poderiam empreender um aprofundamento nas análises, diante da pobreza categorial destacada por Húngaro et. al. (2008) nos trabalhos do GTT no CBCE, mas que também vislumbramos no quadro anteriormente apresentado.

Um número significativo dos trabalhos 50% (cinquenta por cento) utilizam a categoria modo de produção, fundamental para compreender seus determinantes sobre a forma de organização do Estado e da política. Ainda encontramos trabalhos em nível de pós-graduação que não apresentam suas concepções de Estado, nem de política e até de esporte. Encontramos posições de “neutralidade” científica nos estudos analisados.

Por outro lado um número significativo de trabalhos, 50% (cinquenta por cento) também, pode ser localizado no campo do marxismo, entendido aqui com o campo que reúne as obras de Marx, Engels e de outros autores que continuaram a sua obra. O autor mais utilizado é Gramsci. Alguns podem ser classificados como marxistas, mas não apresentam a leitura mais diretamente do próprio Marx e Engels, julgamos imprescindível, nesse momento de acirramento da luta de classes em escala planetária, que a classe trabalhadora se aproprie das idéias revolucionárias dos dois autores, além do Lenin que formularam suas obras no calor da luta dos operários contra a burguesia.

Vejamos o que pensa Trotsky no livro “Em defesa do marxismo” sobre o materialismo dialético:

Naturalmente, o materialismo dialético não é uma filosofia eterna e imutável. Pensar em outra coisa seria contradizer o espírito da dialética. O desenvolvimento ulterior do pensamento científico criará, indubitavelmente, uma doutrina mais profunda na qual o materialismo dialético entrará simplesmente como material estrutural. No entanto, não existe nenhuma base para se esperar que esta revolução filosófica se realize sob o decadente regime burguês, sem mencionar de o fato de que um Marx não nasce todos os anos nem em todas as décadas. A tarefa de vida ou de morte do proletariado não consiste atualmente, em interpretar de novo o mundo, mas de refazê-lo, de cima para baixo. Na próxima época podemos esperar grandes revoluções de ações, mas dificilmente um novo Marx. Somente sobre a base de uma cultura socialista a humanidade sentirá a necessidade de revisar a herança ideológica do passado e sem dúvida nos superará não só na esfera da economia, como também na criação intelectual. O regime da burocracia bonapartista da URSS é criminoso não só porque cria uma desigualdade sempre crescente em todas as esferas da vida, mas também porque degrada a atividade intelectual do país à abjeção dos desenfreados imbecis da GPU. (TROTSKY, s/n, p. 99)

A décima primeira tese de Feurbach também é ilustrativa, nesse sentido estendemos a crítica a quase todas as produções analisadas. É recorrente uma separação entre a teoria e o programa da revolução, “a teoria marxista só assume seus contornos mais adequados na medida em que esteja em relação direta com um movimento revolucionário de massas” (ANDERSON, 2004, p. 128).

Anderson afirma que existe um processo de desfiguração da tradição marxista, o que denominou de marxismo ocidental, gerador de mais que uma miséria de teoria, que é uma miséria de estratégia. Alerta, ainda, que a “reflexão marxista sobre o marxismo” é reconhecer os caminhos do materialismo histórico em qualquer período, que deve se situar nas relações onde se dão “as lutas de classe nacionais e internacionais que o caracterizam, e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentos de pensamento” (p. 149).

A ruptura entre a teoria e prática, desloca os espaços de intervenção marxista dos sindicatos e partidos, para a academia, institutos de pesquisa e universidades, o autor aponta como precursores deste deslocamento os teóricos da Escola de Frankfurt, inaugurada no final dos anos de 1920, início dos anos de 1930. Esse deslocamento alterou significativamente o foco do marxismo ocidental que passou a secundarizar as análises sobre o Estado burguês e seus determinantes econômicos, quase desapareceu a discussão estratégica das vias para construção do socialismo (ANDERSON, 2004, p. 151-152).

Concluimos afirmando que todas as considerações apresentados por Anderson, cabem perfeitamente na crítica à produção do conhecimento na área da política do esporte no Brasil. Tais premissas (análise do Estado burguês e seus determinantes e da discussão estratégica para construção do socialismo) são fundamentais para explicar e intervir nas arenas do esporte. Toda a produção teórica no campo do marxismo deveria primar por explicar o real e apresentar possibilidades diante das constatações, não esquecer da pergunta: que fazer? Sabido, óbvio, que nem toda análise possibilitará apresentar alternativas de imediato.

No próximo capítulo tratamos à luz do até então exposto das possibilidades da política de esporte, apresentando o que pode ser um programa de reivindicações transitórias, imediatas e históricas, para a classe trabalhadora que alie premissas teóricas e programáticas.



## **5. CAPITULO IV – A DISCUSSÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DA POLITICA DE ESPORTE NO BRASIL NUM PERÍODO DE TRANSIÇÃO.**

Passaremos a expor as possibilidades para a política do esporte em um período pré-revolucionário de transição para o modo de produção comunista, com base nos conteúdos contraditórios identificados na produção e reprodução de um bem cultural chamado esporte.

A prática esportiva e a política de esporte não se reproduzem mecanicamente da estrutura social em dado momento histórico, mas são limitadas, condicionadas, determinadas pelo modo de produção vigente. Portanto, não estão isoladas das determinações históricas. As análises que assim procedem não contribuem para dar explicações científicas, desvendar o real concreto e apontar possibilidades.

Assim, por possibilidade, entendemos as formações materiais, propriedades, estados, que não existem na realidade, mas que podem manifestar-se em decorrência da capacidade das coisas materiais (da matéria) de passar umas nas outras. A possibilidade realizando-se, transforma-se em realidade, e é por isso que podemos definir a realidade como possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial. (CHEPTULIN,1982, p. 338)

As possibilidades de superação do conhecimento e da prática social alienada na área do esporte, passa pela apropriação pelos trabalhadores dos meios de produção do esporte (tempos-espacos, materiais-técnicas e conteúdos-métodos) e pela utilização prática de uma teoria do conhecimento que explique as bases sobre as quais erguem as problemáticas do esporte contemporâneo e do processo revolucionário.

Portanto, as lutas por uma política de esporte que atendam aos interesses dos trabalhadores e das amplas massas fazem parte da luta histórica de superação do reino da necessidade e da conquista do reino da liberdade. Para Oliveira (2010, p. 24) “as políticas públicas são um instrumento para projetar o tipo de homem que uma determinada sociedade precisa”. Nesse sentido,

Quando se fala em esporte, não se pode deixar de enxergá-lo em sua dimensão pedagógica, e, como a educação é um bem cultural, a prática esportiva é muito mais que deslocamentos pelo espaço, saltando, nadando e batendo recordes. É produção de cultura em seu sentido mais amplo. É processo de cultura no seu sentido mais amplo. É processo de produção de consciência saudável, em que os jovens competem, sim, mas aprendem a jogar com os outros, e não contra os

outros. Essa lição é incorporada a seus valores, contrariando máximas sob as quais temos sido educados, do tipo “cada um por si e Deus contra todos” (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Considerado o esporte com esse caráter pedagógico, como possibilidade de fruição do tempo livre, na sua dimensão ontológica, pelo seu valor-de-uso. O esporte pode ser um instrumento poderoso na luta contra a dominação do capital, pela emancipação econômica, política e cultural da classe trabalhadora. Ressaltamos, assim, a importância da contribuição de Saviani (2008) sobre a escola, qual seja, do uso que a classe dominante faz da escola, aqui no caso, o uso que faz do esporte.

Os dados em relação: a) A Economia política – apropriação privada do que é produzido socialmente, tendência a destruição das forças produtivas; b) O Estado – consolidação de mecanismos para o fortalecimento da dominação burguesa, política de conferência, conselhos (espaços de consensos) e políticas compensatórias; c) O Esporte – destruição das possibilidades da prática do esporte para todos, universalizada e acentuada apenas a sua dimensão do valor-de-troca, de consumo; d) A teoria do conhecimento – as produções na área da política de esporte estão distanciadas dos clássicos (Marx, Engels, Lênin e Trotsky, esse último nenhuma vez citado nas produções), com pobreza categorial - ausência de Leis e categorias explicativas da totalidade social - e separam premissas teóricas das programáticas.

É de fundamental importância partir desses elementos que sustentam a produção e reprodução do esporte alienado, fator de alienação para muitos e a produção e reprodução do esporte lúdico, fator de emancipação para poucos, explicitar as contradições expressas nessas relações, apontar tendências é o ponto de partida para construção de um programa de reivindicações transitórias na política de esporte.

Esse programa deve estar ligado à elevação da consciência de classe, seu grau de organização, a construção do partido revolucionário, segundo Lenin (1988) na sua obra “Que fazer?” afirma que a consciência de classe está diretamente ligada a interesses de classes que são de duas ordens, a saber: 1) espontâneos/imediatos – motivados por problemas atuais de sua existência e; 2) estratégicos – surgem da situação própria de cada classe na estrutura econômica. São de longo prazo e dizem respeito à manutenção ou destruição do modo de produção capitalista.

Segundo Trotsky (2009) a tarefa estratégica do próximo período é de superação da contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade

do proletariado e de suas direções, no caso brasileiro atual, das direções que abriram mão dos interesses dos trabalhadores. Afirma, ainda, a necessidade de fazer uma ponte entre suas reivindicações atuais, podemos dizer como Lênin, espontâneas e imediatas, com o programa da revolução socialista, os interesses estratégicos, históricos da classe trabalhadora. Por exemplo, a luta pelo lazer do trabalhador, preservação dos espaços públicos para práticas esportivas, etc.

Na fase do capitalismo progressista, a social democracia clássica dividia seu programa em mínimo e máximo. O mínimo se limita as reformas no marco da sociedade burguesa e o máximo que visualizava no futuro longe a substituição do capitalismo pelo socialismo. Não existia nenhuma mediação entre o programa mínimo e máximo, já que a social democracia só fala em socialismo em dia de festa, o programa mínimo era de fato o programa da social-democracia.

Na fase de degeneração do capitalismo, onde as forças produtivas pararam de crescer, todo desenvolvimento da ciência e tecnologia é apenas aparente, já que não podem mais incidir sobre o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, apenas disponível para uma parcela cada vez mais reduzida de humanos “os mamíferos de luxo”, o que impera é o processo de destruição das forças produtivas principais (homem-natureza) em larga escala, boa parte dos partidos dos trabalhadores, comunistas, enveredaram pelo mesmo caminho da social-democracia, um erro que pode ser fatal, pois não há mais margem para reformas sociais nem elevação do nível de vida das amplas massas. Época em que:

[...] a burguesia sempre retoma com a mão direita o dobro que deu com a mão esquerda (impostos, direitos alfandegários, inflação, “deflação”, carestia da vida, desemprego, regulamentação policial das greves, etc.); quando cada reivindicação séria do proletariado, e mesmo cada reivindicação progressista da pequena burguesia, conduzem inevitavelmente para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês (TROSKY, 2009, p. 96).

As elaborações teóricas de Trostky, escritas em 1938, com base na história da luta de classes, são, dramaticamente, preciosas para fazermos a análise dos dias atuais. Por que dramaticamente? Porque de lá pra cá essa, passados quase 75 anos, essa situação só se agravou. A especulação financeira leva governos de uma bancarrota à outra, o desemprego é estrutural, assim com a fome e a miséria, os ataques às conquistas dos trabalhadores na época do capitalismo progressista, são violentos os mecanismos de

destruição, cooptação e colaboração de suas organizações (partidos, sindicatos e movimentos sociais), de seus lutadores e intelectuais, em favor dos interesses do capital.

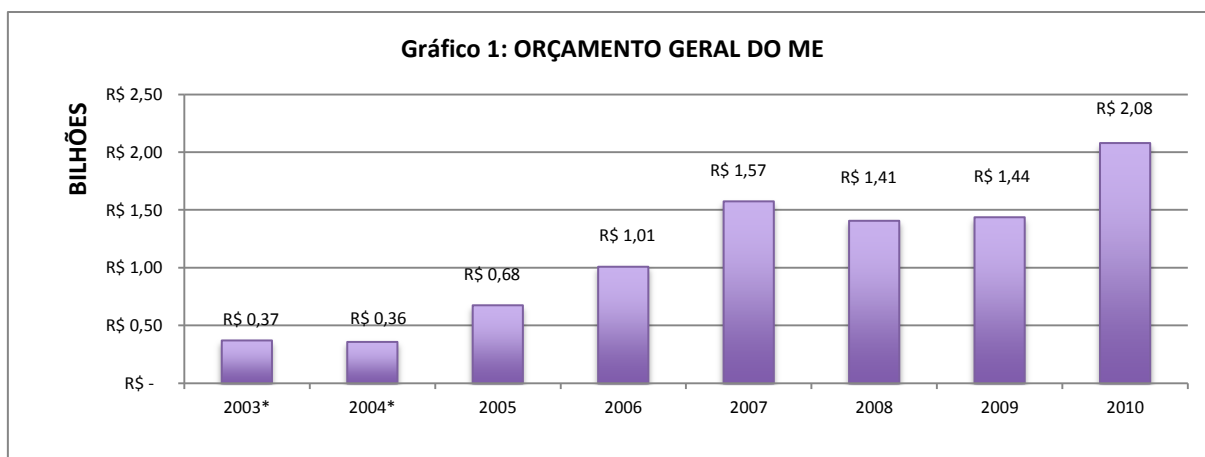
No Brasil todas essas questões estão levantadas, em menor ou maior intensidade, mas estão colocadas. A direção do PT, o principal partido de base operária da América Latina, vem paulatinamente abandonando as premissas programáticas de fundação do partido que mesmo não sendo um partido revolucionário, colocava em suspeição o modo de produção capitalista apontando outro projeto histórico de sociedade, evidenciava a luta de classes no Brasil e suscitava uma ponte entre o programa mínimo e o programa máximo, podemos assim dizer.

A 4ª Internacional não rejeita as reivindicações do velho “programa mínimo” na medida em que elas conservam alguma força vital. Ela defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais. Mas conduz esse trabalho diário no quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. Na medida em que as velhas reivindicações parciais “mínimas” das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isso ocorre a cada passo –, a 4ª Internacional avança um sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, cujo sentido é de si dirigir, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês. O velho programa “mínimo” é constantemente ultrapassado pelo PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária (TROTSKY, 2009, p. 97).

Alguns aspectos são recorrentes e destacados nos debates das conferências e na produção do conhecimento que nos dão indícios de onde devemos partir para construir esse sistema de reivindicações transitórias, sendo eles: a) Financiamento; b) Legislação; c) Infraestrutura; d) Formação e atuação de professores e agentes sociais; e) Produção de conhecimento científico; e f) Organização e gestão.

a) Financiamento:

A situação em relação financiamento do esporte é grave, encontramos sim uma elevação dos recursos no orçamento geral do ME, conforme gráfico extraído de Oliveira (2013, p. 90).



Fonte: Balanço de Gestão 2003/2010 Ministério do Esporte; Lei no. 10.837/04; Página de Transparência do ME.

O estudo de Castellan (2010) aponta que entre os anos de 2005 e 2009 houve um aumento na função “Desporto e Lazer” de quase 30 vezes. A grande questão é pra onde está indo esse dinheiro?

Ainda em seu estudo, entre os anos de 2005 e 2007, foram gastos nos principais programas do ME o seguinte: no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), R\$ 491.128.327,34, no Programa Segundo Tempo, anunciado como principal programa de inclusão social, R\$ 274.017.044,37 e no Rendimento R\$ 948.769.129,11. Esses dados já demonstram quais têm sido as prioridades do ME.

Os dados brutos revelam muito e quando melhor analisados, verificada a qualidade podemos perceber que nem sempre o que está no orçamento, principalmente, com os programas voltados para universalização do esporte, é liquidado. Vejamos os dados extraídos de Oliveira (2013) sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) recebeu no ano de 2007, teve um orçamento de mais de R\$530 milhões, uma quantia significativa, mas dos quais efetivamente se liquidou pouco mais de R\$19 milhões e muito desse recurso não é destinado para atividades fins do programa, mas para equipamentos e instalações. Já os recursos destinados para o Alto Rendimento têm um alto índice de liquidação do que é empenhado.

Diante desse quadro urge a exigência de dotação orçamentária de no mínimo 1% da União, estados e municípios, garantido o crescimento percentual e a sua execução plena do orçamento destinado ao esporte, principalmente, para os programas voltados para universalização do esporte. Sem financiamento ficam prejudicadas as condições objetivas de trabalho, espaço, tempos, equipamentos e materiais.

Ainda, destacamos que hoje quase 50% do Orçamento da União estão comprometidos para o pagamento da dívida interna, o chamado superávit primário, que deixa de ser investido nos serviços públicos.

#### b) Legislação

As Leis aprovadas no último período, principalmente a Lei de Incentivo ao Esporte, a Bolsa Atleta e a chamada Lei da Copa, beneficiam claramente o Esporte de Alto Rendimento e os seus “sangue-sugas” (empresários, os dirigentes dos clubes, comitês, confederações e federações). Essa última um verdadeiro atentado a soberania nacional, onde as leis que eram importantes para classe trabalhadora foram “rasgadas”, desrespeitadas em favor do interesses do capital internacional, como o “Estatuto do Idoso” que garante a meia-entrada nos jogos para os idosos e o “Estatuto do Torcedor” que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádio.

Nesse sentido urge a luta para fazer valer o que já se encontra na Constituição e nas Leis em favor dos trabalhadores. Mais especificamente, ter aprovado o Sistema Nacional de Esporte conforme foi pensado e elaborado na II CNE, mesmo com todos os problemas é um avanço significativo frente ao “sistema” existente hoje que beneficia em grande medida os interesses das confederações e federações.

Outras reivindicações importantes que aparecem nas conferências para constarem no marco legal são a criação de cargos e de plano de cargos e carreira para os trabalhadores do esporte e lazer, com a abertura de concurso público e a regulamentação de um piso salarial nacional para os trabalhadores do esporte e lazer e a criação de lei que garanta a preservação dos campos de várzea como patrimônio cultural contra a especulação imobiliária.

#### c) Infraestrutura;

Os dados do IBGE de 2003, já esboçados, demonstram claramente que não temos uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento do esporte no país, principalmente se partimos da necessidade de sua universalização. O ponto de partida é a infraestrutura das escolas públicas do nosso país, instituição de interesse aos trabalhadores, que devem está em condições de atender as necessidades relacionadas à prática do esporte e lazer, hoje 88% das escolas públicas municipais não possuem instalações esportivas.

Nesse sentido, urge a luta pelas reivindicações inspiradas pela III conferência (preparatória) de Recife: 1) Assegurar em 100% das escolas públicas de educação

básica e universidades equipamentos e materiais adequados para a prática esportiva nas suas múltiplas dimensões, num prazo máximo de 10 anos, respeitadas as normas internacionais de acessibilidade; 2) Desapropriação dos espaços de esporte e lazer privados de acordo com as necessidades e demandas sociais, tornando-os públicos; 3) A construção de ciclovias nas grandes cidades e; 4) Construção de um centro multifuncional de esporte e lazer a cada 5.000 (cinco mil habitantes).

d) Formação e atuação dos trabalhadores do esporte e lazer

Partimos da constatação que existe hoje um déficit de professores em todo o país, na área de Educação Física não é diferente, e que praticamente não existe nos municípios, estados e no âmbito federal trabalhadores qualificados para atuarem na área do esporte. Segundo os dados do IBGE de 2003 o pessoal ocupado com esporte representava apenas 1,4% em relação ao total de pessoal das prefeituras. E ainda a divisão da formação entre bacharéis e licenciados na área de Educação Física, empreendida pelo sistema CONFEF/CREF que rebaixa a formação e divide os trabalhadores.

Para enfrentar essa situação é preciso garantir uma:

1. sólida formação inicial e continua propiciada por numa consistente base teórica a todos que vão desenvolver práticas no campo do esporte, sejam profissionais ou não;
2. as condições de trabalho, espaços, tempos, equipamentos e materiais;
3. alterações na organização do processo de trabalho, no trato com o conhecimento, nos objetivos e avaliação das práticas corporais enquanto política cultural;
4. salários dignos e plano de cargos e salários para os trabalhadores da área de esporte e incorporação no salário mínimo dos trabalhadores brasileiros de um percentual para as práticas esportivas e de lazer;
5. consistente base organizativa, reivindicatória e confrontacional dos setores envolvidos e interessados pela qualidade das práticas esportivas dentro de uma perspectiva de um projeto histórico para além do capital. (TAFFAREL E SANTOS JUNIOR, 2007, p. 85).

Tal pauta pode ser acrescentada por: a) a luta pela Licenciatura Ampliada em Educação Física<sup>101</sup>, fim da dicotomia Licenciatura e Bacharelado; b) a Formação de Professores e Militantes Culturais<sup>102</sup> e; c) O fim do sistema CONFEF/CREF.

Acrescento a vital necessidade de redução da jornada de trabalho dos trabalhadores em geral para que possam usufruir mais tempo para prática do esporte e lazer, hoje no Brasil é encabeçada pelas principais centrais sindicais para reduzir a jornada para 40 horas semanais.

Ainda coloco como centro da formação e atuação dos trabalhadores em esporte e lazer o fortalecimento das organizações dos trabalhadores, seus movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, sem essas organizações não é possível levar adiante o programa de reivindicações transitórias.

Os bolchevique-leninistas encontra-se nas primeiras fileiras de todas as formas de luta, mesmo naquelas onde se trata somente de interesses materiais ou dos direitos democráticos mais modestos da classe operária. Tomam parte ativa dos sindicatos de massa, preocupando-se em reforçá-los, em aumentar seu espírito de luta. Lutam implacavelmente contra todas as tentativas de submeter os sindicatos ao Estado burguês e de subjugar o proletariado pela “arbitragem obrigatória” e de todas as outras formas de intervenção policial não somente fascistas, mas também “democráticas”. Somente tendo como base esse trabalho é possível lutar com sucesso no interior dos sindicatos contra a burocracia reformista e, em particular, contra a burocracia stalinista. As tentativas sectárias de criar ou manter pequenos sindicatos “revolucionários”, como uma segunda edição do partido, significam, de fato, renúncia à luta pela direção da classe operária. É necessário colocar aqui como um princípio inquebrantável; o auto-isolamento capitulador fora dos sindicatos de massa, equivale à traição da revolução, é incompatível com a militância na 4ª Internacional (TROTSKY, 2009, p. 99).

O estreitamento da relação entre a formação/atuação dos trabalhadores do esporte e lazer e a luta/organização dos trabalhadores é fundamental e está relacionada ao que desenvolveremos no aspecto referente à organização e gestão do esporte.

#### e) Produção do conhecimento científico

Identificamos na produção do conhecimento no período estudado e na política apresentada insuficiências em dois aspectos:

<sup>101</sup> Reivindicação defendida pelo Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), junto com o LEPEL.

<sup>102</sup> Aprofundar no livro: Trabalho pedagógico e formação de professores/ militantes culturais: construindo políticas públicas para a educação física, esporte e lazer. Colavolpe, Taffarel, Santos Jr. (org.). Salvador: Edufba, 2009.



- 1) falta de uma estrutura e recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico num país com enormes problemas sociais. O que foi possível estabelecer de avançando no que diz respeito à universalização do acesso ao esporte e lazer está sendo desmontada que é Rede CEDES em detrimento de investimentos no esporte de alto rendimento e as metas para colocar o Brasil entre as dez maiores potências olímpicas até 2020;
- 2) falta ainda, em que pese os esforços, de uma produção política na área da política de esporte, em quantidade e qualidade, capaz de enfrentar os problemas teórico-práticos para desenvolvimento e universalização do seu acesso ao esporte, ancoradas na teoria da revolução.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de manutenção da Rede CEDES e a ampliação dos recursos destinados ao seu funcionamento, bem como, da continuidade do apoio dado pelo ME as entidades científicas, em especial ao CBCE para realização de eventos e publicações.

Em relação à teoria do conhecimento, entra o papel fundamental dos intelectuais orgânicos<sup>103</sup> que devem fazer o esforço de se apropriar do método (materialismo histórico dialético, do marxismo) que a classe trabalhadora produziu na sua luta histórica pela revolução, a fim de identificar na realidade objetiva, na produção do conhecimento, nas disputas políticas, nas artes, as tendências para construção de uma outra sociedade, intervindo dessa maneira consciente e organizada nesse processo de transição.

f) Organização e gestão.

No tocante a organização e gestão do esporte identificamos que uma lastro que sustenta as relações entre o poder público e a iniciativa privada, arcaico que sustenta verdadeiras dinastias com o controle do esporte nacional, ditando a política que deve ser adota pelo poder público, vide as decisões para sediar os megaeventos esportivos, um verdadeiro assalto aos fundos públicos. Faltam trabalhadores concursados para organizar e gerir o esporte e sobram ONG's, confederações e federações e empresas assumindo a execução da política, a total desresponsabilização do estado que passa ser apenas um regulador.

---

<sup>103</sup> Importância da vinculação partidária, sindical e em movimentos sociais de luta.

Com base exposto urge a implantação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, administrado publicamente, que por via da divisão de responsabilidades entre os entes federados, aqui abro um parentes que temos que ter cuidado para não cair na armadilha da descentralização, sem o devido aporte financeiro e de pessoas, funcionários públicos concursados.

A criação do Sistema Nacional de Esporte é um passo importante na ruptura de ciclo vicioso de farra do dinheiro que nem sequer se traduz em resultados no esporte de alto rendimento, mas que continua a alimentar as ilusões dos jovens e trabalhados por via do esporte alienação e bolso de alguns proprietários, especuladores na área do esporte.

Concluo o capítulo afirmando existem contradições expressas na produção do conhecimento e na política de esporte que precisam ser superadas e o conjunto das possibilidades apresentadas no campo do esporte podem sim contribuir para fazermos a transição no modo de produzir a vida.

Entendemos como Oliveira (2010) que “superado o capitalismo, o esporte pode ocupar um lugar de destaque social, a começar pelo fato de que as oportunidades serão iguais. Todos terão oportunidade de praticá-lo, sem interesses comerciais e/ou assistencialistas”. Mas, essa construção tem que começar hoje, o socialismo é um modo de vida, e que “não existe alavanca que possa de um só golpe elevar a cultura. Um lento processo de auto-educação da classe operária e, paralelamente do campesinato, é aqui necessário (TROTSKY, 2009, p. 08)”.

Para tanto, é necessário disputar os rumos da política de esporte, visto o sentido exposto por Oliveira (2010), por ser instrumento para projetar o tipo de homem/mulher que uma determinada sociedade precisa formar. Diante dos limites impostos pela democracia, a classe trabalhadora deve continuar a luta pelo fim da propriedade privada, pela apropriação dos meios de produção e reprodução do esporte pelos trabalhadores.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Redigir uma exposição após um longo percurso de investigação exige a capacidade de síntese para demonstrar o fio condutor de uma tese que nos permite assegurar teoricamente o que estamos defendendo.

O fio condutor foi encontrado na análise dos dados empíricos, fontes documentais e nas referências marxistas estudadas que tratam das relações Sociedade e Estado no Modo de Produção Capitalista. Segundo Marx (2005), na obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Não é a vontade dos homens que dá ao Estado a sua estrutura, mas sim a situação objetiva das relações entre eles. Não é o aparelho jurídico que explica a sociedade burguesa, como queria Hegel: ele é apenas uma superestrutura e a sociedade burguesa encontra a sua explicação nas relações de propriedade*. Portanto, o fio condutor e a conclusão de estudos preliminares que evidenciam as determinações últimas da política estabelecidas nas relações de produção dos bens materiais e imateriais, com valor de uso e valor de troca, nos permitem também concluir que a política do esporte no Brasil, encontra a sua contradição principal nas relações de propriedade.

As conclusões aqui apresentadas põem em evidência as contradições fundamentais da política de esporte. Ao delimitar o objeto de investigação em torno da política do esporte o fizemos considerando a necessidade, neste momento histórico, de superar contradições acirradas presentes a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), apontando tendências e possibilidades presentes em um programa de transição do modo de produção capitalista ao comunismo.

Não se trata aqui de reescrever o Programa de Transição o que já foi realizado por Trotsky em 1938 e continua dramaticamente atual. Trata-se sim, de atualizar em forma de tese, as reivindicações específicas que, em meio a contradições presentes nos embates políticos, poderão ou não alterar os rumos da política, porque trazem em si elementos de alterações mais geral no modo de produção capitalista, ligando as questões imediatas às históricas. Alterações estas que não são concessões, muito pelo contrário, resultam da luta da classe trabalhadora. Com isto reafirmamos a tese de que a história não terminou, muito pelo contrário, ela se move com a luta de classes.

Ao delimitar as arenas em que se estabelecem os embates como sendo as três Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2006, 2010) e a produção do conhecimento (1996-2011) o fizemos considerando que as leis mais gerais próprias do modo do capital

organizar a produção dos bens materiais e imateriais se expressa, não mecanicamente, mas por mediações no interior dos espaços onde se travam as disputas pelo rumo da política.

Tanto é que constatamos em relação às conferências que os mecanismos de controle, de contenção das massas engendram-se nas arenas do esporte, no caso analisado, nas conferências nacionais de esporte. A ampliação da participação dos trabalhadores e de suas organizações nos espaços do Estado faz parte do que Silva (2003) chama de democracia participativa, gestada na Europa dos anos 1960, no bojo da luta sindical e popular, assumida por alguns governos da dita “Nova Esquerda” e que ganha novos contornos na reforma do Estado, inova na forma, mas que conserva o interesse de controle.

O histórico da realização dessas conferências demonstra a enorme distância entre o deliberado em favor da classe trabalhadora, no caso do esporte, no que diz respeito à socialização dos meios de produção da cultura corporal e a política de fato materializada. Os dados apresentados, principalmente, os referentes ao financiamento deixam claro, a política de esporte implementada hoje no país serve aos interesses do capital.

Em relação à produção do conhecimento constatamos que um número significativo dos trabalhos 50% (cinquenta por cento) utilizam a categoria modo de produção, fundamental para compreender seus determinantes sobre a forma de organização do Estado e da política. Mas ainda encontramos trabalhos em nível de pós-graduação que não apresentam suas concepções de Estado, nem de política e até de esporte. Encontramos posições de “neutralidade” científica nos estudos analisados.

Por outro lado o número significativo de trabalhos, 50% (cinquenta por cento) localizado no campo do marxismo, entendido aqui com o campo que reúne as obras de Marx, Engels e de outros autores que continuaram a sua obra. O autor mais utilizado é Gramsci. Alguns podem ser classificados como marxistas, mas não apresentam a leitura direta do próprio Marx e Engels e dissociam as premissas teóricas das programáticas, próximo do nos alerta Anderson (2004) sobre o Marxismo Ocidental. Nesse momento de acirramento da luta de classes em escala planetária, é preciso que a classe trabalhadora se aproprie das idéias revolucionárias do marxismo, incluído nesse rol, o Lenin e o Trotsky, autores que formularam suas obras no *front* da luta dos operários contra a burguesia.

À luz da teoria que elegemos por nos permitir estabelecer as relações entre o geral e o particular defendemos por fim a tese de que no modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, onde as forças produtivas pararam de crescer, novos mecanismos de organização do Estado e da política são engendrados, intensificando a contradição entre capital e trabalho, verificáveis nas conferências nacionais de esporte e na produção do conhecimento quando são explicitadas as reivindicações em particular, referentes à política do esporte, expressa pela contradição entre o esporte para poucos, na forma de domínio/detecção dos meios de produção e reprodução e, o esporte para todos, na forma de socialização, universalização, democratização dos meios de produção e reprodução desse patrimônio cultural da humanidade e direito social.

As explicações das contradições possibilitaram apontar tendências e possibilidades para a política de esporte no Brasil, compreendidas como importantes no processo de transição para o modo de produção comunista. Portanto, esperamos com essa tese ajudar a armar para a ação a classe trabalhadora pelo fim da propriedade privada dos meios de produção do esporte.

**REFERÊNCIAS:**

ANDERSON, Perry. **A Crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A temática da qualidade e a política educacional no Brasil**. Revista Educação e Sociedade (Cedes), Ano XV, Dezembro, nº49. Campinas: Papirus, 1994.

BATTAGLIA, A. F. A. **Administração de clubes**: uma perspectiva inovadora no mercado profissional. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**, 1997; O Estado num mundo em transformação. Whashington, 1997.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BELUZZO, B. A democracia oligárquica. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-oligarquica> Acesso em: 21 de Nov. 2013.

BOSCHETTI, Ivanete Salette. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?. In: SALVADOR, Evilásio. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo; Cortez, p. 31-58, 2012.

BOTTOMORE, Tom *et al.* (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. **Resoluções da II Conferência Nacional de Esporte**. Maio de 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. IBGE. **Síntese de indicadores sociais**, 2005.

BRASIL. IBGE. **Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais**, 2006.

BRASIL. INEP. **Censo da educação superior**, 2003.

BRASIL. **I Conferência Nacional do Esporte** – Caderno de Potencialidades e Dificuldades. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004a.

BRASIL. **I Conferência Nacional do Esporte** – Documento Final. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004b.

BRASIL. **I Conferência Nacional do Esporte** – Tese Guia. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004d.

BRASIL. **I Conferência Nacional do Esporte** – Texto Básico. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004e.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte. Brasília:** Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.

BRASIL. **II Conferência Nacional do Esporte** – Coletânea de textos básicos para as etapas. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006b.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Gestão do setor público:** estratégia e estrutura para um novo Estado In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter (org). Reforma do Estado e administração pública gerencial. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para cidadania:** reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil:** razões para o predomínio do alto rendimento. (Tese de Doutorado) Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, 2008.

CARVALHO, F. Máuri. **Esporte em democracia:** Gênese do político. Vitória, Es: EDUFES, 2011.

CASTELLANI FILHO (Org.) **Gestão pública e política de lazer:** a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. **Esporte para Todos** - Um discurso ideológico. São Paulo: Ibrasa, 1984.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista:** categorias e leis da dialética. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 2004.

COLAVOLPE; TAFFAREL e SANTOS JR. (org.). **Trabalho pedagógico e formação de professores/ militantes culturais:** construindo políticas públicas para a educação física, esporte e lazer. Salvador: Edufba, 2009.

DEMIER, Felipe. O fenômeno da “autonomização relativa do Estado” em Trotsky e Gramsci: “bonapartismo” e “cesarismo”. In: León Trotsky. **“La industria nacionalizada y la administración obrera”** in \_\_\_\_ Escritos latino americanos, 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p.163-164. Tradução de Felipe Demier. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-fenomeno-da-autonomizacao-relativa-do-estado-em-trotsky.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-fenomeno-da-autonomizacao-relativa-do-estado-em-trotsky.pdf) Acesso em: 14 de jan. 2013.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

ENGELS, F. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauros, 2002.

ENGUIITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993.

ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE DESPORTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. II Conferência Nacional do Esporte. **Carta ao Ministro do Esporte** Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, Florestan. (org) **Política. Lenin**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy Assis de. **As ações afirmativas na educação superior: política de inclusão ou exclusão?**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. 5ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GAMBOA, S; CHAVES, M; e TAFFAREL, C. **A Pesquisa em educação física no Nordeste Brasileiro (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe), 1982-2004: balanço e perspectivas**. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v. 29, n.1, p. 89-106, set. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOUGUET J. e BOURG J. **Economia do esporte**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

HOBBSBAWM, E. Karl Marx. **Formações econômicas pré-capitalistas – Introdução**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HÚNGARO, Edson Marcelo *et. al.* **Balanço inicial da produção do GTT de Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas**. In: HÚNGARO, E.M.; SOUSA, W. L. L. **Cultura, Educação, Lazer e Esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

HUNGARO, E. M. (Org.) ; GARCIA, Carla Cristina (Org.) ; DAMASCENO, L. G. (Org.) . **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos socais**. 1. ed. Santo André: Alfarabio, 2009.

IPSOS MARPLAN. **Dossiê Esporte: um estudo sobre o esporte no Brasil**. São Paulo: Editora Gráficos Burti Ltda., 2006.



KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Z. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.

LENIN, V. I. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: **Obras escolhidas**, vol. 4, Lisboa: Editora Avante, 1986, p. 21-35.

LENIN, V. I. **Estado e Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. SP: Expressão Popular, 2007a.

LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Brasília: Editora Nova Palavra, 2007b.

LENIN, V.I. **Como iludir o povo**. São Paulo: Global, 1979.

LENIN, V.I. **Uma caricatura de Marxismo e o ‘economismo imperialista’**. Portugal: J. Bragança, 1974.

LIMOEIRO, M. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar. **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Eduff, 2005.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. 20 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. 1ª edição, Ed. Expressão Popular: São Paulo-SP, 2006.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1979.

MARX, K e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: O Trabalho, 1995.

MATA, A. A. R. da. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PARAÍBA**: uma análise do ordenamento legal. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, 2011.

MELO, M. de P. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital.** 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília, de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 5o ed. São Paulo: Cortez. 2008.

NETTO, José P. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política.** Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: WEFFORT, F. de. et. al. **A democracia como proposta.** Rio de Janeiro: IBASE, 1991.

OLIVEIRA, M. M. de. **Políticas públicas de esporte no Brasil e ongs: par eles ganham, ímpar nós perdemos.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, V. M. **O esporte pode tudo.** São Paulo: Cortez, 2010.

PENNA, A. M. **Esporte Contemporâneo : um novo templo do monopolista do capital.** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, 2011.

PEIXOTO, E. M. **Estudos do Lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels.** (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2007.

PETINELLI, V. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). In: **Opinião Pública**, vol. 17, núm. 1, junho 2011, p. 228-250.

POGREBINSCHI, T e SANTOS, F. M. **Entre representação e participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ): Projeto Pensando o Direito da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 10ª ed. Campinas:Autores Associados, 1991.

SAYD, J. D.; VIEIRA JUNIOR, L.; VELANDIA, I. C. Recursos Humanos nas Conferências Nacionais de Saúde (1941 a 1992). Rio de Janeiro, **Revista Saúde Coletiva**, n. 14, 1998.

SILVA, Ilse G. **Democracia e participação na ‘Reforma’ do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, O. E DAMIANI, C. Esporte e Lazer. In: SCÁRDUA, Márvia e FREITAS, Ronald (Orgs.). **Políticas Públicas para um novo projeto nacional de desenvolvimento - A Experiência dos Comunistas**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2011.

SOBRAL, F. A. A da F. **A produção e a apropriação social da pesquisa científica e tecnológica: uma discussão no capitalismo dependente**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 67, n. 156, p. 287-305, maio/ago. 1986.

SOUZA, C. e CARVALHO, I. M. M. de. **Estado, descentralização e desigualdades**. São Paulo: Revista Lua Nova, Nº 48, 1999.

SOUZA; BATISTA e ARAÚJO. **A produção do conhecimento em política pública para Educação física, esporte e lazer: o GTT 10 em Pernambuco**. In: Anais do CONBRACE/CBCE. Recife, PE, 2007.

TAFFAREL, Celi e SANTOS JÚNIOR, Cláudio L. **Como iludir o povo com esporte para o público**. In: SILVA, Maurício R. Esporte, Educação, Estado e Sociedade: As políticas Públicas em Foco, Chapecó, PR: Editora ARGOS, 2007.

TAFFAREL, Celi e SANTOS JÚNIOR, Cláudio L. Modo de produção e educação: questões do modo de vida: uma contribuição de Leon Trotsky. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 4 – 13, jun. 2009.

TERRA, A. M. et. al. **As conferências nacionais do esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer**. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte Salvador – Bahia – Brasil 20 a 25 de setembro de 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 18. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

TROTSKY, Leon. Programa de transição. In: MARX, K. et. al. **O Programa da Revolução**. Brasília: Editora Nova Palavra, 2009.

TROTSKY, Leon. “La industria nacionalizada y la administració nobrera” in \_\_\_\_ Escritos latino americanos, 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p.163-164.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TUBINO, M. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

VERONEZ, Luiz Fernando C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. 2005. 376 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.